



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na
Amazônia PPG/CASA
Mestrado Acadêmico

AMBIENTE DEGRADADO E INFÂNCIA VULNERÁVEL: APROPRIAÇÃO, USO E
SIGNIFICAÇÃO DAS CRIANÇAS SOBRE A LAGOA DA FRANCESA EM
PARINTINS/AM

GRACY KELLY MONTEIRO DUTRA TEIXEIRA

MANAUS/AM

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na
Amazônia PPG/CASA
Mestrado Acadêmico

GRACY KELLY MONTEIRO DUTRA TEIXEIRA

AMBIENTE DEGRADADO E INFÂNCIA VULNERÁVEL: APROPRIAÇÃO, USO E
SIGNIFICAÇÃO DAS CRIANÇAS SOBRE A LAGOA DA FRANCESA EM
PARINTINS/AM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPGCASA, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

Orientadora: Maria Inês Gasparetto Higuchi, Profa. Dra.

MANAUS/AM

2015

Ficha catalográfica
Bibliotecária Tatiana Pinheiro Batista – CRB/11 – 480

T266a Teixeira, Gracy Kelly Monteiro Dutra
Ambiente Degradado e Infância Vulnerável: apropriação, uso e
significação das crianças sobre a Lagoa da Francesa em Parintins/AM. /
Gracy Kelly Monteiro Dutra Teixeira – Manaus: UFAM, 2015.
142f. : il. color ; 30 cm.

Orientador: Prof^a. Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi.
Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas –
UFAM, 2015.

1. Meio ambiente 2. Degradação ambiental – Lagoa da Francesa
3. Espaço urbano – Crianças 4. Percepção ambiental. I. Higuchi, Maria
Inês Gasparetto. II. Título.

CDU – 504.455 (043)

GRACY KELLY MONTEIRO DUTRA TEIXEIRA

**AMBIENTE DEGRADADO E INFÂNCIA VULNERÁVEL: APROPRIAÇÃO, USO E
SIGNIFICAÇÃO DAS CRIANÇAS SOBRE A LAGOA DA FRANCESA EM
PARINTINS/AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

Data de defesa da dissertação: 11 de março de 2015.

BANCA EXAMINADORA

**Profa. Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia**

**Profa. Dra. Ariane Kuhnen
Universidade Federal de Santa Catarina**

**Profa. Dra. Elenise Faria Scherer
Universidade Federal do Amazonas**

MANAUS/AM

2015

Ao meu amado pai,

Humberto Dutra.

*Que por dias não pode presenciar, na vida terrena, esta
realização.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força, equilíbrio e foco concedidos nos derradeiros momentos deste estudo!

Aos meus pais, Raimunda e Humberto (*in memoriam*), e ao meu irmão Rainier. Cada um, a seu modo, se fez presente na realização deste fruto. Amo incondicionalmente cada um!

Ao meu companheiro, amigo e parceiro, Rildo Teixeira. Obrigada, meu querido, por me acompanhar nesta jornada.

À minha “filha de coração”, Sarah, minha sobrinha amada, que me faz sorrir todos os dias! Esta realização acadêmica envolve a sua presença em minha vida.

À minha querida orientadora, Maria Inês, a quem admiro! Pela paciência nas suas orientações, ao norteamento teórico - metodológico e palavras de incentivo! Você me ensinou a perceber o mundo de um modo diferente. És um exemplo para mim!

À Universidade Federal do Amazonas, através do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela oportunidade de aprimoramento acadêmico, através do processo de reconstrução do conhecimento a partir da Sustentabilidade. O ambiente nunca mais será o mesmo depois das disciplinas!

Aos professores que contribuíram para minha formação, os quais possibilitaram um novo olhar acerca da relação pessoa e ambiente. Agradeço a todos, em especial, ao Prof. Dr. Henrique dos Santos Pereira, coordenador do PPG-CASA, às professoras Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe (UFAM) e Dra. Vilma Terezinha de Araújo de Lima (UEA) pelas contribuições na aula de qualificação e às professoras Dra. Ariane Kuhnen (UFSC) e Dra. Elenise Faria Scherer (UFAM) nos comentários e incentivos na defesa desta dissertação.

Aos servidores da Secretaria do PPG-CASA, Carlos Augusto da Silva (Tijolo) e Fernanda Mendes Miranda, pelo auxílio e presteza em atender demandas surgidas no decorrer dos estudos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil – CNPq, pela concessão de bolsa, a qual viabilizou a realização desta pesquisa.

À Universidade do Estado do Amazonas, através do Centro de Estudos Superiores de Parintins - CESP, que concedeu licença de minhas atividades profissionais para realização das disciplinas do Mestrado, durante o ano de 2013. Aos colegas professores do Colegiado de Pedagogia (CESP/UEA), que me apoiaram e deram suporte para minhas disciplinas em minha ausência.

Ao Prof. MSc. Wallace Góes Mendes, da Escola Superior de Ciências da Saúde da UEA, pela importante contribuição na análise estatística deste trabalho.

Ao sr. João Aguiar pelos serviços topográficos realizados para uma visualização concreta da extensão do território da região da Lagoa da Francesa.

À turma de Pedagogia, ingressa no ano de 2012, que abraçou com afincos as ideias e emoções proferidas sobre a relação pessoa e ambiente na disciplina Educação Ambiental (2014/01), em meu retorno ao CESP. A participação de vocês na minha pesquisa foi essencial e cada um está marcado na minha história profissional!

Aos amigos feitos, assim como, a possibilidade de conhecer melhor alguns conterrâneos, por intermédio do PPG-CASA. Sintam-se abraçados: Laynara Santos, Vilsélia Pires, Stephany Kudo, Wesley Takeda e Anderson Vital. Ao primo e amigo Clóvis Monteiro Filho pela presença constante no dia a dia manauara. Agradeço a companhia e as risadas nos momentos mais tensos!

À Escola Municipal Mércia Cardoso Coimbra e Escola Estadual Prof. Aderson de Menezes que abriram suas portas para que eu pudesse realizar a pesquisa com suas crianças. A cada gestora e coordenadora pedagógica, meu muitíssimo obrigada!

Às crianças que contribuíram para a pesquisa. Perceber que as ações humanas maculam um ambiente natural saudável, faz com que este estudo sirva de alerta para as autoridades sobre os reflexos da degradação dos recursos ambientais inseridos nos espaços urbanos e seus impactos no cotidiano e na percepção dos sujeitos, em particular, dos pequenos moradores. Isto é de vocês e para vocês!

E, por fim, como diz Chico da Silva, compositor parintinense, na música A Chegada: *“Quem foi que disse que eu não chegava, se minha meta era de chegar...”*.

*Os dois dias mais importantes da sua vida são:
o dia em que você nasceu, e o dia em que você descobre o porquê.*

Mark Twain

RESUMO

Este estudo parte de uma realidade socioambiental muito presente nas cidades brasileiras e, de modo especial, na Amazônia. Trata-se da degradação dos cursos d'água que banham ou circundam o espaço urbano. Nestes espaços, outrora lugares preservados, hoje mais parecem lugares de despejo de resíduos e toda espécie de poluição. No entanto, a vida social lá ainda continua para uma população que poucos recursos possui. O estudo trata da Lagoa da Francesa (LF) localizada na região central da cidade de Parintins/AM. Apesar do estado lastimável de poluição, a LF continua a ser ponto de embarque e desembarque de passageiros e cargas vindos da zona rural do município e do estado do Pará e, ademais, lugar de recreação das crianças que residem no entorno. A incredulidade das pessoas de fora parece não ser compatível com aqueles que a usam das mais diversas formas. A partir dessa constatação, este estudo faz um recorte para investigar a percepção ambiental das crianças residentes no entorno da LF. De modo particular, procurou-se caracterizar o ambiente físico da LF, identificar as formas de uso pelas crianças e bem como a atribuição de significados dada pelas crianças a este recurso hídrico. A pesquisa de abordagem qualitativa foi desenvolvida a partir do uso do desenho e entrevista clínica piagetiana da representação gráfica. Participaram da pesquisa 120 crianças (60 meninas e 60 meninos), de ambos os gêneros, entre 07 e 13 anos de idade, regularmente matriculadas em duas escolas públicas do entorno da Lagoa. A partir das análises constatou-se que as crianças percebem a LF de diferentes formas, de modo a constituir seis categorias espaciais: a) Lugar de Poluição; b) Lugar de Comércio; c) Lugar de Moradia; d) Lugar de Recreação; e) Lugar de Inundação; f) Lugar de Trânsito. Estes modos de pensar produziram valências positiva, negativa e neutra que significam ora sentimentos de apego ou distanciamento ora sentimentos de apatia. Os dados foram quantificados através do teste estatístico Kruskal-Wallis, o qual buscou saber se as crianças têm similaridades entre si ou não e, em contraste, as médias das valências para perceber as possíveis diferenças e semelhanças entre os dados quantitativos e qualitativos. Tais resultados nos mostram focos que prevalecem nas decisões de uso social da LF e nos alertam que algumas percepções ambientais subjacentes a determinados usos das crianças, põem em risco sua saúde e sua segurança física e social.

Palavras - chave: Crianças e meio ambiente; Significados de lugar; Percepção Ambiental; Lagoa da Francesa

ABSTRACT

This paper starts from a social environmental reality very present in Brazilian cities and especially in Amazon. It means the water course degradation that water or surrounds the urban space. In these spaces, preserved areas before, today they seem more waste material area and all type of pollution. However the social life there still remains for a low resource population. The study is on The Lagoa da Francesa (LF) located in the central area in the town of Parintins/Am. Despite of the lamentable state of pollution, the LF is still the arrivals and departure areas of passengers and load from the rural zone of the municipality and from the state of Pará and even so the lake works as recreational place for children who reside in the surroundings. The incredulity of outside people seem don't be compatible with those use the lake in many ways. From this constatation, this paper does a clipping to investigate the environmental perception of LF surrounding resident children. In particular, it has sought to characterize the physical environment of the LF, and to identify the way of it uses by the children as the attribution of meanings they give to this water resource. This qualitative approach research was developed from the use of drawings and Piagetian clinical interviews from the graphic representation. Participated 120 children (60 girls and 60 boys), from both genders, between 07 and 13 years old, regularly enrolled in two public schools in the Lagoa surroundings. From the analyses it has noticed that children perceive the LF of different ways that constitute six space categories: a) Pollution area; b) Commerce area; c) Residence area; d) Recreation area; e) Flooding area; f) Traffic area. These ways of thinking produced positive, negative and neutral valences, which mean either feeling of attachment and distance or apathy feelings. The data was quantified by the statistical Kruskal-Wallis test, which has sought to know if children have similarities among them or not, and in contrast, the average of valences to perceive the possible differences and similarities between the quantitative and qualitative data. These results display angles which remain in decisions of social use of the LF and alert us that some implicit environmental perceptions to certain uses of children, putting risk at their health, physical and social security.

Key-words: Children and environment; Meanings of place; Environmental Perception; Lagoa da Francesa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Amazônia Legal.....	18
Figura 2: Vista Área de Parintins/AM.	35
Figura 3: Localização de Parintins/AM.	36
Figura 4: Vista Aérea da Lagoa da Francesa.....	38
Figura 5: Escadaria da Francesa.	39
Figura 6: Aterramento das margens da Lagoa da Francesa.	40
Figura 7: Lagoa da Francesa no período da cheia amazônica.	41
Figura 8: Lagoa da Francesa na época da seca amazônica.....	41
Figura 9: Ruas e casas invadidas pela Lagoa da Francesa.....	42
Figura 10: Ambiente interno de uma casa invadida pela LF.	43
Figura 11: Resíduos derivados das casas no entorno da LF.	45
Figura 12: Forma de despejo dos comércios no entorno da LF.	45
Figura 13: Resíduos derivados das embarcações paradas na LF.	46
Figura 14: Gráfico de distribuição por faixa etária.....	54
Figura 15: Gráfico da frequência relativa das séries.	55
Figura 16: Gráfico quantitativo de crianças moradoras da LF.....	56
Figura 17: Desenho elaborado por E, menina, 9 anos.....	58
Figura 18: Desenho elaborado por P, menino, 11 anos.	59
Figura 19: Desenho elaborado por E, menina, 9 anos.....	61
Figura 20: Desenho elaborado por M, menina, 7 anos.....	64
Figura 21: Desenho elaborado por T, menina, 9 anos.	67
Figura 22: Desenho elaborado por K, menina, 9 anos.	68
Figura 23: Desenho elaborado por J, menina, 12 anos.....	69
Figura 24: Desenho elaborado por M, menino, 11 anos.	70
Figura 25: Desenho elaborado por D, menino, 7 anos.....	72
Figura 26: Desenho elaborado por E, menino, 7 anos.....	73
Figura 27: Desenho elaborado por T, menino, 8 anos.	74
Figura 28: Desenho elaborado por E, menino, 13 anos.	76

Figura 29: Desenho elaborado por M, menina, 7 anos.	77
Figura 30: Desenho elaborado por C, menino, 7 anos.....	79
Figura 31: Desenho elaborado por S, menino, 8 anos.	80
Figura 32: Desenho elaborado por R, menino, 8 anos.....	81
Figura 33: Desenho elaborado por E, menino, 8 anos.....	84
Figura 34: Desenho elaborado por F, menina, 8 anos.	85
Figura 35: Desenho elaborado por M, menina, 8 anos.	86
Figura 36: Desenho elaborado por R, menino, 9 anos.....	88
Figura 37: Desenho elaborado por M, menino, 11 anos.	89
Figura 38: Desenho elaborado por E, menina, 11 anos.	90
Figura 39: Desenho elaborado por Y, menino, 7 anos.	91
Figura 40: Desenho elaborado por S, menina, 10 anos.	92
Figura 41: Gráfico de tipos de valências por gênero.	97
Figura 42: Gráfico de tipos de valências por escolaridade.....	101
Figura 43: Gráfico de tipos de valências por idade.	104
Figura 44: Gráfico de tipos de valências por lugar de residência.....	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição dos tipos de percepção atribuído a LF pelas crianças em função do gênero.....	95
Tabela 2: Distribuição dos tipos de percepção atribuído a LF pelas crianças em função da escolaridade - 1º ano ao 4º ano.....	99
Tabela 3: Distribuição dos tipos de percepção atribuído a LF pelas crianças em função da escolaridade - 5º ano ao 8º ano.....	100
Tabela 4: Distribuição dos tipos de percepção atribuído a LF pelas crianças em função da idade - 7 anos aos 10 anos.....	102
Tabela 5: Distribuição dos tipos de percepção atribuído a LF pelas crianças em função da idade - 11 anos aos 13 anos.....	103
Tabela 6: Distribuição dos tipos de percepção atribuído a LF pelas crianças em função do bairro de residência.....	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A AMAZÔNIA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	18
1.1 AS PESSOAS NO HABITAT URBANO	21
1.2 DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E VULNERABILIDADE SOCIAL	23
2 PERCEPÇÃO DO AMBIENTE URBANO PELA CRIANÇA	27
2.1 A CRIANÇA NO ESPAÇO URBANO VULNERÁVEL	31
2.1.1 Viver no entorno de ambientes naturais degradados	32
3 LÓCUS DA PESQUISA: CIDADE DE PARINTINS	35
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA LAGOA DA FRANCESA	37
3.1.1 Poluição da Lagoa da Francesa	43
4 MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA	48
4.1 ANÁLISE DOS DADOS	50
4.2 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	52
5 PARTICIPANTES	54
6 PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS SOBRE A LAGOA DA FRANCESA	57
6.1 A LAGOA DA FRANCESA COMO LUGAR DE POLUIÇÃO	57
6.2 A LAGOA DA FRANCESA COMO LUGAR DE COMÉRCIO	65
6.3 A LAGOA DA FRANCESA COMO LUGAR DE MORADIA	71
6.4 A LAGOA DA FRANCESA COMO LUGAR DE RECREAÇÃO	77
6.5 A LAGOA DA FRANCESA COMO LUGAR DE INUNDAÇÃO	82
6.6 A LAGOA DA FRANCESA COMO LUGAR DE TRÂNSITO	89
7 PERCEPÇÕES E PERFIL DAS CRIANÇAS	95

7.1	RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E PERCEPÇÕES	95
7.2	RELAÇÃO ENTRE ESCOLARIDADE E PERCEPÇÕES	98
7.3	RELAÇÃO ENTRE IDADE E PERCEPÇÕES	102
7.4	RELAÇÃO ENTRE LUGAR DE RESIDÊNCIA E PERCEPÇÕES	105
	CONCLUSÃO	109
	REFERÊNCIAS	113
	APÊNDICE A: Metragem Topográfica da Lagoa da Francesa	120
	APÊNDICE B: Solicitação de Anuência das Escolas	122
	APÊNDICE C: Roteiro de Entrevista Semiestruturada	124
	APÊNDICE D: Roteiro de Observação / Diário de Campo	126
	APÊNDICE E: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	128
	ANEXO A: Autorização da SEMED / Parintins	130
	ANEXO B: Escola Municipal Mércia Cardoso Coimbra	132
	ANEXO C: Escola Estadual Prof. Aderson de Menezes	134
	ANEXO D: Aprovação do Comitê de Ética	136

INTRODUÇÃO

Ao falar sobre os espaços na Amazônia ainda persiste uma representação social de que este é um ambiente natural intocado, povoado por animais silvestres, vegetação densa, rios, tribos indígenas isoladas ou pelo típico caboclo na canoa, buscando pelo sustento diário de sol a sol. Este imaginário desconsidera a realidade amazônica em suas nuances sociais urbanas e rurais, bem como as socialidades dos mais diversos grupos que vivem na cidade, nas margens dos rios e no interior. O mito da homogeneidade ambiental e social já não existe, e as mudanças que vêm ocorrendo, infelizmente, trazem mazelas similares às de outras regiões.

As áreas urbanas crescem aceleradamente enquanto que as áreas verdes vão se reduzindo. Estas transformações espaciais trazem embutidas em sua história o desequilíbrio social. Da mesma forma que as pessoas são subordinadas a uma vida de riscos e injustiças, a natureza sobre a qual se edifica a sede social dos humanos também é posta a uma condição de prejuízo.

Diversos estudos discutem os reflexos do ambiente construído sobre a natureza, os quais apontam para a minimização e degradação dos recursos ambientais na constituição das cidades (HERCULANO, 2000; ALVES, 2006; MARTINE, 2007; GONDIM, 2012). Entre tantos recursos, a água é um elemento essencial na edificação das sedes urbanas. Se por um lado ela é vital para a vida acontecer no ambiente urbano, com o crescimento desordenado e predatório muito comum na realidade brasileira, por outro, é um dos recursos mais prejudicados neste processo (MUCELIN; BELLINI, 2008). Os rios, lagos e igarapés que contornam, cruzam ou embelezam a área urbana têm sua função e características biológicas alteradas severamente ao longo da formação da cidade desordenada.

Os recursos fluviais, tradicionalmente úteis como vias de circulação de bens e serviços, hoje, infelizmente, servem como canais de esgoto por onde circulam resíduos domésticos, comerciais e industriais. Este processo desordenado de urbanização e uso social predatório dos elementos físicos do ambiente tem sido amplamente discutido por ambientalistas, urbanistas e movimentos sociais, sem contudo estagnar sua trajetória de depredação.

O foco do presente estudo é justamente esta alteração socioambiental e toma como ponto de análise o espaço de uma lagoa, outrora linda, limpa e objeto de

orgulho dos cidadãos parintinenses, atualmente, é um cenário que mais parece um esgoto a céu aberto. Diante disso, a pesquisa nasceu a partir dessa observação na cidade de Parintins/AM, considerada uma ilha, isto é, uma espaço de terra banhado de água por todos os lados, onde este elemento se torna extensão da vida do morador. Na Amazônia, não seria errôneo assegurar, que a água se infiltra em meandros intermináveis nesta terra central, fazendo uma rede hídrica que dá identidade à cidade e aos seus habitantes.

Diferente a este contexto, o que antes se configurava como paisagem a ser admirada, nos dias atuais, se apresenta como um cenário a lastimar, devido à poluição hídrica evidente. Em muitos lugares a vida aquática perece e agoniza na esperança de uma mudança desta realidade. Enquanto não chega a gestão da mudança, a população reclama, mas continua a sua rotina de depredação e utilização do recurso para suas necessidades, seja para descarte de qualquer tipo de resíduos, meio de transporte ou seja para eventuais recreações.

Neste trabalho, busca-se investigar a percepção ambiental das crianças sobre as significações, através do uso social e características ecológicas, de cursos de água poluídos pela população. Essas crianças são residentes do entorno de um lago degradado na cidade de Parintins/Am, a “Lagoa da Francesa”.

A Lagoa da Francesa se situa na região central da cidade e recebe diariamente transeuntes e resíduos domésticos, industriais e das embarcações que trafegam nos rios, cujo processo vem modificando gradativamente as características naturais da água, conforme estudos de Kimura (2011). Segundo dados desta pesquisa, os coliformes fecais foi o parâmetro que indicou a maior alteração na qualidade da água, devido a presença de efluentes sem o tratamento adequado.

É visível as ocorrências sociais modificando o ambiente da mesma forma que este transforma a estrutura social de uma cidade. Como em outros centros urbanos no mundo afora, o ambiente físico sofre com a ação predatória da sociedade e em Parintins não é diferente. Diante de questionamentos sobre a presente pesquisa, diversas situações alarmantes se projetaram, como: o processo de ocupação desordenado ao redor da Lagoa da Francesa, o aterramento e assoreamento da área, e a ineficiência de políticas públicas ambientais para estagnar a degradação da Lagoa. Contudo, para este estudo, não se trata de identificar as causas desta realidade ambiental, suas características insalubres e os causadores deste cenário. Ao contrário, será problematizado aqui as significações

dadas a este ambiente pelas crianças residentes do entorno e como elas percebem suas características ecológicas.

Por que as crianças? As crianças vivem num ambiente estruturado pelos adultos e recebem um mundo aos pedaços, ao mesmo tempo em que estes adultos reclamam de uma postura diferenciada das crianças (HIGUCHI, 1999; HIGUCHI, 2008; CRUZ, 2008). O fato de incluir a criança neste estudo não é mera escolha de preferência, mas por ser este grupo vulnerável às mais diversas mazelas socioambientais a que são expostas. Além disso, pesquisar as crianças, verificando como estas se constituem subjetivamente diante de um ambiente em particular, mostra também um caminho para entender a própria sociedade na relação pessoa - ambiente, nas formas de agir e pensar sobre e no ambiente.

Como estariam as crianças residentes no entorno da lagoa diante daquela paisagem alterada? Estariam elas percebendo os riscos advindos desse ambiente inóspito, mesmo sendo permitidas a usufruir dos (falsos) benefícios de uma lagoa para suas brincadeiras? Que percepção essas crianças têm sobre a lagoa, seria aquela veiculada como ambiente próprio para qualquer atividade sob quaisquer condições?

Por ter atuado durante o período de 2005 a 2010 na Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho em Parintins, anualmente, situações de diversas características aconteciam. Entretanto, no período da enchente, a situação se tornava atípica, quando as águas alagavam as ruas e as casas, à medida que os resíduos descartados na água invadiam a vida privada. No entanto, não eram esses episódios que se tornaram mais deprimentes. Deprimente era ver as crianças brincarem nas “piscinas de esgoto a céu aberto”, sem incomodarem-se com os dejetos aparentes, sob os olhos condescendentes dos pais.

Ao relembrar este cenário, algumas inquietações surgiram durante o processo de assimilação dos conceitos das ciências ambientais. Ingressar no Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, possibilitou uma desfamiliarização do olhar acerca do cotidiano socioambiental. Com os conhecimentos adquiridos foi possível aproximar as reflexões para a Amazônia, que apesar de viver nela, não refletia sobre a relação pessoa - ambiente e do laço intrínseco que une o ser à natureza.

Viver na Amazônia é utilizar dos ambientes naturais para diversos usos sociais, todavia a ação antrópica assevera gradativamente os recursos e serviços

ambientais. Como pesquisadora nascida e criada no interior desta floresta, a lembrança de águas limpas, principalmente, da Lagoa da Francesa, não fazem mais parte do que se vê atualmente. Diante deste contexto, a pergunta norteadora deste estudo é: estando a Lagoa da Francesa com franca poluição, como as crianças residentes em seu entorno percebem, nos dias atuais, as características ecológicas e o uso social deste ambiente hídrico?

Para atendimento desta questão central, delineou-se como objetivo geral deste estudo a percepção ambiental das crianças residentes no entorno da Lagoa da Francesa em Parintins/AM, a partir de suas características ecológicas e uso social. Diante deste foco, a pesquisa foi direcionada em três objetivos específicos: descrever o ambiente físico da Lagoa da Francesa, identificar as formas de uso da Lagoa da Francesa pelas crianças e investigar o significado atribuído pelas crianças à Lagoa da Francesa.

Nesse sentido, esta dissertação está organizada em sete capítulos que abordam a Amazônia, seus habitantes, o modo de vida urbano delimitado neste espaço e a percepção de ambiente da criança diante de um cenário socioambiental urbano específico. Logo, este estudo expressa os distintos significados e valências que um lugar peculiar agrega as crianças amazônicas que crescem, moram e vivem seguindo os caminhos de um rio.

1 A AMAZÔNIA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A Amazônia possui uma amplitude territorial e hidrográfica enorme, que se molda nos contornos dos rios, nas distintas gentes e na diversidade florística e faunística que a habita. Ferreira (2012) salienta que a Região Amazônica abriga a maior bacia hidrográfica (3.870.000 km²) e a mais extensa rede hidrográfica do mundo (6.110.000 km²). Santos *et al.* (2012), explicitam que a bacia se estende sobre vários países da América do Sul, se delimitando em 63% para o Brasil, 17% para o Peru, 11% para a Bolívia, 5,8% para a Colômbia, 2,2% para o Equador, 0,7% para a Venezuela e 0,2% para a Guiana.

A Amazônia Brasileira ou Amazônia Legal¹ tem uma extensão territorial de, aproximadamente, 5.217.423 km² (60% do território nacional), representando 67% das florestas tropicais do mundo e 20% das águas doces. O território amazônico abrange 776 municípios brasileiros, passando pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão (Figura 1). Se fosse considerada um país, seria o 6º maior do mundo.

Figura 1: Mapa da Amazônia Legal.



Fonte: SUDAM, 2015.

¹ Em 1953, através da Lei nº 1806, de 06 de janeiro, a Amazônia brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de uma necessidade do governo de planejar e promover o desenvolvimento da região (SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM).

A população da região é aproximada em 17.231.027 habitantes (10,3 % da população brasileira), de acordo com o censo de 2014, desta quantidade 70% são residentes na zona urbana e 30% na zona rural. Convém registrar que no Estado do Amazonas, a população está, na estimativa, em 3.873.743 habitantes. Apesar de ser o maior estado da federação, a densidade demográfica está em 2,48 hab./ km², distribuídos numa área de 1.559.159,148 Km², no qual se inserem 62 municípios.

Com o deslocamento acelerado das populações rurais, as cidades amazônicas, antes pequenos povoados e vilas, hoje possuem contingentes humanos que alteram, significativamente, a geografia que habitam (OLIVEIRA, 2000). Devido à grandeza da região, a produção do espaço urbano teve aspectos sociais particulares que fizeram da urbanização na Amazônia distinta das outras regiões brasileiras.

Na Amazônia, a construção urbana estabeleceu alterações gradativas no ambiente, aceleradas fortemente a partir dos ciclos econômicos na região e nos incentivos ao povoamento. Nas pesquisas de Castro (2008) há dois movimentos contínuos de urbanização da Amazônia: o primeiro foi no período áureo da borracha, que se dava através dos rios com a ocupação de seus vales, por acompanhar a calha dos grandes rios, como por exemplo, o Amazonas. O segundo momento ocorreu a partir de 1960, com o incentivo de programas governamentais de expansão da fronteira agrícola, que permitiu um grande contingente de migrantes de várias regiões do Brasil.

Castro (2008) mostra que nos dois momentos, houve incentivos a fluxos migratórios para o povoamento da região, os quais foram se transformando em vilas e depois em pequenas e médias cidades e até em metrópoles como Manaus e Belém, devido ao *boom* populacional que a região teve em relação às outras regiões brasileiras. Nos argumentos de Souza (2013), a produção do espaço urbano amazônico se introduz pela mediação do mercado e da terra enquanto mercadoria na relação do homem com a natureza, visando a circulação e garantia do capital.

Diante deste processo contínuo de urbanização e povoamento, o número de cidades na Amazônia teve um acréscimo desde 1960. Souza (2013) apresenta que em 1960 eram apenas 165 cidades e, em 2000, o número atingia 449. Em dados atuais, as cidades amazônicas estão na marca de 776. A autora relata que, em geral, as cidades são pequenos núcleos que se emancipam, com a ausência ou

precária infraestrutura, tendo como base econômica, apenas o repasse dos recursos públicos.

A Amazônia Legal possui cidades de porte médio² e, na sua maioria, cidades consideradas pequenas³ e duas metrópoles⁴: Manaus (AM) e Belém (PA). Manaus é o município mais populoso da Amazônia Legal, com população aproximada em 2.020.301 habitantes (é o sétimo mais populoso do país). Este número equivale à 60% da população total do estado do Amazonas.

O célere deslocamento do campo para a cidade, proporcionou um quadro semelhante às grandes e médias cidades brasileiras: de um lado, riqueza e bem-estar, e, de outro, a pobreza e miséria. Pessoas mudando constantemente para núcleos urbanos com o objetivo de buscarem melhores condições de vida, acesso aos serviços públicos, emprego e educação, transformaram pequenas vilas em cidades com fluxo constante. No entanto, também projetou o inverso: pequenas cidades foram esvaziadas, com a saída de habitantes para outros lugares.

Sathler (s/d) destaca que o relatório da União Internacional dos Arquitetos - UIA, de 1999, preconiza que as cidades de porte médio possuem sistemas mais equilibrados e sustentáveis em relação às grandes aglomerações populacionais. Apresentam menores índices de criminalidade, tempo e gastos reduzidos no trânsito, menores níveis de poluição, custos de moradia, transporte mais acessível e maior proximidade as áreas verdes. Entretanto, este autor fala que o quadro aparente nos municípios de porte médio da Amazônia Legal, refletem o contrário: graus alarmantes de desemprego e pobreza.

Esta situação se apresenta preocupante, devido o crescimento das cidades seguirem o contorno dos rios, contraindo os recursos ambientais, sem um planejamento aparente, fragilizando a população mais pobre. Estes espaços urbanos não estavam preparados para atender uma grande demanda, o que promoveu problemas socioambientais gradativos.

² Cidades de porte médio são cidades que abrigam de 100 mil a 300 mil habitantes.

³ Cidades de porte pequeno são consideradas cidades que abrigam menos de 50 mil habitantes.

⁴ Métopoles são cidades com um grande centro populacional, que consiste em uma grande cidade central, constituída de outras cidades menores e próxima. Manaus e Belém são consideradas metrópoles regionais. Por exercerem influência nos estados próximos e por terem um número de habitantes superior a 1 milhão.

1.1 AS PESSOAS NO HABITAT URBANO

Apesar dos problemas vividos nas cidades, estas não deixaram de receber cada dia novos habitantes, que saem de lugares mais distantes para se concentrarem em espaços limitados. Martine (2007) sustenta que o ambiente urbano é *habitat* de aproximadamente 2,9 bilhões de pessoas. No Brasil, estes dados representam mais de 80% de moradores urbanos (MUCELIN; BELLINI, 2008).

Com o aumento populacional e o uso desordenado do solo, Herculano (2000) expõe que o padrão tradicional da dinâmica urbana segregou os ricos na região central e os pobres na periferia. Sobre isso, Maricato (2003) comenta que no final do século XX, a imagem das cidades de médio à grande porte no Brasil, tiveram sua estrutura alterada devido ao fluxo constante de pessoas, violência e aumento da poluição das águas e do ar. Este aumento da extensão de áreas periféricas ou a ocupação do solo em ambientes naturais, fez com que inúmeras famílias passassem a viver em situações insalubres e precárias de uma infraestrutura urbana.

A característica de disposição espacial, é exposta por Cartier *et al.* (2009) ao falarem que a escolha da moradia geralmente está relacionada com a capacidade financeira dos grupos sociais, o que reforça o argumento anterior de Herculano (2000), na dicotomia centro - periferia. Diante disso, Fischer (1994) esclarece que para compreender o lugar do *habitat*, é preciso situá-lo nesta dinâmica do espaço social urbano na oposição centro - periferia, ora espaços valorizados, ora desvalorizados. Segundo o autor, esta estrutura obedece a uma lógica que define os espaços sociais afetados por um valor maior ou menor de inclusão ou exclusão social.

O *habitat* humano e urbano deve, inevitavelmente, envolver o elemento físico da moradia (construção) e a qualidade ambiental no espaço construído (salubridade), assim como seu entorno (habitabilidade) e as suas inter-relações de vizinhança (COHEN *et al.*, 2007). Todos estes elementos são indissociáveis para determinar um espaço de moradia com qualidade. Por um lado, o *habitat* tem a função vital que corresponde à necessidade especial de viver num espaço que protege dos perigos exteriores e ao mesmo tempo está protegido contra os riscos naturais e violências alheias. Por outro, é um espaço organizado no qual se desenrola a vida privada, não somente as relações sociais, mas as condições sociais que determinam sua estrutura (FISCHER, 1994).

A produção do espaço urbano manifesta aspectos sociais que são fatores de distinção entre as pessoas. Habitar no centro ou na periferia propicia distinções dentro de um meio social, por isso, que analisar os lugares oferece visões sobre o caráter sociohistórico da sociedade. O lugar, para Cavalcante e Nóbrega (2011), é o espaço de referência, ao qual se atribui significado e que ganha valor pela vivência e sentimentos. Os lugares não são apenas externos, são internos também. As pessoas carregam em seus corpos os lugares (MARANDOLA JR; MODESTO, 2012).

Cruz (2008) contextualiza a cidade como o espaço urbano demarcado por diferenças, que não se limita num espaço geográfico, mas sobretudo e, principalmente, a um espaço social. A cidade, portanto, se torna palco de produções históricas dos inúmeros grupos sociais, de símbolos, manifestações e identidades. Quando as pessoas habitam um lugar, estão se apropriando de um território, que lhes dá o sentido de sobrevivência e pertencimento. A necessidade de ter um lugar, corresponde aos sentimentos de propriedade, de poder e *status* social, mas também de abertura ou fechamento de comunicação com o outro (LEMOS, 2010).

A disposição reduzida da terra, segundo Gondim (2012), tem gerado um quadro histórico de segregação social e espacial de indivíduos em territórios determinados. A população mais carente passa a ocupar áreas inapropriadas, devido à disposição limitada do solo e ausência de políticas públicas de ordenamento espacial. Para Fischer (1994) isso tem caráter de isolamento, isto é, os espaços isolados ou alheios são direcionados a grupos sociais minoritários, de categorias socialmente desfavorecidas.

Além disso, Fischer (1994) categoriza os lugares que são considerados, topologicamente, na periferia ou à parte, como “espaços sociais paralelos”, que não se integram numa funcionalidade definida. Esta análise parte das dicotomias centro e periferia, inclusão e exclusão, lugar bom de morar e lugar ruim de morar. Estas distinções possuem grande parte de subjetividade, mas se instaura a partir das condições físicas ali disponíveis, pois são estas condições que irão determinar quem pode estar lá, ou lá se estabelecer.

Habitar nas margens de uma lagoa fétida se configura, nos termos de Fischer (1994), um espaço social paralelo, isto é, um espaço que não foi projetado para bem viver, mas que congrega desde ocupantes com comportamentos desviantes, ocupantes que ali estão por um tempo sem a perspectiva de

permanência e enraizamento e sem a devida posse do lugar. No entanto, esta caracterização para o autor, não desmerece a ressignificação do lugar para um espaço que seja, reconhecidamente, de qualidade. Esta transformação depende dos próprios ocupantes, da sociedade em geral e das políticas públicas de gestão da cidade.

Habitar um determinado lugar esboça, assim, uma identificação do sujeito com seu entorno, pois cada lugar é produtor e produto de significações para as pessoas (HIGUCHI, 2008). O que se percebe nas cidades, independente de serem pequenas, médias ou metrópoles, é que há uma sobrecarga de problemas socioambientais, que se agravam continuamente. Geralmente, as populações que mais sofrem são aquelas com baixo poder aquisitivo, excluídas dos benefícios e bens de cidadania. Porém, estariam os habitantes percebendo tais transformações no ambiente? Qual a relação possível entre degradação ambiental e vulnerabilidade das pessoas que ali habitam?

1.2 DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E VULNERABILIDADE SOCIAL

É fato que o processo urbanizatório trouxe benefícios para as pessoas, todavia também conseguiu impactar negativamente o espaço, à medida que a aglomeração de pessoas num ambiente restrito ocasiona danos ao ambiente e ao próprio sujeito. Problemas com crescimento demográfico, desordenado e concentrado em locais distintos, ocasionados pela ausência de planejamento e de programas de urbanização, tornaram-se uma realidade presente na maioria dos centros urbanos. Falta de moradias adequadas, saneamento básico ineficiente e, por conseguinte, degradação do ambiente físico, começaram a fazer parte do *habitat* urbano.

O desequilíbrio entre o espaço construído e o ajuste ao ambiente é, segundo Ojima e Marandola Jr (2010), resultado dos anos de *déficit* da produção de um espaço urbano que não leva em conta fatores ambientais em sua construção, gestão e planejamento. Assim, a poluição de igarapés, dos lençóis freáticos, a depredação das florestas, entre outros, passaram a ser recorrentes e se tornaram motivos para ações ambientalistas. Sociedade e ambiente têm vínculos inseparáveis, daí que todo problema ambiental é também um problema de cunho social.

Deste modo, cidades construídas sem um planejamento adequado fragilizam a natureza inserida na sua estrutura, assim, as águas como elemento constituinte da demarcação citadina se tornam, com o tempo, degradadas pela ação antrópica. Nos rios e igarapés que cortam as cidades, é constante ver objetos flutuando, alterando a paisagem, o que modifica, igualmente, o modo de uso dos indivíduos com as águas. Tal situação, infelizmente, parece estar se naturalizando como consequência da urbanização.

Alguns estudos evidenciam que há movimentos para mitigar a poluição, a exemplo de Jacaúna (2012) ao discorrer sobre a ideia de que a qualidade da água como inalterada começou a mudar, porém, alerta que existe a fragilidade no conhecimento das características físicas dos ambientes hídricos e do gerenciamento e conservação deste elemento. Sobre a gravidade da poluição das águas, Gil (2011) relata que a Assembléia Geral das Nações Unidas, em 2010, declarou que o acesso à água limpa e saneamento básico são direitos humanos fundamentais, portanto, devem ser salvaguardados. Com a poluição dos rios, inúmeros reflexos são percebidos no ambiente e nos sujeitos: a saúde é comprometida, o lazer se torna escasso e a qualidade de vida vai se fragilizando. Tanto o ser humano quanto a natureza tornam-se vulneráveis.

Ao observar um ambiente natural urbano (neste caso, os cursos de água) implica em perceber que o uso, as crenças e hábitos do morador têm promovido alterações ambientais e impactos significativos no ecossistema urbano. E esta situação é preocupante por ser a água o elemento essencial na vida de todo ser vivo.

Os seres humanos além de utilizarem a água para suas funções vitais como todas as outras espécies, usam os recursos hídricos para um vasto conjunto de atividades: navegação, produção de alimentos, lazer, turismo, entre outras (FERREIRA, 2012). Entretanto, com a poluição das águas e saneamento básico precário, doenças de veiculação hídrica, como a amebíase, a hepatite infecciosa e a cólera, passam a afetar a população.

Famílias alocadas em áreas verdes, encostas e na orla dos rios e que estão em situação de vulnerabilidade são as mais atingidas pelos reflexos da degradação hídrica. A situação se torna alarmante devido às crianças, oriundas de famílias de baixa renda, se relacionarem com o ambiente não percebendo as fragilidades ecológicas das águas e o risco de adquirir doenças através do contato direto. A

saúde é o elemento mais impactado pela degradação ambiental, por isso que saneamento básico eficiente é fundamental para a prevenção de doenças.

As principais atividades do saneamento estão na coleta e no tratamento de resíduos sólidos e líquidos, prevenção da poluição das águas, garantia de água potável, além do controle de vetores externos (BARREIRA; BARNABE, 2009). Na ausência ou ineficiência deste, a população mais carente se torna mais vulnerável, o que para Alves (2006) se caracteriza num estado de vulnerabilidade socioambiental. O autor apresenta a vulnerabilidade socioambiental como a coexistência ou sobreposição espacial entre grupos populacionais muito pobres e com alta privação (vulnerabilidade social) e áreas de risco ou degradação ambiental (vulnerabilidade ambiental). Para Alves, a categoria vulnerabilidade socioambiental pode traduzir ou captar o porquê que as áreas de risco e degradação ambiental são, na maioria das vezes, áreas de pobreza e privação social.

Alves (2006) ainda salienta que a noção de vulnerabilidade é definida como uma situação em que estão presentes três elementos: exposição ao risco; incapacidade de reação; e dificuldade de adaptação diante da materialização do risco. Por isso, Cartier *et al.* (2009) reforçam que as populações mais pobres são concentradas e segregadas em áreas de maior degradação e risco ambiental, consideradas zonas “invisíveis”, e apartadas do centro visível e abastado.

Independente do *status* social ou situação financeira, Herculano (2000) fala que tanto os ricos quanto os pobres urbanos ao produzirem sua sobrevivência transformam a natureza. Cada um em escalas distintas, mas também impactam o ambiente. Jacobi (2006) fala que os impactos ambientais na cidade resultam de várias operações interligadas: precariedade dos serviços e da omissão do poder público na garantia das condições de vida da população e também o descuido e a omissão dos próprios moradores, inclusive dos bairros mais carentes de infraestrutura. Mesmo que o morador cidadão, independente da condição social, anseie viver num ambiente que apresente as melhores condições para a vida: ar puro, desprovido de poluição, água pura em abundância, entre outras características tidas como essenciais, não é isso que, geralmente, se apresenta (MUCELIN; BELLINI, 2008).

Apesar de estar no bojo dos problemas ambientais, o ser humano, nas diversas faixas etárias, gênero e situação econômica, ao presenciar as mazelas socioambientais parece pouco refletir sobre estes casos, tornando-se passivo e

alheio diante dos problemas vivenciados. De tal modo, se instala um processo de naturalização da degradação ambiental entre os indivíduos, e tal imaginário se alastra pelas gerações que estão chegando, como, por exemplo, as crianças que vivem nesta realidade. O ambiente passa a ser recebido com todos os problemas como se assim fosse desde sua gênese, isto é, um aspecto a ser consertado ou a ser aceito. Seria assim percebido pelas crianças que vivem nessa realidade urbana?

2 PERCEPÇÃO DO AMBIENTE URBANO PELA CRIANÇA

É a partir do corpo e pelo corpo que se sente o ambiente e se relaciona com ele e todos os seus elementos constituintes (FISCHER, 1994). São os sentidos que introjetam o externo à consciência, possuindo uma inter-relação dinâmica de não somente ver, sentir e perceber, mas de ação integrada com o tempo, as crenças e a produção de espaços. O mundo é assim apreendido pelo ser humano e a ele é dado racionalidades e subjetividades. Este processo chamado de percepção, vem da palavra latina *perceptivo*, caracteriza a aquisição de conhecimentos por meio dos sentidos, os quais permitem a formação de ideias e entendimentos formados a partir dos sentidos (SCHMITT; MATHEUS, 2005). Mucelin e Bellini (2008) acreditam que a percepção pode ser entendida como tomada de consciência a respeito de qualquer objeto ou circunstância, ou seja, uma elaboração mental e consciente sobre algum objeto ou fato.

No bojo do conceito de percepção como processo psicológico, surge a Percepção Ambiental (PA), não restrita ao conceito de percepção, mas como categoria de análise. A PA tem como pressuposto a captação do ambiente pelos sentidos e o entendimento (externalização) dele pelas vivências (subjetividade) dos sujeitos. Como o estudo da PA é recente, vários autores a conceituam apontando sua relevância nas relações pessoa - ambiente. A PA surgiu nos idos de 1960 diante da necessidade dos geógrafos humanistas compreenderem a intencionalidade humana na formação do espaço (MARANDOLA JR.; GRATÃO, 2003). Kuhnen e Higuchi (2011) descrevem que neste período os estudos da relação pessoa e ambiente foram tomando forma e se constituindo como um procedimento adequado, apesar de ter, inicialmente, a restrição própria do controle dos comportamentos estudados em laboratório.

A noção de PA evidencia a relação entre comportamento social e realidade física, ou seja, as inter-relações entre ser humano e o ambiente natural ou construído, suas expectativas, julgamentos e condutas diante do uso cotidiano do espaço. Del Rio e Oliveira (1999) definem a PA como um processo mental de interação do indivíduo com o meio, que acontece através de mecanismos perceptivos e cognitivos. Os primeiros são dirigidos pelos estímulos externos, captados através dos cinco sentidos enquanto que os segundos, compreendem a contribuição da inteligência, admitindo que a mente não funciona apenas a partir dos

sentidos e nem recebe as sensações passivamente. Kuhnen e Higuchi (2011) e Higuchi e Calegare (2013) enfatizam que a PA é um caminho para acessar o conjunto de cognições e afetividades relacionados à relação pessoa e ambiente.

Amorim Filho (2009) salienta dois grandes pensadores na consolidação da geografia humanística e da PA: Yi-Fu Tuan, que difundiu os conceitos fundamentais para a compreensão do ambiente e para as aspirações do ser humano em termos de qualidade ambiental, e Kevin Lynch, um pesquisador ligado aos problemas dos espaços e paisagens urbanas. O autor ainda informa que no Brasil, a pioneira foi Livia de Oliveira, da UNESP / Rio Claro, que não adota a expressão PA por achar limitada demais, preferindo utilizar o termo “Percepção do meio ambiente”.

Comumente confunde-se sensação e percepção, todavia seus conceitos são distintos, porém, indissociáveis. Para esclarecer essa diferenciação, Schmitt e Matheus (2005) caracterizam a sensação como o processo de receber, converter e transmitir informações do mundo externo ao cérebro, não necessariamente ao corpo, através dos cinco sentidos: audição, paladar, tato, visão e olfato. Enquanto que a percepção dá sentido à informação sensorial, transformando-a em representações mentais. Ao categorizá-la como ambiental, a percepção parte de uma concepção global da pessoa com seu entorno, mostrando a conexão dos ambientes e a complexidade inerente a essa ligação, com a participação de vários elementos constituintes da existência humana.

Nos estudos de Oliveira (2004), ver é uma sensação, perceber é atribuir um significado, conhecer já requer a participação da cognição (pensar), faculdades indissociáveis no ser humano. A percepção não é algo restrito, mas abrangente que agrega, holisticamente, diversos fatores. Para firmar o conceito de percepção, são apresentados os três estágios da percepção, em consonância com Schmitt e Matheus (2005): a) *Seleção*: escolha dos estímulos que mais se vai prestar atenção; b) *Organização*: a informação é sistematizada em padrões e princípios que ajudam a compreender o mundo. Os dados sensoriais são organizados de acordo com a forma, a constância perceptiva, profundidade e a cor; e c) *Interpretação*: após a seleção e organização em padrões das informações sensoriais, o cérebro usa estes dados para explicar e formar juízos sobre o mundo externo. Neste estágio, existem diversos fatores que influenciam, como: as experiências anteriores, expectativas, cultura, motivações pessoais e padrões de preferência.

Para Tuan (1980; 2013), o mundo é percebido pelas pessoas pelo uso de todos os seus sentidos, sendo, a percepção uma espécie de leitura de mundo, na qual os sentidos regem a produção cognitiva de cada um. A percepção é uma produção subjetiva, cada um enxerga o mundo a partir da dimensão cultural que faz parte. Mucelin e Bellini (2008) explicam que a leitura perceptiva do ambiente urbano, tanto individual quanto coletiva, é produzida nas inter-relações fenomenológicas habituais entre a pessoa e o ambiente. Assim, o modo como se vê e se sente o ambiente está intrinsicamente vinculado às crenças e hábitos vigentes.

Oliveira (2004) enaltece que o meio ambiente é tudo e todos, uma moeda com duas faces: o ser humano e a natureza, interligados, inseparáveis para sempre. Para a autora, somente serão equacionados os problemas ambientais quando forem tratados como processos que impliquem a participação e a construção, a partir da própria sociedade. Kuhnen e Higuchi (2011) discutem que, progressivamente, se internaliza determinadas imagens que se faz do espaço exterior a partir das experiências. Estas imagens são produtos e produtoras de relações sociais, ou seja, a realidade construída e percebida não é neutra e alheia às configurações sociais e históricas da sociedade.

Mucelin e Bellini (2008) esclarecem que os problemas ambientais se naturalizam no cotidiano, devido às situações diárias vivenciadas de forma repetitiva, o que produz uma espécie de cegueira. Para os autores, isso forma uma imagem perceptiva em dois vieses: de um lado o ambiente urbano legível e perceptível vivenciado; de outro, situações e locais imperceptíveis, ocultos ao julgamento perceptivo.

Ao fazer uso da PA, variados fatores são levados em conta, a idade é um deles. Mansano (2006) afirma que a idade é uma variável extremamente importante e nesse sentido a infância tem um apelo especial, uma vez que a criança aprende sobre a sua cidade, bairro, entorno e cotidiano desde o momento em que nasce. A autora salienta que a análise da PA de uma criança não deve ser feita do mesmo modo de um adulto, pois cada um possui elementos distintos para perceber o mundo, de acordo com suas experiências e seu olhar geográfico.

Tuan (1980) apresenta a importância do ciclo da vida no aumento da amplitude das respostas humanas ao mundo. O infante (recém-nascido) é sem mundo, na medida em que não pode distinguir entre o eu e o meio ambiente. Para este autor, o bebê discrimina mais as qualidades do som do que as imagens visuais.

Deste modo, a criança até os seis anos não percebe o espaço e a paisagem como analisável em diferentes dimensões, o mundo está reduzido ao imediato e animado. Todos os corpos visíveis a ela são vivos e dotados de movimento.

Entre os sete anos e treze anos, a criança se torna capaz de conceituar o espaço em suas diferentes dimensões, podendo ver a paisagem como um segmento da realidade externa, artisticamente arranjado. Sem a carga das preocupações terrenas, sem as cadeias da aprendizagem, livre do hábito enraizado, negligente do tempo, a criança está aberta para o mundo (TUAN, 1980).

A questão de gênero também influencia a percepção. Para Tuan (1980) as diferenças fisiológicas entre o homem e a mulher são claramente especificáveis e espera-se que estas diferenças afetem os modos de responder ao mundo. O autor aponta para a sensibilidade olfativa da mulher que é mais aguda após a puberdade. Todavia, Tuan enfatiza que o impacto dominante da cultura no comportamento determina, ainda mais, uma visão de mundo distinta. Assim diversos elementos constroem a visão de mundo das pessoas e o modo como se relacionam com seu entorno.

A criança, ao construir a sua vivência, torna-se um ser ativo no mundo, envolto pelas dimensões socioculturais da sociedade, por isso, Higuchi (2008) argumenta que o modo como a criança constrói suas ideias sobre os lugares, não advém, apenas, dos aspectos materiais, mas sobretudo das relações sociais. Reflexões e envolvimento com o lugar e espaço vividos representam os aspectos como as pessoas pensam sobre si mesmas, sobre as outras e sobre o mundo.

Peter Khan *et al.* (1996) realizaram na década de 1990 um estudo em duas cidades na Amazônia - Manaus e Novo Airão no Amazonas - , acerca da percepção da criança brasileira da região sobre a degradação ambiental. Este estudo buscava perceber se as crianças de um centro urbano e da zona rural tinham consciências distintas sobre os problemas ambientais e entendimento sobre os impactos da degradação à coletividade.

A pesquisa de Khan *et al.* mostrou que as crianças dos dois centros sabem que jogar lixo no rio causa um grande mal à natureza e que afeta muitas vidas, todavia as crianças da cidade de Novo Airão mostraram um apelo mais forte no combate à degradação ambiental do que as crianças de Manaus. Este fato pode demonstrar que dentro de um ambiente urbano, o envolvimento com os recursos ambientais sofre mais fragilidade por ser “mais distante”, fazendo com que haja um

outro olhar sobre a relação ser humano - natureza. Sobre isso, Profice (2010) argumenta que a qualidade das relações afetivas iniciais que acontecem da criança com o ambiente é elemento de base para as relações de apego aos lugares e com o compromisso de preservação ambiental, que favorece o bem - estar psicológico e social das pessoas.

Apreço, valorização ou medo em determinados ambientes são reflexos no modo como o ser humano percebe o mundo, visto ser uma relação recíproca e dinâmica. Neves (2013) argumenta que cada grupo empossado do seu lugar, produz comportamento, visão de mundo, imagem da cidade, a partir das referências dos objetos no local. Desta forma, para compreender os rumos e os significados do planeta para o indivíduo e à coletividade, deve-se analisar as produções históricas, culturais e ideológicas do ser humano e sua projeção no entorno vivido. Diante disso, como a criança se projeta num espaço em situação de vulnerabilidade socioambiental?

2.1 A CRIANÇA NO ESPAÇO URBANO VULNERÁVEL

Ter acesso aos benefícios do conforto produzido pelos recursos e serviços naturais é um direito primordial. Estes benefícios nem sempre se manifestam na consciência dos indivíduos, pelo fato de viverem onde tais condições se naturalizaram de modo restritivo, que não é possível o reconhecimento dos atributos benéficos do meio ambiente.

Esta forma de agir com o entorno é expressado pelo corpo, através dos sentimentos que o ser agrega ao ambiente: proteger a natureza ou ter indiferença a ela, é importante para entender o mundo em que se vive. O espaço que se habita é representativo de componentes ambientais de um dado contexto imediato e nunca é neutro. A presença (ou ausência) de determinados elementos e a organização espacial sempre está comunicando alguma mensagem, direta ou indiretamente, dos usuários e para si próprios (CARVALHO; SOUZA, 2008).

Cruz (2008) fala que o mundo desenvolvente da criança, é uma construção gradativa. Assim, a criança passa por várias fases no seu processo de desenvolvimento, e cada fase é estabelecida em função do melhor que a criança pode fazer naquele momento e de acordo com seus limites. Nesta temática, o psicólogo Jean Piaget revolucionou a compreensão humana acerca do

desenvolvimento da mente das crianças (MYERS, 2003). Graças ao trabalho de Piaget, hoje se entende que as crianças raciocinam de maneira peculiar sobre problemas cujas soluções são evidentes para os adultos. Piaget sustenta que a mente da criança se desenvolve através de uma série de estágios, em uma marcha ascendente dos simples reflexos do recém-nascido até o poder de raciocínio abstrato do adulto (MYERS, 2003; CAVICCHIA, s/d; CORREIA, 2008).

Explorar outros ambientes, sem ser do âmbito familiar, passa a fazer parte do desenvolvimento da criança. Nesta fase, se constrói impressões, significados e aprendizagens sobre um determinado ambiente e se atribui aspectos sociais associados à geografia dos lugares (HIGUCHI, 1999).

Diante das percepções e do desenvolvimento dos processos cognitivos aos sociais e afetivos, a criança vai gradualmente interagindo com o ambiente e com as pessoas, adaptando sua imaginação à realidade objetiva e remodelando o ambiente de acordo com suas capacidades e necessidades. Logo, habitar um espaço vulnerável, propicia outros modos de agir e pensar sobre o cotidiano.

2.1.1 Viver no entorno de ambientes naturais degradados

A necessidade de ter um pedaço de terra para viver, faz com que os sujeitos se envolvam em diversos ambientes, muitos destes aquém da dignidade humana. A criança ao habitar estes locais, passa a interagir ao redor, reconhecendo o lugar e se reconhecendo nele. O lugar de moradia (casa, rua e bairro), tipo de habitação, as pessoas residentes, tudo que envolve o ambiente habitado, passa a influenciar a percepção da criança (HIGUCHI, 2008). Morar próximo a ambientes naturais, torna este elemento parte integrante de sua vida, palco de brincadeiras e socialização.

Carvalho e Souza (2008) argumentam que o contato da criança com a natureza contribui para o desenvolvimento de interesse e preocupação com o meio ambiente, além de favorecer para um alerta físico e mental, para o desenvolvimento da autonomia, oferecendo oportunidades para aprendizagens e brincadeiras mais ricas e complexas, estimulando a curiosidade da criança. A importância das crianças na aprendizagem ambiental tem sido reconhecida como um elemento - chave no desenvolvimento de uma disposição, potencialmente ao longo da vida, de cuidado com o meio ambiente (DUHN, 2011).

Com os impactos ambientais, esta relação se torna restrita, uma vez que, viver no entorno de ambientes naturais degradados, como lagoas poluídas, pode proporcionar à criança conceitos distorcidos sobre a disposição dos recursos ambientais e suas características biológicas. Mas infelizmente, grande parcela de famílias em situação de vulnerabilidade social e ambiental são submetidas a uma realidade de degradação e as crianças tornam-se os grupos mais penalizados.

Através de pesquisas realizadas pelo Fundo Nacional das Nações Unidas - UNICEF em 2004, se constatou que dois fatores são primordiais para o cotidiano saudável da criança na Amazônia: ambiente afetivo saudável e seguro, e ambiente material / natural confortável e protegido. Foi verificado que a renda familiar constitui fator decisivo para a determinação das condições materiais de vida da criança. Entre estas condições estão a qualidade da habitação, os equipamentos e serviços de que dispõe, a higiene e o saneamento, entre outros.

Morar numa residência confortável, protegida, situada em local seguro e facilmente acessível, com energia elétrica, serviços e equipamentos que garantam o consumo de água potável, além das condições adequadas de saneamento (instalações sanitárias, coleta e destino final do lixo) é essencial na vida humana, e no caso das crianças, fator determinante para uma vida produtiva e saudável. Segundo a UNICEF (2004), todavia os grupos sociais mais pobres, na ausência de tais elementos, costumam desenvolver padrões de comportamento que podem se constituir em autênticas estratégias de sobrevivência.

Utilizar de ambientes naturais degradados para atividades de lazer e socialização tem sido corriqueiro para muitas crianças nas cidades da Amazônia, o que pode ser característico de uma “amnésia ambiental geracional”. Para Peter Kahn *et al.* (2009), é a infância que dá o parâmetro de normalidade ao cotidiano. Se a cada geração o mundo vivenciado na infância é mais degradado, cada geração tende a achar normal o índice de degradação ambiental. Esta naturalização é característica da amnésia ambiental geracional.

Sobre esta teoria, foi realizado em Houston (EUA) uma pesquisa que perguntava às crianças locais sobre o entendimento da poluição do ar da cidade. Um número significativo entendia a ideia de poluição, mas não percebiam que Houston era uma das cidades mais poluídas dos Estados Unidos. Para Kahn *et al.* (2009), faltou um parâmetro comparativo entre poluído e não poluído na base de experiências das crianças.

Viver num espaço degradado é preocupante. Ainda mais ao utilizar destes espaços para atividades cotidianas, principalmente, quando pesquisas constatarem que, no espaço urbano, as crianças pobres vivem em regiões insalubres, em que a qualidade da água e as instalações sanitárias são precárias, o que afeta o bem-estar e a saúde desta população.

Com o contato direto com cursos de água urbanos poluídos, principalmente, nos períodos de seca e cheia amazônicos, quando as moradias são alagadas, trazendo dejetos para dentro das casas, as crianças adquirem doenças parasitárias e infecciosas, que são responsáveis por uma importante proporção das mortes em menores de cinco anos nos estados amazônicos (UNICEF, 2004). Cursos de água, quintais e ruas, áreas de lazer das crianças sem outras alternativas, acabam se tornando espaços poluídos e otimizados no dia a dia infantil.

Diante de um cotidiano de poluição ambiental, as crianças, por não terem contato com recursos naturais preservados, podem perceber o ambiente degradado como a única realidade tácita possível. Considerando que a noção de realidade é dada pelo momento histórico, pelos costumes e pelas vivências, processos que dão os contornos de visão de mundo para a criança, o fato de viver em ambientes naturais degradados é alarmante. E assim se circunscreve o ambiente físico onde muitas crianças em Parintins/AM vivem, para tanto, é primordial neste estudo, verificar qual a percepção que essas crianças possuem sobre a Lagoa da Francesa diante dos problemas de poluição e degradação vislumbrados.

3 LÓCUS DA PESQUISA: CIDADE DE PARINTINS

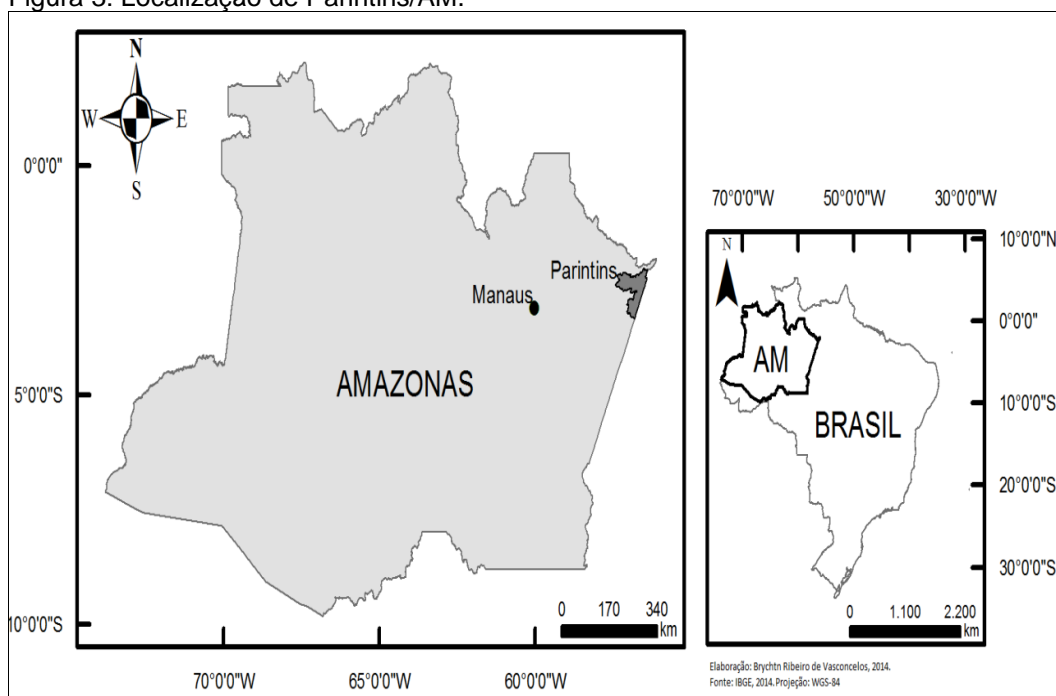
Parintins, município do interior do Amazonas, distante de Manaus a 369 km, possui uma área territorial estimada em 5.952,390 km² (45 km² é equivalente ao perímetro urbano), com população aproximada em 110.411 habitantes (4% da população amazonense) - na zona urbana isso representa, aproximadamente, 70 mil habitantes (IBGE, 2014). É o único município do interior a ultrapassar 100.000 habitantes, logo, é considerado, de porte médio (Figura 2). Faz divisa ao norte com os municípios de Nhamundá e Urucará, ao sul com o município de Barreirinha, a oeste com o município de Urucurituba (no Amazonas) e a leste com o Estado do Pará (Figura 3).

Figura 2: Vista Aérea de Parintins/AM.



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS, 2015.

Figura 3: Localização de Parintins/AM.



Fonte: VASCONCELOS, 2014.

A região de Parintins está inserida no sistema fluvial da Bacia Amazônica, banhada pelo maior rio do mundo, o Amazonas. É uma ilha fluvial localizada à margem direita do rio Amazonas, envolta pelas águas deste caudaloso rio, o qual forma os lagos do Macurany, Parananema, Aninga e a Lagoa da Francesa (JACAÚNA, 2012). Estes lagos banham a sede municipal e estão mais sujeitos à degradação.

Souza (2013) delinea, historicamente, o período de produção e evolução do perímetro urbano de Parintins, que vai até o final da década de 1960, o qual teve início com a fixação dos primeiros habitantes na Ilha, impulsionados por períodos econômicos que promoveram seu crescimento (indústria extrativa e pecuária). Hoje, a manifestação folclórica dos bois-bumbás Caprichoso e Garantido se torna essencial para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Além desta festa reconhecida internacionalmente, o município possui atrativos naturais e construídos, como as praias de Itaracuera, na comunidade rural de Uaicurapá ou a Catedral de Nossa Senhora do Carmo, na sede, em honra à padroeira. E, claro, os habitantes são os elementos que dão significado a tudo que se relaciona a ser de Parintins, com sua linguagem típica, costumes e habilidades criativas que os levam a inúmeros horizontes.

Com a migração de outras áreas, especialmente da zona rural, Parintins teve um impulso forte no crescimento demográfico. Como toda cidade, não estava planejada para atender uma grande demanda e inúmeros problemas sociais surgiram e sobrecarregaram o ambiente físico, que cedeu lugar para as moradias, ruas e aterros. Isso aconteceu pela disposição dos novos habitantes nas áreas periféricas e no entorno dos cursos de água, iniciando o processo de degradação dos recursos ambientais. Neste avanço, a relação pessoa - ambiente passou a ficar vulnerável, com o distanciamento dos laços que apegam o ser humano à conservação dos recursos ambientais e, à consequente, qualidade de vida.

Este processo foi retratado na tese de Souza (2013), a qual ressaltou o processo de urbanização em altos e baixos, seguindo as dinâmicas econômicas do país. Na pesquisa, foi discutido que, a princípio, as pessoas sem terem condições de pagar uma moradia adequada, passaram a ocupar a orla da cidade, depois foram ocupando as regiões periféricas ao longo das várzeas e dos rios, tornando a forma de habitar insalubre. Esta disposição habitacional comprometeu o ecossistema fluvial e a qualidade de vida dos moradores.

É exposto também que na década de 1970, quando se intensifica a urbanização parintinense, a cidade amplia a malha urbana para todos os lados, não obedecendo à orientação do rio, ganhando uma configuração menos padronizada e aleatória. Situação existente em acordo com as necessidades e interesses de apropriação do espaço pelos diferentes agentes que produziram a cidade.

Esta dinâmica urbanizatória será vislumbrada por intermédio da percepção sobre as significações da Lagoa da Francesa, através do uso social e características ecológicas internalizadas e externalizadas, pelas crianças residentes em seu entorno. Diante desta construção, se postulará o entendimento do ambiente, na contemporaneidade, a partir deste sujeito social.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA LAGOA DA FRANCESA

A Lagoa da Francesa (Figura 4) está localizada na zona leste do município de Parintins/Am, banhando os bairros de Santa Clara, Francesa, Santa Rita, parte do Palmares e Castanheira. É homônimo de um dos bairros em que está incrustada.

Figura 4: Vista Aérea da Lagoa da Francesa.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2015.

A lagoa é predominantemente urbana, com o perímetro estabelecido em 4.517,75m. A área geográfica é de 228.500m², conforme dados estabelecidos em levantamento topográfico (Apêndice A).

A lagoa tem uma localização estratégica por estar dentro da região central da cidade (bairro da Francesa). Logo, se constitui como ponto de embarque e desembarque de passageiros e cargas vindos da zona rural do município e do estado do Pará. No entorno, ainda há comércios de porte pequeno e médio, uma variedade de feirantes, além de diversas residências.

O bairro da Francesa é um dos mais antigos da cidade, com fundação estimada em 1848, se confundindo com a própria história do local. Não há uma história única sobre a origem do nome “Francesa”, mas a corriqueira é que havia no lugar um morador oriundo da França que possuía uma filha muito formosa. A beleza da jovem atraía os rapazes, que no final da tarde costumavam manifestar a expressão “Vamos ver a francesa”. Mais tarde, deu origem à expressão “Vamos à francesa” para designar a ideia de se chegar ao porto da lagoa. Isso originou também o nome do bairro da Francesa (LUZ, 2006). Outro fato, é que os moradores mais antigos falam que o bairro, devido à proximidade ao ambiente fluvial, já foi

alinhado de bairro de Copacabana, associação ao núcleo urbano de mesmo nome na cidade de Rio de Janeiro (RJ). Aqui a lagoa se apresenta como um balneário para a população.

Em 1980, parte da lagoa foi aterrada para dar início à construção de uma escadaria, a “Escadaria da Francesa” (Figura 5), local de referência para o embarque e desembarque das pessoas (MUNIZ, 2012). Situação semelhante acontece desde 2013, com um projeto que objetiva revitalizar a orla da Lagoa da Francesa (Figura 6). Todavia, o aterramento das margens comprime ainda mais o recurso hídrico, afetando a paisagem e alterando o curso deste lugar.

Figura 5: Escadaria da Francesa.



Fonte: TEIXEIRA, jan/2014.

Figura 6: Aterramento das margens da Lagoa da Francesa.



Fonte: TEIXEIRA, jan/2014.

A sazonalidade das águas da Bacia Amazônica, transforma a lagoa no período de cheia (Figura 7), abrigo natural para centenas de embarcações de pequeno e médio porte. Enquanto que no período da seca (Figura 8), a LF torna-se uma “rua”, que serve de caminho para o bairro de Santa Clara e, deste, para outras regiões da cidade.

Figura 7: Lagoa da Francesa no período da cheia amazônica.



Fonte: TEIXEIRA, jun/2014.

Figura 8: Lagoa da Francesa na época da seca amazônica.



Fonte: TEIXEIRA, jan/2014.

Alguns textos sobre a região da Francesa, chamam o recurso hídrico ora lago ora lagoa, por isso, Pena (s/d), esclarece que não há um padrão na literatura especializada para diferenciar suas formações. Geralmente se considera que a

lagoa é menor, mais localizada, enquanto que o lago é maior, mais abrangente. De fato, a LF é um lago, todavia aqui se utiliza o termo “lagoa”, devido ser o usual entre os moradores.

Marinho e Azevedo Filho (2009) fazem uma retrato histórico da região da Francesa, caracterizando-a como um local abandonado pelas administrações públicas e precário de infraestrutura. Segundo os autores, as ruas eram de terra, não havia serviço de esgoto sanitário e os poucos veículos que haviam na cidade, não conseguiam trafegar no local. Ainda relatam que as águas da lagoa eram muito limpas, servindo para lavagem de roupas e banhos refrescantes. Além de que, na época da enchente, as águas invadiam as casas, levando os moradores a construir marombas⁵. Frisa-se que até hoje, a cheia acomete inúmeras famílias residentes no entorno da Lagoa da Francesa (Figuras 9 e 10).

Figura 9: Ruas e casas invadidas pela Lagoa da Francesa.



Fonte: TEIXEIRA, jun/2014.

⁵ Assoalho de madeira colocado acima do piso original das casas.

Figura 10: Ambiente interno de uma casa invadida pela LF.



Fonte: TEIXEIRA, jun/2014.

Hoje as águas da Lagoa da Francesa como limpas existem apenas nas lembranças dos moradores antigos e no imaginário da população recente. Com a ocupação das áreas adjacentes, a paisagem antes bela, nos dias atuais, tem uma imagem deteriorada, que sofre cotidianamente com os avanços antrópicos. Apesar de tentativas públicas para conter a degradação, os esforços se tornam paliativos, sem intervenção eficaz no problema.

3.1.1 Poluição da Lagoa da Francesa

A Lagoa da Francesa (LF) se torna um exemplo concreto da ação humana contra a natureza. Antes uma imagem prazerosa, hoje, possui uma paisagem degradada pelo despejo de qualquer tipo de resíduos.

O Plano Diretor da cidade de Parintins, instituído pela lei nº 09/2006, estabelece na subseção I “Áreas de interesse público para preservação e/ou conservação”, no inciso I voltado à área urbana, a Lagoa da Francesa e seu entorno

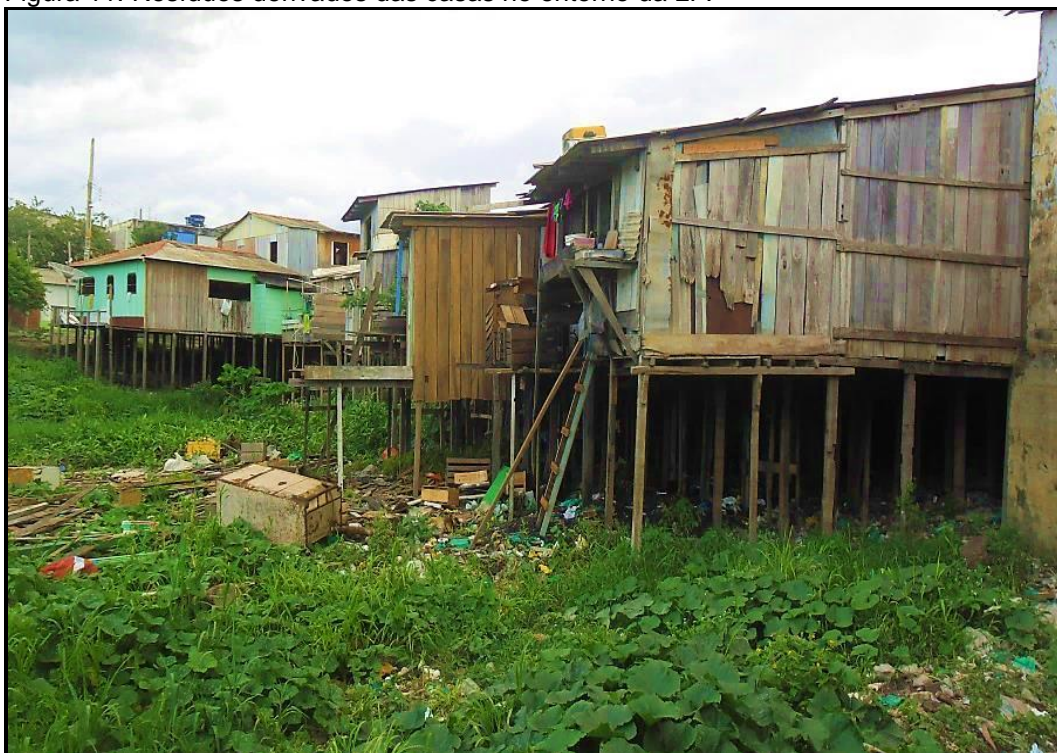
como Unidade de Conservação⁶. O objetivo do documento é, teoricamente, conservar o recurso hídrico, proteger investimentos (evitando a erosão do solo e o assoreamento), assegurando a qualidade do ar e da água. Em seu artigo 65, no tópico sobre o macrozoneamento do município, no inciso I, há a restrição da ocupação nas áreas de proteção ambiental existentes no âmbito municipal, preferencialmente às proximidades da Bacia Hidrológica da Francesa e de outras que circundam o território parintinense. No entanto, desde a implantação do Plano até os dias atuais, não se viu uma ação governamental que estabelecesse, de fato, a proteção da lagoa. O que se percebe no dia a dia da cidade, são ações pontuais da sociedade civil que buscam sensibilizar a comunidade acerca da problemática, porém, nada que alcance uma mitigação.

Kimura (2011) caracteriza as águas naturais de um rio, como: límpidas, não tem cheiro nem sabor, não possui partículas em suspensão; tem coloração ligeiramente amarelada devido a húmus e a decomposição de substâncias e de folhagens do solo. Quando o processo poluente inicia, as características naturais sofrem alterações que prejudicam o ambiente, a população e fragilizam a familiaridade, o apego / afeto com o recurso.

Kimura (2011) realizou procedimentos químicos para avaliar a LF nos períodos de sazonalidade das águas, constatando que os coliformes fecais foi o parâmetro que indicou maior alteração na qualidade da água devido o despejo de esgotos domésticos, tanto das casas (Figura 11) e comércios (Figura 12) quanto das embarcações (Figura 13), que são lançados sem o tratamento adequado. Metais pesados, como Chumbo (Pb), Cobre (Cu), Cádmio (Cd), Níquel (Ni) e Zinco (Zn) foram também encontrados em todas as amostras da pesquisa de Kimura, o que aponta para a existência de fontes poluidoras que estão comprometendo a qualidade da água da lagoa e dos moradores do entorno.

⁶ Unidade de Conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2000).

Figura 11: Resíduos derivados das casas no entorno da LF.



Fonte: TEIXEIRA, jan/2014.

Figura 12: Forma de despejo dos comércios no entorno da LF.



Fonte: TEIXEIRA, jan/2014.

Figura 13: Resíduos derivados das embarcações paradas na LF.



Fonte: TEIXEIRA, jun/2014.

Diante deste quadro alarmante de degradação ambiental, o conceito de água limpa e saudável passa a ser distante do ambiente urbano de Parintins. Dos lagos e lagoas existentes dentro da cidade, a maioria sofre em demasia com a poluição. Por ser uma ilha num processo de urbanização rápido, os ambientes fluviais foram os mais atingidos e hoje a paisagem é um reflexo desse uso desordenado.

Ao buscar uma análise sobre os problemas socioambientais na Amazônia, a pesquisa se torna relevante ao ponderar os impactos do uso indiscriminado dos recursos ambientais, aqui representado pela água, a partir da percepção ambiental das crianças residentes do entorno da LF, diante da paisagem internalizada e entendida pelos seus sentidos e como estes se desdobram em seu cotidiano. Deste modo, este estudo mostra como a criança se apropria, faz uso e constrói as significações num ecossistema amazônico urbano que está longe de suas características nativas restauradoras e estéticas.

Em última instância, por meio das percepções ambientais, se tentou dar voz à criança amazônica do século 21 e as possibilidades que este sujeito social pode ter no enfrentamento das problemáticas que asseveram o ambiente e ao próprio ser

humano. Uma mudança na forma de pensar e agir com o ambiente pode direcionar para uma outra alternativa ao contexto socioambiental em que se vive.

4 MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA

A pesquisa tem caráter qualitativo, exploratório e descritivo. A pesquisa qualitativa, segundo Goldenberg (2009), considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. O processo e seu significado são os focos principais da pesquisa qualitativa.

A pesquisa torna-se exploratória por ser realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia poderão surgir durante ou ao final da pesquisa. É descritiva por expor características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza (MORESI, 2003).

Para a pesquisa, utilizou-se três técnicas para responder aos objetivos propostos. Num primeiro momento, o elemento básico de investigação foi a observação dirigida a fim de caracterizar o ambiente físico e modos de utilização social da LF, e, no outro, foi a realização de desenhos pelas crianças sobre o tema proposto com, posterior, entrevista elucidativa. Tuan (1980; 2013) argumenta que para compreender a preferência ambiental de uma pessoa ou grupo, é necessário examinar a sua herança biológica, criação, educação, trabalho e arredores físicos.

Para descrever o ambiente físico da Lagoa da Francesa, realizou-se observações individuais na região para conhecer a realidade do recurso fluvial, áreas circundantes e formas de uso (Apêndice D) durante o primeiro semestre de 2014. Para tanto, fotografou-se o ambiente com a finalidade de mostrar aspectos relevantes do cenário da LF, uma vez que, segundo Higuchi e Kuhnen (2010), os registros fotográficos permitem a um, pelo foco do outro, desvendar representações da realidade historicamente constituídas. O diário de campo foi outro elemento primordial durante as observações da LF, visto que as primeiras impressões sobre o lugar foram anotadas a partir do contato direto com o ambiente. É inegável que o registro pessoal é uma ferramenta valiosa que compreende um instrumental relativamente simples e barato, que valoriza *insights* individuais e oferece informações sobre a interação pessoa e ambiente (PINHEIRO *et al.*, 2010).

Ao envolver as crianças na pesquisa, a melhor forma de acessar as suas percepções é por meio de técnicas que tenham atividades lúdicas e artísticas em seu bojo. A técnica do desenho, segundo Higuchi e Kuhnen (2010), tem o intuito de acessar o imaginário do grupo em relação ao seu universo físico, natural ou construído, e psicossocial. O desenho da criança é a materialização do inconsciente infantil expressado de modo simbólico e é também contexto - dependente, isto é, abrange uma relação de identidade com aquilo que simboliza (PEDRINI *et al.*, 2010).

O desenho propicia uma forma de comunicação das crianças para mostrar como se posicionam sobre o mundo, assim, é um sistema de representação (COX, 2007; ALMEIDA, 2011; RABELLO, 2013). O desenho é uma linguagem singular que possibilita compreender as percepções da criança diante do mundo. O desenho representa o espaço em que a criança se insere, sobre isso, Lima (1989) argumenta que um mesmo espaço pode resultar em ambientes diferentes, assim, como ambientes similares não significam espaços iguais. Profice (2010) destaca que, sob o olhar científico, o grafismo se revela uma oportunidade ímpar para compreender a peculiaridade infantil em sua essência e funcionamento.

A partir do termo de autorização das escolas e dos pais das crianças envolvidas, durante o segundo semestre de 2014, houve contato diário com os sujeitos investigados. Porquanto, foi utilizada uma folha de A4 em branco e um lápis preto 2B onde as crianças foram convidadas, após breve exposição da pesquisa, a desenhar “*a Lagoa da Francesa, tudo que tem lá e o que as crianças podem fazer lá*”. As crianças fizeram o desenho numa sala de forma coletiva, mas individual, de modo que tiveram suas carteiras devidamente separadas para evitar cópia. Cada participante recebeu uma folha e um lápis. A duração do desenho foi de, aproximadamente, 30 minutos.

Após feito o desenho, cada participante foi chamado individualmente noutra sala para comentar o desenho feito e os argumentos usados para expressar suas percepções e entendimentos. A entrevista foi semiestruturada, com roteiro prévio que foi sendo adaptado diante das respostas das crianças (Apêndice C). Esta entrevista teve duração de aproximadamente 10 minutos, a qual foi gravada com o uso do gravador de voz, após autorização dos pais.

A entrevista nos estudos pessoa - ambiente é importante por ter o potencial de salientar a relevância da dimensão físico - espacial do ambiente, integrante de experiências e ações humanas nos níveis intrapessoal e interpessoal, grupal ou

intergrupar (GÜNTHER, 2010). *A priori*, foram feitos testes - pilotos ou pré - testes com alguns voluntários para ajuste da técnica e demais questões a serem feitas aos participantes. Para Marconi e Lakatos (2010), o pré - teste permite a obtenção de uma estimativa sobre os futuros resultados e deve ser aplicado em populações com características semelhantes, mas nunca aquela que será alvo de estudo.

De modo geral, estas etapas da pesquisa culminaram na apreensão da percepção ambiental de crianças moradoras da região da Lagoa da Francesa. Não se pode olvidar que a produção de conhecimento num campo específico, e em franca expansão, instiga o cientista ambiental a olhar, não somente uma área de conhecimento para entender a situação - problema, mas a caminhar por uma vereda de concepções que contribuirão para um entendimento mais aprofundado da relação pessoa e ambiente na contemporaneidade.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS

A observação permitiu a descrição do lugar para uma compreensão mais objetiva da realidade da LF, para que dessa forma, houvesse a comprovação do estado de poluição do ambiente, bem como demais aparatos da vida social lá existentes, apresentadas na seção anterior. Os desenhos elaborados pelas crianças foram digitalizados e junto com os argumentos transcritos, obtidos a partir das entrevistas semiestruturadas, foram processados numa planilha eletrônica do Excel. Após, a transcrição do áudio, as entrevistas foram deletadas, conforme informado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

A análise dos dados teve tratamento qualitativo associado do desenho em si, das respostas e comentários feitos pelas crianças durante a entrevista. A partir dessa ação, utilizou-se a Análise de Conteúdo para tratar as informações obtidas (BAUER, 2010; BARDIN, 2011).

Para Bardin (2011), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos. Será um único instrumento, contudo marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo muito vasto: as comunicações. Para esta técnica, foi utilizada a categorização, a qual, para Bardin, não introduz desvios no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível de dados brutos.

Bauer (2010) explicita que a Análise de Conteúdo trabalha tradicionalmente com materiais textuais escritos, mas procedimento semelhante pode ser aplicado a imagens e sons. Para Bauer, há dois tipos de textos: textos que são construídos no processo de pesquisa, tais como transcrição de entrevista e protocolos de observação; e textos que já foram produzidos para outras finalidades quaisquer, como jornais. A pesquisa aqui manifestada se enquadra na primeira tipificação. Bardin (2011) enfatiza que qualquer comunicação, isto é, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo. Diante disso, a construção das categorias, neste estudo, aconteceu pela semelhança condicionada pelos desenhos, em concomitante, as falas das crianças.

A partir dos dados numéricos obtidos nesta pesquisa, utilizou-se o programa de serviços estatísticos Minitab, o qual oferece as técnicas necessárias para a validação das variáveis quantificáveis de um determinado fenômeno. Para tanto, as técnicas da estatística não paramétrica foram as escolhidas para corroborar as categorias de percepção de ambiente deste estudo.

Fonseca e Martins (2009) informam que os testes da estatística não paramétrica são, particularmente, adaptáveis aos dados das ciências do comportamento. Assim, os dados não paramétricos são extremamente interessantes para análises de dados qualitativos, pois, exigem poucos cálculos e são aplicáveis para análise de pequenas amostras. Devido às variáveis apresentadas, na análise dos resultados optou-se por utilizar o teste Kruskal-Wallis.

O Kruskal-Wallis tem por finalidade a comparação de amostras independentes (grupos), verificando se estas são provenientes de populações com médias iguais, neste teste, é indispensável, o uso de duas hipóteses. É argumentado que todas as populações possuem funções de distribuição iguais (hipótese nula) contra a hipótese alternativa de que ao menos duas das populações possuem funções de distribuição diferentes. Fonseca e Martins (2009) esclarecem que o teste Kruskal-Wallis não identifica onde ocorrem e quantas são as diferenças entre as amostras.

Sobre os significados do ***p-valor*** em testes estatísticos, Fonseca e Martins esclarecem que é uma probabilidade que é utilizada para aceitar ou rejeitar uma hipótese (hipótese nula = H_0). Os testes, normalmente, usam o 5% (0,05) de nível de significância, que é o valor completo do nível de confiança. Logo, se tem 5% de

significância, há 95% de confiança, que somados são 100%. Assim, se um *p*-valor for menor que 0,05 se rejeita a H_0 , caso contrário, não se rejeita a H_0 . A princípio, a H_0 é considerada verdadeira e esta é de igualdade dos grupos.

Para verificar a plausibilidade da H_0 , confronta-se esta com outra hipótese, chamada de hipótese alternativa (H_A), que para Fonseca e Martins (2009) será a hipótese de desigualdade, o que leva a rejeitar ou não a H_0 . Se não há rejeição da H_0 , esta é considerada a verdadeira, caso contrário, a H_A é determinada como a verdadeira.

Para tal intento, o teste foi realizado em dois momentos distintos. O primeiro, refere-se à hipótese de distribuição igual da percepção entre as crianças quanto ao gênero, escolaridade, idade e lugar de residência, para isso, utilizou-se os dados verticais, esta é considerada a H_0 . No segundo momento, o teste buscou responder sobre a hipótese de distribuição igual sobre os tipos de percepção encontrados, para isso, utilizou-se os dados horizontais, esta hipótese é considerada a H_A . Diante disso, buscou-se saber se as crianças têm similaridades entre si ou não.

A partir dos resultados estatísticos, procurou-se fazer um contraste com os dados dos tipos de valências ou emoções (negativa, positiva e neutra) latentes às categorias. Em seguida, foram retiradas as referidas médias por gênero, escolaridade, idade e lugar de residência, para que, desta forma, se percebam as possíveis diferenças e semelhanças entre ambas informações.

4.2 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

A pesquisa foi encaminhada para aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFAM para verificação dos critérios éticos da pesquisa. A aprovação está sob o número do CAAE 36936514.0.0000.5020, número do parecer 824.497 (Anexo D).

Para participar da pesquisa, foi imprescindível, que a criança estivesse matriculada em uma das escolas envolvidas, morasse no entorno da Lagoa da Francesa e tivesse a autorização dos pais /ou responsáveis para participar, através da assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice E). A pesquisa excluiu crianças que tinham alguma limitação física ou de saúde, assim, como crianças que os pais e/ou responsáveis não autorizaram a participar das atividades pretendidas.

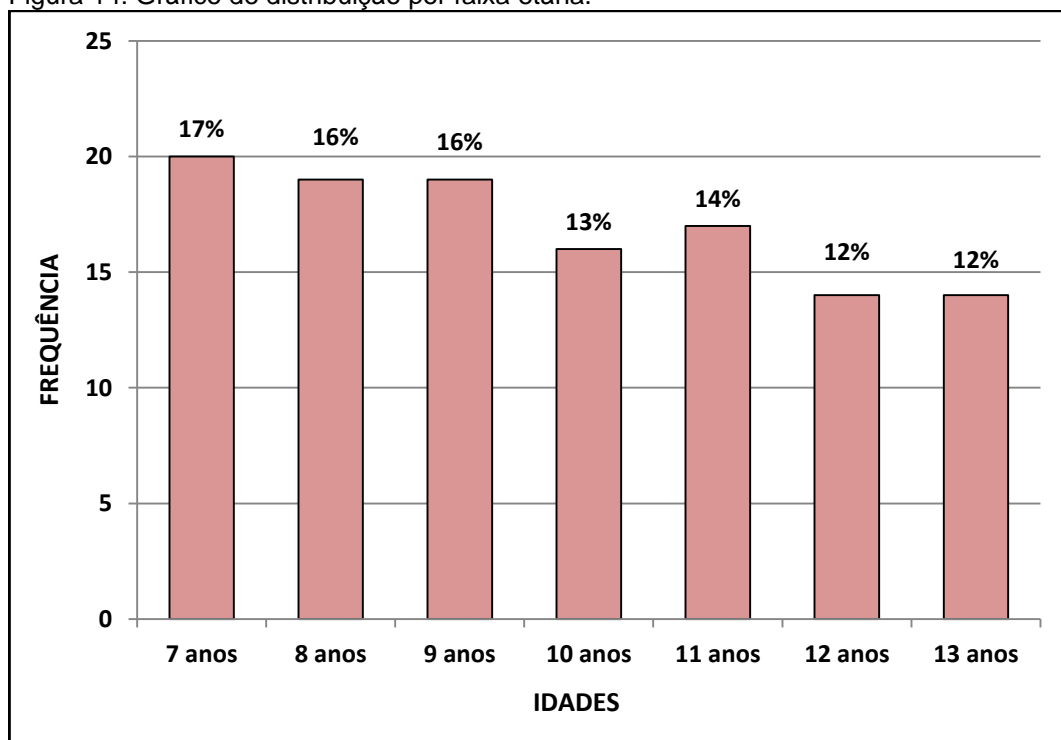
É salutar destacar que toda pesquisa que envolve seres humanos tem riscos, apesar de mínimos. Ao inserir crianças neste estudo, pautou-se na Resolução 466/2012, que visa o reconhecimento das vulnerabilidades dos sujeitos, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida. De tal modo, houve a ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos quanto potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos para as crianças participantes.

5 PARTICIPANTES

Nesta pesquisa participaram 120 crianças, entre 07 e 13 anos de idade, de ambos os sexos (60 meninas e 60 meninos), residentes no entorno da Lagoa da Francesa. As crianças são estudantes do 1º ano ao 8º ano do Ensino Fundamental, regularmente matriculadas em duas escolas inseridas na região da Lagoa da Francesa. As escolas participantes que entornam a LF são: Escola Municipal Mércia Cardoso Coimbra (Anexo B) e Escola Estadual Prof. Aderson de Menezes (Anexo C). As idades estabelecidas, de acordo com a teoria de Yi-Fu Tuan (1980) sobre a percepção ambiental, especifica o norteamento da noção de ambiente como um processo que se aliança às experiências vivenciadas, olhar geográfico e conhecimentos adquiridos pela escolarização.

A Figura 14 mostra a distribuição das crianças participantes da pesquisa: 20 delas tinham sete anos, 19 crianças com oito anos, 19 crianças com nove anos, 16 crianças com dez anos, 17 crianças com onze anos, 14 crianças com doze anos e 14 crianças com treze anos de idade.

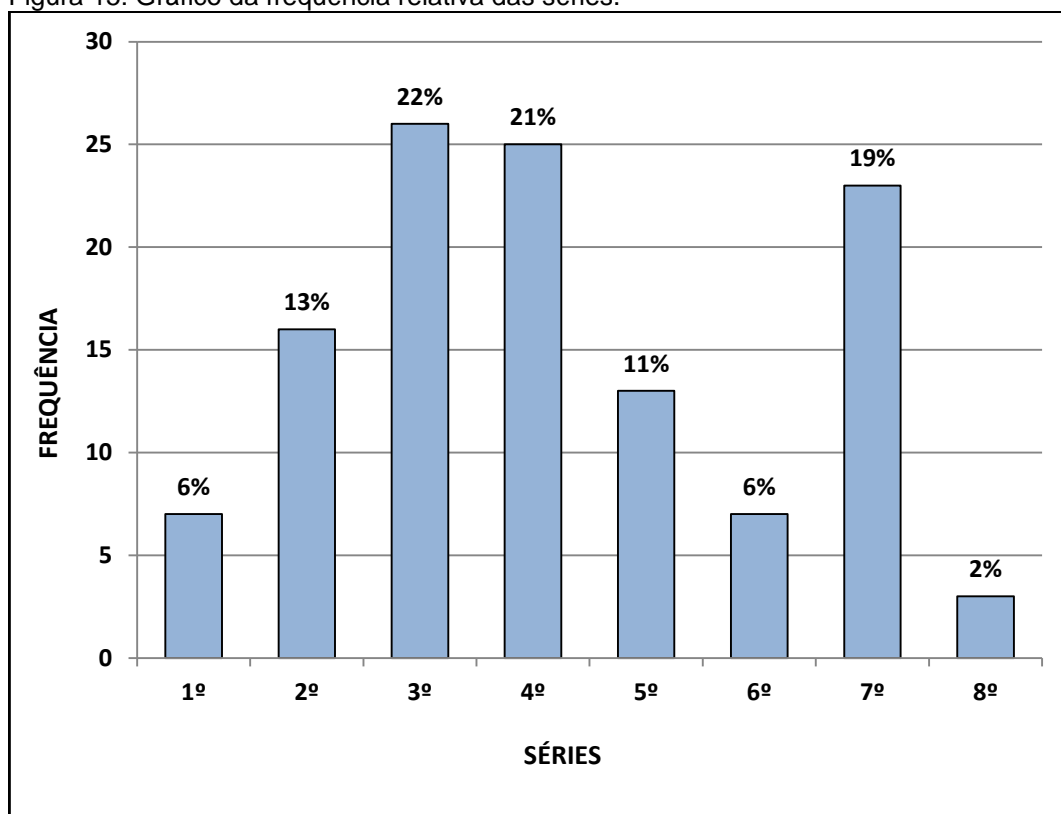
Figura 14: Gráfico de distribuição por faixa etária.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

A Figura 15 representa a distribuição dos participantes em função da escolaridade, a qual mostra um maior contingente entre alunos do 3º ano (22%) e 4º ano (21%), e de menor contingente alunos do 8º ano (2%) e 1º e 6º anos, respectivamente (6%).

Figura 15: Gráfico da frequência relativa das séries.



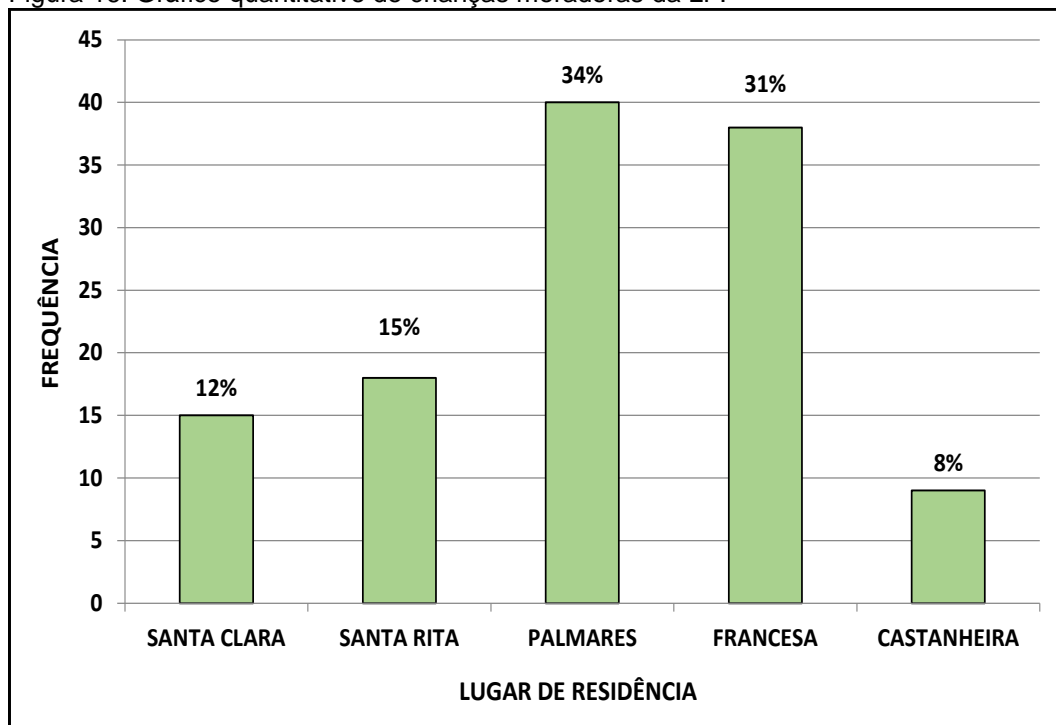
Fonte: TEIXEIRA, 2015.

A distribuição em função das escolas foi diferenciada considerando-se o número total de alunos de cada uma delas. A Escola Municipal Mércia Cardoso Coimbra, inserida no bairro de Palmares, contou com a participação de 72 crianças (60%), entre o 1º ano e 5º ano, nos turnos matutino e vespertino, que são as séries atendidas pelo ensino público municipal. Em contrapartida, na Escola Estadual Prof. Aderson de Menezes, inserida no bairro da Francesa, obteve-se a participação de 48 crianças (40%), entre 4º ano e 8º ano, de igual modo, nos turnos matutino e vespertino.

A Lagoa da Francesa circunvizinha cinco bairros da cidade de Parintins: Palmares, Francesa, Santa Rita, Santa Clara e Castanheira, buscou-se atender somente as crianças que morassem nestes núcleos urbanos. Logo, atingiu-se 41 crianças no bairro de Palmares, 37 crianças no bairro da Francesa, 18 crianças no

bairro de Santa Rita, 14 crianças no bairro de Santa Clara e 10 crianças no bairro da Castanheira (Figura 16).

Figura 16: Gráfico quantitativo de crianças moradoras da LF.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

Frisa-se aqui que o bairro de Palmares atingiu maior demanda de crianças, por ser, dentro da região da LF, o bairro mais extenso (21 ruas), daí a participação mais consistente de sujeitos na pesquisa. Por outro lado, o bairro da Castanheira tem o menor número de pessoas, por ter somente cinco ruas.

Ante os resultados e a discussão sobre os dados, os quais postulam-se mediante os desenhos e das entrevistas semiestruturadas com as 120 crianças, expõe-se que cada uma percebe, reage e representa de forma distinta o seu entorno. Logo, um mesmo lugar é introjetado com cenários diferentes na percepção das crianças.

6 PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS SOBRE A LAGOA DA FRANCESA

Descortinando a relação pessoa - ambiente, a representação do contexto vivenciado pela criança por meio dos desenhos é fruto de como essa criança percebe o ambiente em questão. Por meio do desenho foi possível acessar a percepção da Lagoa da Francesa como espaço de acontecimentos sociais e significações. Elisei (2008) ressalta que o desenho das crianças reflete os acontecimentos, a atualidade do que vivencia. Mesmo em espaços limitados as crianças produzem estratégias para explorar o entorno, para realização de qualquer tarefa social.

A partir da análise dos desenhos emergiram distintas percepções do espaço físico, seu uso social e significados atrelados à LF. Assim, na relação pessoa e ambiente, a natureza das relações estabelecidas revelam dois aspectos: o ambiente atua sobre o ser humano que, por sua vez, age sobre os fatores espaciais que o determinam, portanto, são os alicerces da natureza da relação que permitem explicar o valor do espaço e a orientação da conduta (FISCHER, 1994).

As análises permitiram constatar que o cenário ambiental da LF pode ser percebido pelas crianças em até seis diferentes formas. Porquanto, aqui agrupam-se as categorias representativas dessa percepção que estão subjacentes aos tipos de usos e significações dadas à LF pelas crianças aqui estudadas: a) *Lugar de Poluição*; b) *Lugar de Trânsito*; c) *Lugar de Inundação*; d) *Lugar de Recreação*; e) *Lugar de Comércio*; f) *Lugar de Moradia*. Para melhor compreensão desses tipos de percepções atribuídas pelas crianças, detalha-se o conteúdo que elas expressam.

6.1 A LAGOA DA FRANCESA COMO LUGAR DE POLUIÇÃO

As crianças apontaram para um cotidiano preocupante em diversas cidades brasileiras, a alocação de resíduos sólidos em ambientes fluviais. Notou-se que 22,5% das crianças reconhecem a degradação presente na lagoa. Tal aspecto mostra que estas crianças percebem a LF em sua fragilidade ambiental, isto é, suas características ecológicas foram alteradas. Esta vulnerabilidade é dada, tendo em vista, o despejo dos resíduos sólidos, que afeta os indivíduos que nela circundam.

Ao categorizarem a LF como lugar de poluição, as crianças dão evidência aos resíduos sólidos (orgânicos e inorgânicos) expostos na região. Para elas, tal

realidade modifica as características ecológicas da água e as possibilidades de uso que podem ter neste ambiente. Assim, as significações por elas expostas, dão valência a aspectos negativos sobre o lugar.

Figura 17: Desenho elaborado por E, menina, 9 anos.



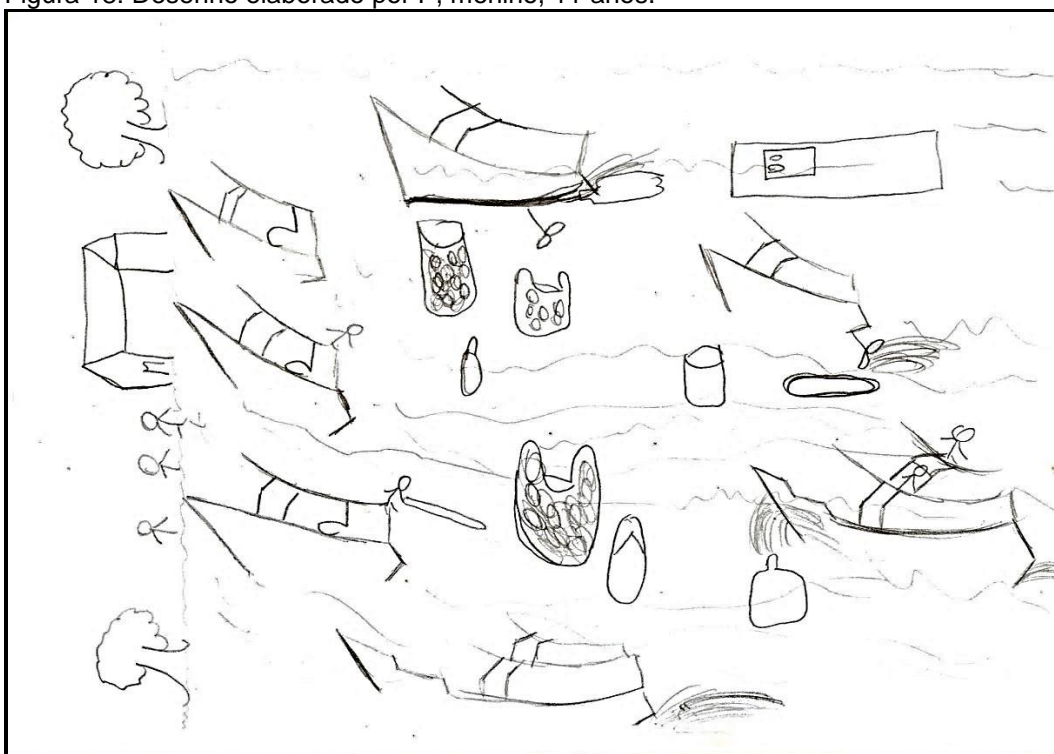
Fonte: TEIXEIRA, 2015.

Na Figura 17, a menina E tem uma visão saliente dos resíduos descartados na lagoa, desde cascas de bombons à fogões. São inúmeros dejetos expostos ao ar livre e num recurso vital para o ser vivo: *“Bolacha, sacola, brinquedos, perfume...Tudo isso eu vejo na água”*. Para E, a LF é um lugar repleto de resíduos que salta aos olhos do observador, e assim o é condicionado a partir de ações externas: *“A água da lagoa nasceu limpa, mas quando eles comem bombons, eles jogam...Eles jogam o lixo...Mamãe ajunta tudinho, depois vai gente lá e joga de novo”* (E, menina, 9 anos). Sobre isso, Barreira e Barnabe (2009) argumentam que a partir do momento que os resíduos são gerados pelos indivíduos após satisfeitas suas necessidades, os problemas se iniciam e se multiplicam na medida que são jogadas no ambiente materiais de difícil composição. Vivendo nas proximidades de tal realidade, aqueles que percebem seu estado e se sentem prejudicados atuam, paliativamente, para conter essa poluição.

A lagoa é o quintal da casa da menina E, o espaço aonde ela vive e, infelizmente, palco da visualização do despejo inapropriado dos produtos rejeitados. Aqui o ambiente é constatado em sua dimensão degradada, e, que traz sensações desagradáveis para uma outra criança: *“Na lagoa tem muitas sacolas, muito lixo e é muito fede”* (H, menino, 7 anos). Tanto a menina E quanto o menino H percebem o estado poluente que se encontra a lagoa, condição esta determinada pela quantidade de restos orgânicos e inorgânicos gerados pela população do local ou de outros lugares.

A Figura 18 aponta para a disposição de diversos objetos inutilizados na água, o menino P (11 anos) destaca a profundidade que estes elementos se sobressaem na LF e o impacto que causa no cotidiano das pessoas que estão neste ambiente. Percebe-se, pelo desenho e respectiva fala, que os resíduos sólidos dominam o espaço fluvial: *“Tem muita coisa lá...Porta, saco de lixo, balde, uma sandália, uma colher de pau”* (P, menino, 11 anos).

Figura 18: Desenho elaborado por P, menino, 11 anos.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

Esta situação acarreta alterações no comportamento, segundo esta fala de P: *“Não sinto vontade de entrar nessa água porque ela é suja...Uma vez um adulto caiu nessa água, pegaram ele na casa dele e ele ficou internado”*. O menino associa

que esta realidade presente na lagoa imprópria o uso direto do corpo, passando a negar tal contato e os seus possíveis riscos. Todavia, o desenho de P mostra que para o transporte, a LF ainda é um meio essencial para as pessoas.

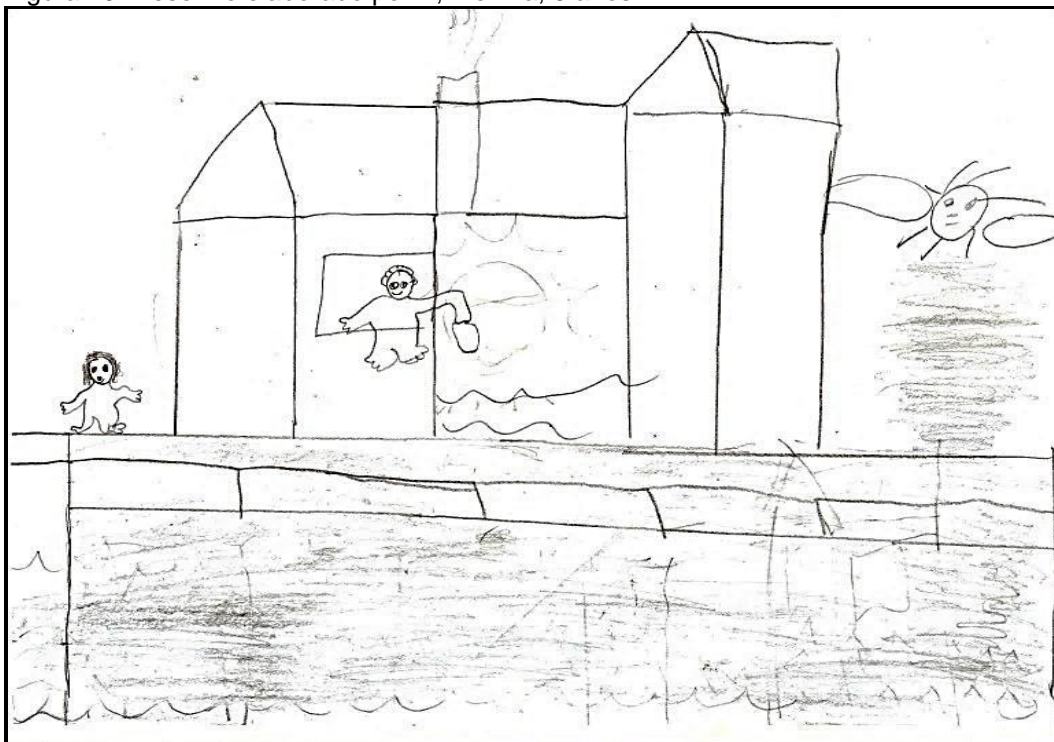
Santos *et al.* (2002) ressaltam que a maior parte dos resíduos recolhidos nos centros urbanos é simplesmente jogada sobre o solo nos lixões (depósitos a céu aberto) ou em vazadouros existentes nas regiões periféricas ou orla dos rios, sem quaisquer medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública. Outrossim, Gentil *et al.* (2011) corroboram que os resíduos sólidos ainda são tratados com medidas paliativas pelos governos municipais, pois, sua destinação final não preza pelas consequências sociais, sanitárias e ambientais.

Alguns sujeitos não veem como problema seu, e nem os reflexos para si, ao descartar em qualquer lugar aquilo que não lhe apetece. Essa realidade é constatada como coadjuvante de tal cenário: *“A gente sabe que jogar lixo na água contamina, mas quando a gente joga, a gente não pensa”* (P, menina, 13 anos). Esse comportamento é, de certa forma, visto como inadequado pela criança e que implicará na sua aversão à LF como território de acontecimentos sociais: *“Eu não gosto dessa água suja, porque ela faz doença, eu não quero ficar doente”* (J, menino, 9 anos).

A LF como lugar de poluição é, de alguma forma, resultado das condutas de todos, mesmo que seja algo indesejável e passível de todos os que lá circulam: *“Eu já joguei um lixo lá, parece que foi uma garrafinha”* (S, menino, 8 anos), ou, como bem expõe esta outra fala: *“Quando não passa o carro do lixo, eu só faço jogar o lixo na água”* (R, menino, 7 anos). Nestas falas, esta água torna-se uma via de descarte de qualquer resíduo, alerta-se aqui para uma ausência no reconhecimento de que tais atitudes podem afetar a eles próprios e, em prolongamento, aos outros seres vivos.

Na Figura 19, a menina E representou um homem jogando restos de comida de sua casa para a água – quem causa a poluição é o ente próximo, o sujeito está dentro do problema. Mesmo percebido como inadequado para a criança, tal conduta é justificada pela falta de um lugar apropriado para descarte: *“Não tinha lixeiro perto”* (S, menino, 8 anos). Dessa forma a LF é o lugar onde as crianças veem *“Um monte de coisa jogada...Lixo”* (N, menina, 13 anos).

Figura 19: Desenho elaborado por E, menina, 9 anos.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

A percepção da LF, como lugar de poluição, causa problemas às pessoas e assim está por falta de alternativas de descarte dos resíduos, indicando às crianças que esse lugar é perigoso e, portanto, deve ser evitado: *“Eu não posso entrar nessa água porque essa água é poluída e eu vou ficar muito doente”* (H, menino, 7 anos). O menino se mostra atento aos males que a água poluída causa aos sujeitos que nela têm contato direto, assim a saúde ambiental é um fator a ser considerado na análise do contexto da criança na LF. Sobre isso, Gouveia (1999) argumenta que saúde e ambiente são intimamente interligados, visto que as políticas de saneamento ambiental ineficazes asseveram mais a população mais jovem e mais pobre, sujeita às graves consequências do ambiente não saneado, em virtude do contato primário.

Para essas crianças, o cenário da LF já não é um lugar tranquilo para se capacitar naquilo que os amazônidas são reconhecidos, isto é, ser o povo das águas. Toda criança que nasce e vive próximo ao rio ou lago, usa desse espaço para brincar e se capacitar como nadador em potencial. Nadar é como caminhar para o amazônida, algo natural. Porém, na cidade, as crianças já não são permitidas a entrarem na LF: essa água é perigosa, nadar lá é inviável: *“Essa água faz mal*

para as pessoas...Algumas crianças caem lá, ficam doentes e as mães têm que levar para o hospital" (T, menina, 9 anos). A respeito dessa fala, Barreira e Barnabe (2009) enfatizam que a transmissão de doenças via resíduos sólidos se dá pelo fato de que são dispostos, inadequadamente, em locais impróprios e podem transmitir às pessoas diversas enfermidades que podem causar até a morte. Na fala da menina T, há esse alerta.

A LF poluída rompe, portanto, com uma característica cultural amazônica, por não poder entrar na água, a criança não sabe nadar. Inúmeras crianças negativaram a habilidade do nado: *"Eu não sei nadar"* (B, menino, 13 anos). Crianças vivendo próximas a ambientes fluviais sem essa aptidão pode ocasionar perigo, como bem representado por esta fala: *"Eu tenho vontade de nadar, mas não sei nadar...De fazer assim lá embaixo, mas meus pais não deixam, porque eu posso me afogar"* (J, menina, 7 anos).

Por não terem a LF limpa o bastante para aprenderem a nadar, os pais os alertam como um cenário perigoso: *"Minha mãe não deixa eu entrar na lagoa...Ela fala que as águas são poluídas, tem bactérias e vai me fazer mal!"* (K, menina, 11 anos). Aqui expõe-se o fator de perigo ao entrar na água da LF, ilustrado pelas afirmativas, até certo ponto, assustadoras sobre o estado das águas pela genitora de K. Esta citada posição, aponta para o perigo que há, na consciência das pessoas, sobre a generalização da poluição fluvial, o que acarreta o distanciamento objetivo do ambiente.

Para Giddens (2011), o risco é imaginado e refere-se a infortúnios ativamente avaliados em relação a possibilidades futuras. O perigo, no entanto, é real. A LF como lugar de poluição se torna espaço de perigo, favorecendo uma reação negativa àquele lugar. Nos termos cunhados por Tuan (1980; 2005), o sujeito tem por este lugar uma topofobia, que representa a noção de paisagem do medo. Nas palavras do autor, as paisagens do medo dizem respeito tanto aos estados psicológicos quanto ao meio ambiente real. Deste modo, a lagoa da Francesa torna-se, para a criança, uma paisagem que manifesta uma sensação hostil: *"Eu tenho medo dessa água...Tenho medo que tenha alguma coisa lá..."* (Y, menino, 10 anos). Tuan (2005) fala que a morte é um medo novo, as crianças estão mais conscientes dela do que muitos adultos podem imaginar.

O medo do lugar onde se vive é preocupante, devido a cidade de Parintins ser uma ilha e há a proximidade com ambientes fluviais. A criança amazônica com

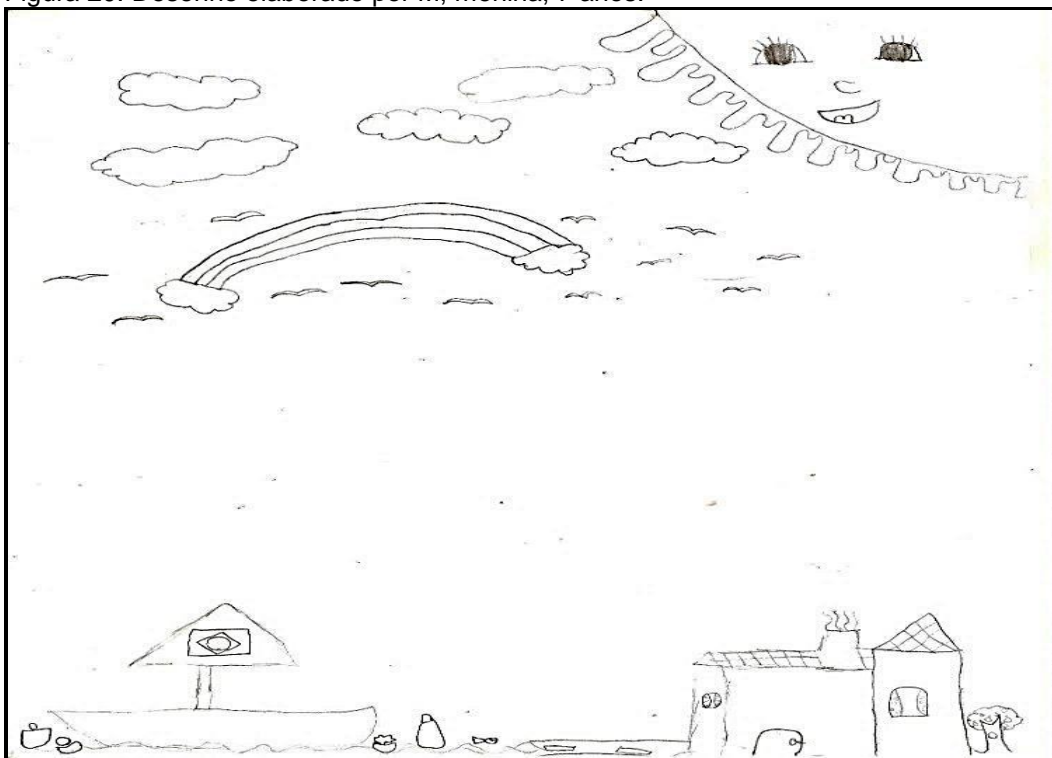
medo, seja pelo avanço da poluição hídrica ou seja pela perda da habilidade de se movimentar nas águas com destreza, modifica as características culturais de estímulo ao contato direto com a água, ainda mais, quando a criança expressa que a água da LF nunca vai ser diferente: *“A água da lagoa vai ser sempre suja”* (D, menino, 7 anos). Na fala de D, existe uma incredulidade na mudança biológica da água da lagoa. E isso é bastante inquietante.

Se a criança que vive na Amazônia alia conceitos negativos sobre o recurso fluvial tão presente no cotidiano coletivo, seja este com um grau de pessimismo latente sobre a incapacidade humana de postular um novo rumo aos rios e lagos poluídos, seja sobre a ausência de afeição sobre a água causada pelo despejo antrópico, são fatores extremamente preocupantes. Tais discussões devem fazer parte de retóricas sobre os rumos dos significados dados ao lugar e o uso social deste ambiente tão caro aos amazônidas, em especial.

Porquanto, se as pessoas constroem seus significados a partir da ação do corpo no tempo e no espaço, diante dos sentidos, notar que a criança não percebe a complementaridade do ambiente em si, aponta para uma fragilidade em identificar-se como sendo parte de um sistema mais complexo e interligado. Outro aspecto, é a constituição de águas degradadas que alteram uma característica inata dos moradores da região, causada pelo perigo. Assim, essa característica discute a LF como um lugar de aversão.

O uso limitado pela poluição do lugar, ainda pode ter alternativas para algumas crianças. J (menina, 7 anos) acredita que *“A gente pode pedir para as pessoas não jogarem mais lixo, porque alguém pode querer tomar banho lá e não vai poder porque tá suja”*. No entendimento dessa menina, há possibilidades de alteração dessa realidade. O diálogo diante dos problemas é visto como uma oportunidade de mudar aquilo que limita e restringe o uso das pessoas. Com essa possibilidade, a LF poderá se tornar um lugar melhor, onde as pessoas irão presenciar mais alegria e um belo cenário a ser admirado e fonte de orgulho aos moradores (Figura 20).

Figura 20: Desenho elaborado por M, menina, 7 anos.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

A Figura 20 apresenta dois mundos no desenho. No mundo visualizado a partir de sua linha de solo, a menina M vê a lagoa como depósito de resíduos de pessoas irresponsáveis, tornando-o um lugar poluído e proibido para as crianças. Em contrapartida, no mundo imaginado, na lacuna do ar, onde dimensionou o sol, diversas nuvens, pássaros e o arco-íris, expressa, implicitamente, que somente será um bom lugar se as pessoas pararem de jogar lixo nela. Desejo este exposto em diversas falas das crianças, como exemplo: *“Eu acho que nós temos que parar de jogar lixo na lagoa, ela vai ficar menos poluída... Vai dar até água para a gente beber, e vai dar água para gente fazer comida, e vai dar uma monte de coisas para fazer com essa água, porque quando a gente suja ela, não dá nada para fazer com ela, então a gente deve parar de sujar a lagoa”* (B, menina, 8 anos). Um leque de possibilidades são vistos pela menina ao propor uma mudança do comportamento das pessoas em relação ao deplorável estado da LF. Para essas crianças, o *habitat* é percebido como lugar das relações afetivas, por isso, é necessário que o local tenha cuidados constantes (MANSANO, 2006).

A criança sente necessidade do uso da LF em diversos níveis, todavia a qualidade da água a impede: *“Tenho vontade de entrar lá, mas minha mãe não deixa, diz que essa água não presta, é muito suja”* (L, menina, 11 anos). A poluição

está alterando o modo como essas crianças, que estão se constituindo sujeitos amazônicos, tratam o ambiente dos rios e lagos, sobretudo, na cidade. Há uma vontade, intrínseca, ao habitante da região em nadar nas águas que circundam a cidade, porém, seu uso é limitado e amparado por riscos.

Estar na Amazônia, viver no entorno de uma lagoa e esta ser um elemento restrito para sua vivência, traz uma transformação no comportamento sociocultural das pessoas que aqui vivem. Fischer (1994) discute que o espaço como sistema cultural exprime os sistemas de valores da sociedade. Se a água “não presta”, o indivíduo criado nessa perspectiva terá aversão a este elemento e novas condições serão postuladas a partir disso.

Aqui a LF é restrita para uso, porém, há a esperança de alteração da realidade ambiental do lugar. Fischer (1994) sustenta que o espaço não é só entendido como um elemento exterior a si, mas como uma dimensão da interação humana com ele, em termos de avaliações, impressões e significados que lhe são atribuídos. Assim, o ser humano é o agente poluidor, contudo também, o agente que pode transformar a qualidade ambiental do recurso hídrico, conforme expressa esta criança: *“A gente pode fazer um remédio, igual que um veterinário foi lá em casa identificar no balde de água se era dengue ou carapanã da dengue. Esse remédio pode ser levado lá para a lagoa, para água melhorar”* (T, menina, 9 anos). A menina aponta para alternativas de ação no combate ao atual estado da lagoa, e esta já reflete sobre a importância do cuidado coletivo sobre o ambiente e da ligação que há dos sujeitos com este universo.

Nesta categoria, a característica negativa se assevera pelas ações proporcionadas pelo uso indevido do ambiente. A Lagoa da Francesa passa a ser, devido aos resíduos sólidos ali depositados, um lugar de restrição ao acesso primário e de afastamento ambiental. Os sujeitos que lá moram encontram-se vulneráveis diante dos reflexos da aparente degradação.

6.2 A LAGOA DA FRANCESA COMO LUGAR DE COMÉRCIO

O comércio é uma atividade econômica que consiste na compra e venda de mercadorias, tanto de produtos quanto de serviços profissionais. As crianças (13,3%) representaram o comércio existente na região da LF. No local, há inúmeros

estabelecimentos comerciais, mostrando que o recurso fluvial é palco da produtividade dos habitantes, seja da zona rural que trazem suas mercadorias para vender na cidade (farinha, peixes, frutas, etc.), seja dos cidadãos que alocam pontos na região por ter um fluxo constante de pessoas (bares, mercados, etc). A cultura comercial de Parintins tem esta região como elemento primordial no cotidiano dos moradores, seja dos bairros do entorno seja de bairros mais distantes.

Nesta forma de perceber, as crianças manifestam a qualidade comercial da região da LF. Aqui a Lagoa da Francesa é percebida mais como área geográfica do que recurso hídrico. Mostra-se que na região da LF há um dinamismo espacial, onde a característica do local está na compra e venda de bens e serviços, refletindo a importância econômica que o lugar tem para quem consome e os reflexos que acontecem neste ambiente a partir dessa atividade. Essa produção urbana reafirma as ideias de Lefebvre (2001), onde diz que a cidade capitalista criou o centro de consumo, tornando os lugares de comércio, o ambiente de encontro, a partir do aglomerado das coisas.

Muniz (2012) sustenta que o rio Amazonas representa a via de escoamento e abastecimento, a estrada hídrica que liga Parintins a Manaus e ao Oceano Atlântico. Afirma-se aqui que a LF, por prover-se diretamente do rio Amazonas, é a ligação comercial da cidade com seu interior e com o Estado do Pará. Nas palavras de Gottdiener (1997), os lugares centrais constituem a base econômica em torno da qual se aglomeram outras atividades urbanas. Para Muniz (2012), há uma dependência econômica deste espaço, devido à circulação intensa de mercadorias e a comercialização de produtos de estivas, artesanatos e de cafés regionais.

Essa realidade fica evidente para algumas crianças. A menina T (9 anos) categoriza a região da LF como lugar onde há bastante comércios e clientes no local (Figura 21). Para ela, o foco central da região são as atividades comerciais proporcionadas pela LF. Mansano (2006) salienta que as crianças veem os espaços além do que os olhos conseguem identificar, logo, a cidade torna-se um lugar de socialização onde todo o cidadão, através dos locais frequentados, aprende a viver socialmente (FISCHER, 1994). Assim, as crianças ao viverem, intensamente, num lugar, desenham as cenas como, de fato, as percebem.

Figura 21: Desenho elaborado por T, menina, 9 anos.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

Na Figura 21, T diz ter feito dois cenários, pois existem duas cenas representadas no mesmo desenho. Na cena superior, três pessoas representam a potencialidade comercial da área: dois vendedores e uma cliente. O céu é límpido e dentro do mercado há o encobrimento parcial de um sujeito com uma mercadoria em suas mãos a ser, quiçá, vendida para a mulher, por esta estar mais próxima da linha que marca o espaço do estabelecimento. E o outro, é o vendedor de peixes, figura presente no cotidiano do local. Na mesma cena, há a presença de bares e restaurantes. Entretanto, na cena inferior, há a caracterização do ambiente fluvial, com barcos, peixes e alguns dejetos, dando uma ideia de profundidade ao desenho. Percebe-se no desenho o circuito produtivo potencializado pela LF, como bem se percebe na fala de outra criança: *“Aqui são aquelas casinhas que ficam perto da escadaria ali, que vendem aqueles negócios lá”* (A, menina, 12 anos). Segundo Ferreira (2010), esse aspecto engloba uma teia fundada no ato de produzir e adquirir mercadorias e, na Amazônia, o recurso fluvial potencializa o espaço urbano onde está inserido para atividades de compra e venda de vários produtos.

A diversidade do comércio e sua inserção nele são notadas por R (menino, 7 anos): *“Tem a Feira, tem o bar que vende cerveja... Tem o Casarão... Teve uma vez que eu fui lá comprar bife”*. A Feira comentada por R é denominada “Feira

do Bagaço”, na qual há uma variedade de bancas de feirantes, que vendem legumes, hortaliças, frutas, ervas e remédios naturais (MUNIZ, 2012). Percebe-se, neste modo, que a LF não é um elemento natural, uma lagoa, mas um espaço onde acontece o comércio (Figura 22). E essa realidade comercial do espaço é uma referência para a criança.

Figura 22: Desenho elaborado por K, menina, 9 anos.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

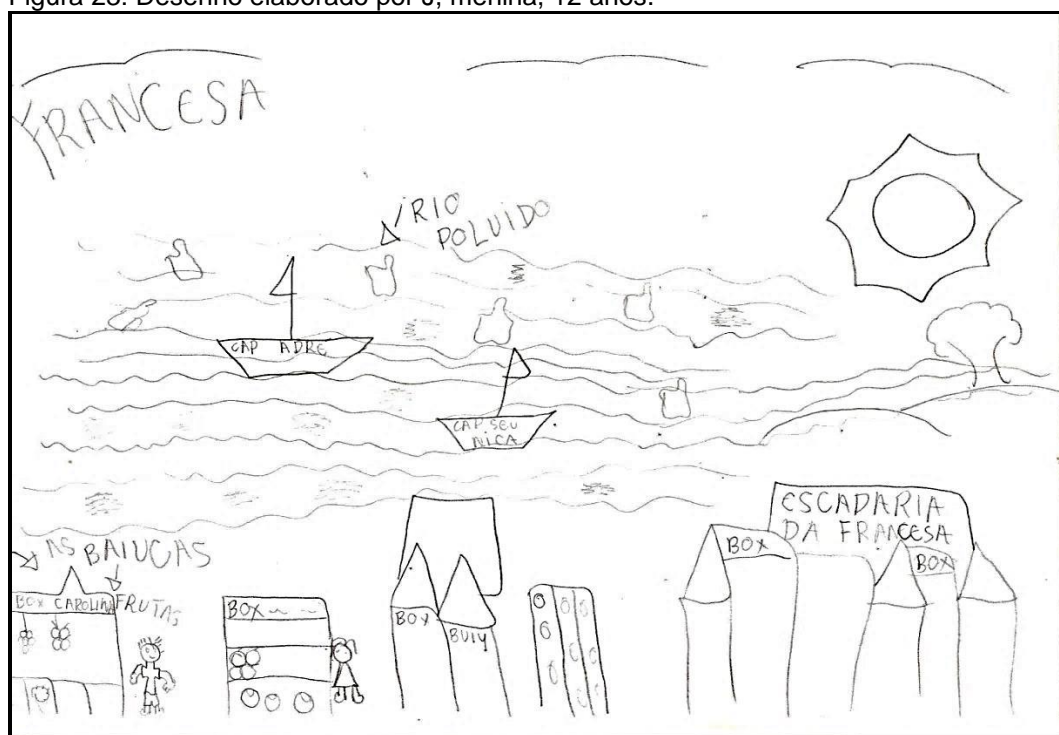
Na Figura 22, a menina K representa o movimento comercial de diversos produtos e dos tipos de comércio no lugar, em contraste com o ambiente fluvial. Em Marx (1996), a mercadoria é um objeto externo, uma coisa, a qual, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. Neste caso, se percebe não o lugar em si, mas o tipo de espaço que ele abriga, ou seja, o mundo das mercadorias que lá estão ao dispor dos habitantes, independente ou à revelia da poluição. Para Ferreira (2010), a mercadoria pauta no meio social valores, desejos e sentimentos a serem apropriados por intermédio do objeto concreto.

É salutar destacar que na região central da LF há inúmeros bares e pequenos restaurantes, que permitem ver pessoas transformando o lugar e, se transformando, com o tipo de mercadoria que consomem: “Os homens que ficam bebendo cerveja lá, jogam as garrafas lá na água” (M, menina, 7 anos). A menina

observa que o tipo de comércio, até certo ponto legítimo, pode alterar o estado da LF, isso se apresenta também em outra fala: “*Vendiam bem aqui carne de porco...Eles jogavam muito coisa aí...Rabo de porco*” (L, menino, 9 anos). Nestes argumentos, as crianças percebem que algumas pessoas que estão no local, comprando ou vendendo mercadorias, são responsáveis pela deterioração daquele lugar. Há um entrelaçamento de percepções sentidas por M e L: é um lugar de comércio que em certas ocasiões traz consequências nefastas ao seu entorno.

De igual modo, na Figura 23, a menina J (12 anos) representa a proximidade dos comércios locais com a degradação da região. A situação por ela exposta, mostra a inter-relação dos ambientes e o alerta sobre os impactos de ações despreocupadas perante o uso. Observa-se nessa percepção de J, as palavras de Lima (1989), a qual argumenta que o espaço é fruto de conhecimentos objetivos, lugar de relações vitais e sociais concretas, e determinado por elementos materiais que modificam sua natureza e qualidade.

Figura 23: Desenho elaborado por J, menina, 12 anos.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

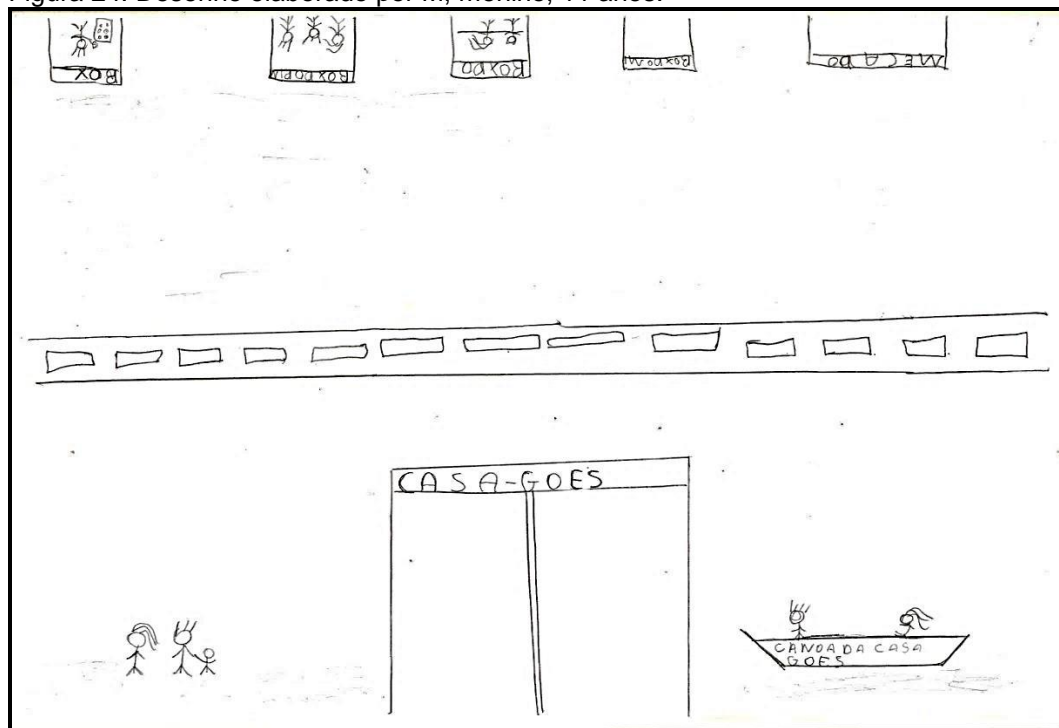
Ademais, Gottdiener (1997) esclarece que o espaço tem uma natureza multifacetada. Para este autor, o espaço é uma localização física, uma peça de bem móvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. É

também um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção, que podem já ser vislumbradas em algumas crianças. A menina J percebe esta realidade.

A região da LF significa um elemento que produz valor de troca e valor de uso: *“Eu vou na Francesa para comprar farinha”* (M, menino, 11 anos). A utilidade de uma coisa faz dela valor de uso, que realiza-se somente no uso ou no consumo, enquanto que o valor de troca é determinado pelo que se pode conseguir por um produto ou serviço em uma troca com alguém (MARX, 1996). Nesse espaço, as transações comerciais são intensamente vividas, sejam positivas sejam negativas.

A região da LF tem um arranjo espacial que organiza o ambiente social e as crianças se orientam nesse *layout* para suas compras: *“Aqui é a Casa Góes, aqui é a Agroverde...Eu ia comprar as coisas lá na Casa Góes”* (L, menina, 12 anos). Tuan (1980) expõe que as atividades desenvolvidas por um estilo de vida geram padrões espaciais, que requerem formas arquitetônicas e ambientes materiais que, por sua vez, após terminados influenciam o padrão das atividades.

Figura 24: Desenho elaborado por M, menino, 11 anos.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

A Figura 24, elaborada por M (menino, 11 anos), atenta para a organização que há, na mente da criança, sobre a disposição dos estabelecimentos na LF: de um

lado, variados boxes com clientes - ou não -, e, de outro, um supermercado: *“Aqui são os boxes que ficam lá...Aqui é a Casa Góes...Aqui são as pessoas que passavam pela água para ir para lá e aqui são as canoas que ficavam lá”* (M, menino, 11 anos). Para Rabello (2013), o realismo visual dos desenhos significam uma relação real entre as linhas que o compõem, dando ênfase à integração das imagens. De igual relevância, Higuchi (1999) discute que essa construção socioespacial do ambiente vivido pelas crianças e que passam a representar lugares, são amalgamadas de significações socioculturais.

Posto isto, verifica-se que a LF é um lugar de comércio, em que o sentido, parte da influência do recurso no desenvolvimento comercial (trabalho e compra - venda de mercadorias) da cidade e no entrosamento com o recurso hídrico e com as pessoas que usam desse espaço, visto que, o estilo de vida de um povo é a soma de suas atividades econômicas, sociais e ultraterrenas (TUAN, 1980). Para as crianças que percebem a saliência do comércio, a LF se insere nesse mundo do consumo, dos consumidores e nas consequências do tipo desse uso, tanto das mercadorias quanto do espaço onde isso ocorre.

6.3 A LAGOA DA FRANCESA COMO LUGAR DE MORADIA

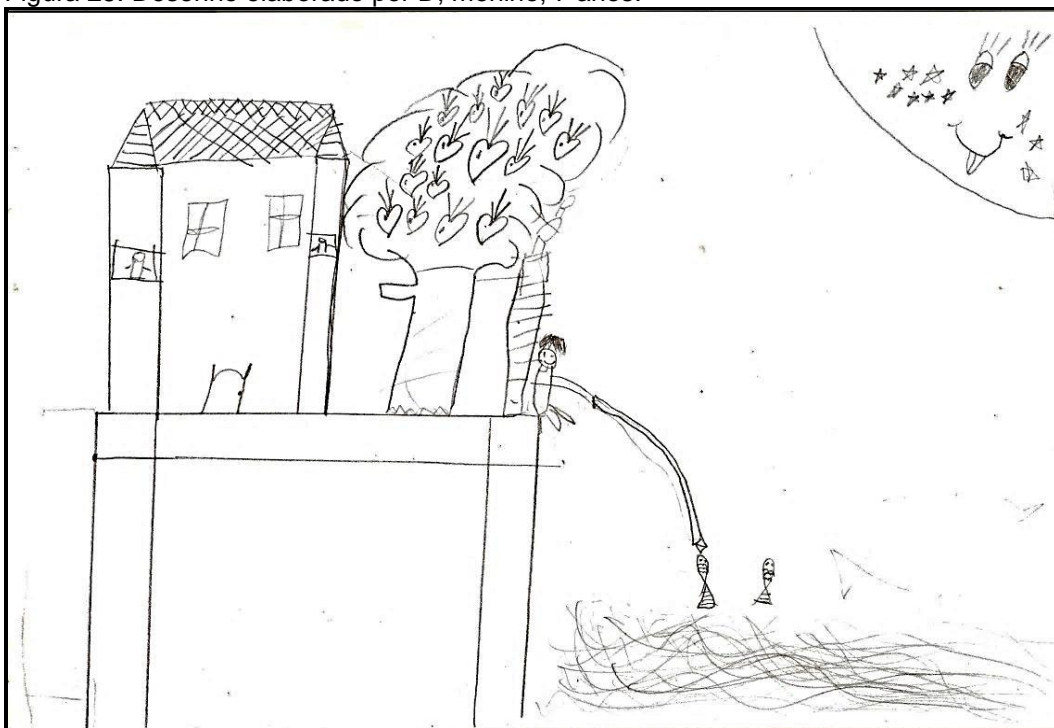
Ao morar num lugar, o indivíduo se identifica nele e postula condições sociais para sua existência, seja do espaço em que vive seja de outras pessoas que nele estão inseridas. A região da LF é muito mais do que uma lagoa, é um lugar onde pessoas moram. Tal fato está no entendimento de 13,3% das crianças que participaram desse estudo. Para Fischer (1994), o espaço de moradia é aonde se desenrola a vida privada, ou seja, é a organização social na qual o indivíduo se inscreve.

Na construção desta categoria, foi percebido que para esse grupo de crianças, a LF é entendida como um território de habitação que determina um modo de vida específico, onde a água no quintal, ou debaixo da casa, é parte de um cenário urbano, mas de sua apropriação. Aqui a região da LF faz parte de sua afirmação como sujeito urbano, apropriando-se desse espaço para realização de diversas atividades cotidianas, que lhes dá a ideia de pertencimento, mesmo na cidade, a um grupo em especial. Assim, a percepção do espaço urbano se assenta

numa estrutura imaginária que diferencia o espaço em zonas mais ou menos valorizadas (FISCHER, 1994).

Para D (menino, 7 anos), na Figura 25, é no entorno da LF que mora sua família, e é nesta água que o pai realiza uma atividade característica da região: “*Meu pai pesca na lagoa... Eu desenhei meu pai pescando...Ela é muito boa para pescar*”. Morar na LF para D é estar num lugar onde germina um estado de satisfação e conformismo. Assim, o espaço habitado torna-se a matriz da existência social, de estrutura do enraizamento humano (FISCHER, 1994).

Figura 25: Desenho elaborado por D, menino, 7 anos.



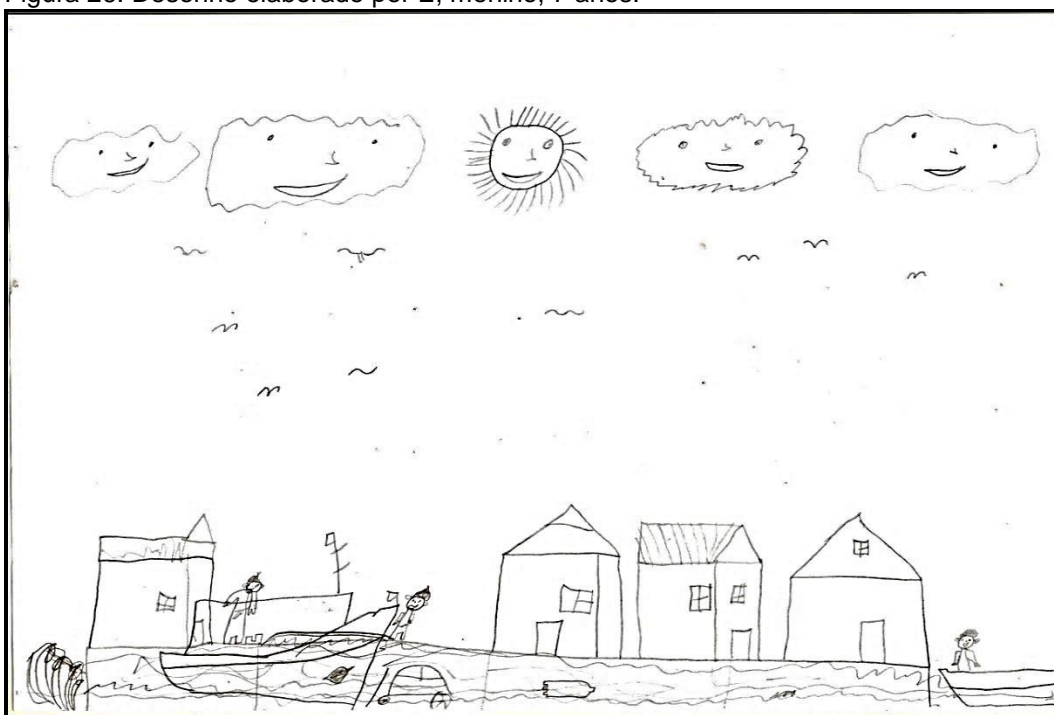
Fonte: TEIXEIRA, 2015.

Cruz (2008) comenta que ao habitar um espaço o ocupante investe nele intenções, atos e marcas que permitem aos sujeitos sobreviver as banalidades do cotidiano, dando a si uma identidade, criando condições que possam constituir a moradia como um refúgio ou abrigo. O espaço de moradia passa a ser o centro da existência humana, com significações físicas, psicológicas e culturais, com conteúdos de familiaridades do mundo vivido, uma expressão da identidade sociocultural que reflete um *status* social e pertencimento (LEMOS, 2010).

A percepção da LF como ambiente de moradia, é estar num lugar chamado “seu”, onde se faz tarefas simples do cotidiano, a qual encontra suporte no ambiente

físico da lagoa: “A lagoa é importante para mim, porque lá a gente toma banho e lava roupa” (T, menino, 8 anos). A moradia é o espaço de intimidade e de uma conjugação de valores e fatores, tornando o lugar como espaço do seu lar (HIGUCHI, 2003). Para Neves (2013), a habitação serve para as vivências da vida privada e para qualificar a posição social do sujeito. Assim, nas tarefas diárias se processa a apropriação desse espaço que representa o solo onde a casa está fixada (Figura 26).

Figura 26: Desenho elaborado por E, menino, 7 anos.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

Na Figura 26, E desenha o cenário que seus sentidos recebem: o ambiente é belo, transparence vínculos de afetividade ao seu local de moradia. Em sua fala, o menino E (7 anos) diz: “*Eu moro perto da lagoa, meus primos estão aqui...Eu vejo muita coisa lá de casa*”, por isso, que nesse processo de habitar, os ocupantes se apropriam do lugar a partir de um investimento afetivo (FISCHER, 1994).

Diante dessa representação, o espaço de moradia passa a ser o seu espaço de identificação da criança, aonde se estabelece a parada para a constituição de um lar. Esta apropriação do lugar habitado implica, para Lefebvre (2001), o direito à cidade, ao *habitat* e ao habitar. O endereço físico da casa transcende para o lar como ponto de referência do sujeito (CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011). O apego ao

lugar se torna visível uma vez que ao falar na LF, outra criança mostra que “*Aqui é a rua da minha casa*” (T, menino, 10 anos).

É nessa área de moradia conhecida como LF que as pessoas enfrentam, também, uma realidade de carência (Figura 27). O menino T (8 anos) representou as vulnerabilidades por qual passa ao habitar o entorno de um lago e as sujeições que sua família é submetida ao viver nesse ambiente: a água está embaixo de sua casa, o desenho manifesta a invasão fluvial ao ambiente doméstico e os riscos que ocorrem ao ficar no lugar: “*Aqui estão meu pai, minha mãe, eu e meus primos... Tem cobra e peixes por lá*” (T, menino, 8 anos). Percebe-se no desenho de T, apesar dos riscos no local, a LF é, por alguns sujeitos, apropriada à usos sociais.

Figura 27: Desenho elaborado por T, menino, 8 anos.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

Morar nas proximidades de ambientes fluviais acarreta situações de alerta sobre o que pode aparecer perto ou dentro de sua casa, todavia aparentemente, há um sentimento de resignação ao seu lugar de *habitat*. A percepção de T, talvez, agrega a realidade social de disposição restrita dos espaços para habitação. Sobre isso, Neves (2013) sinaliza para as funções concreta e simbólica da habitação, as quais convergem para a formação de uma representação das regiões e das populações na cidade: o lugar social das pessoas e o lugar do território, em

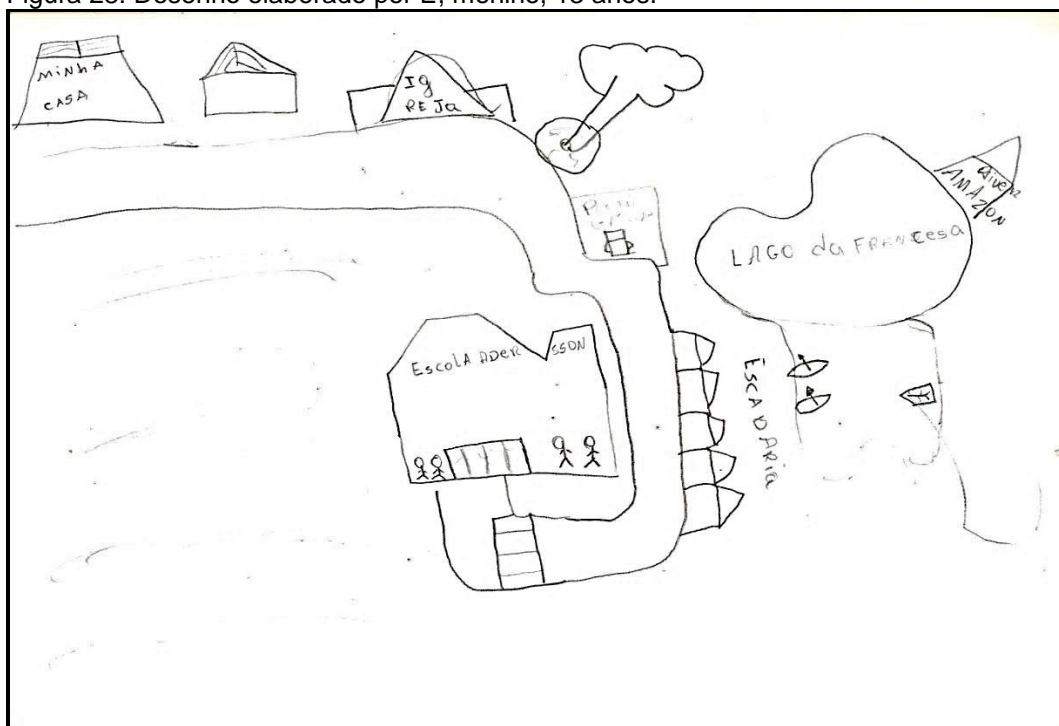
contraste com outros lugares. Como nos dizeres de uma criança: *“Eu represento aqui as casas, minha casa, as casas dos vizinhos e a água”* (T, menina, 12 anos).

Além disso, as crianças percebem que as condições sanitárias de determinadas casas propiciam à fragilidade ecológica da lagoa em si: *“Porque lá...Tem muitas pessoas que não tem...É...Privada...E joga na água”* (S, menino, 8 anos). Nesse entendimento, sobressai o reconhecimento de ações que não são ecologicamente corretas, mesmo que justificáveis: *“É preciso mudar as pessoas...Porque tem gente que não tem privada, cai na água e as pessoas não veem”* (S, menino, 8 anos). Em tais situações, as crianças protagonizam intervenções informais para formar entre os moradores, novos modos de agir e pensar para um ambiente mais preservado: *“Meu pai já jogou uma vez, mas como eu disse para ele não jogar e ele não jogou”* (M, menina, 7 anos), ou nesta outra fala: *“A gente pode dá uma palestra nas casas que ficam ao redor da lagoa”* (E, menino, 13 anos). Como se observa, se emerge uma ética nestas crianças sobre o que não se deve fazer na lagoa e o que se pode fazer para sua recuperação, visto que, é no espaço físico que a criança estabelece a sua relação com o mundo e com as pessoas, e nisto ocorre um tipo de comportamento socioambiental.

Lima (1989) assenta que é no ambiente concreto, que as sensações se revelam e produzem marcas profundas que permanecem, mesmo quando as pessoas deixam de ser crianças. Logo, as crianças já refletem sobre isso: *“Eu acho que nós devíamos ter um pouco mais de sensibilidade, sabendo que o que a gente fizer agora, nós podemos receber em dobro no futuro”* (H, menino, 13 anos).

Nesta percepção, as crianças representam a LF não somente como um recurso fluvial, mas um território onde forma um núcleo urbano e aonde a vida se desenvolve com outros aparatos. A LF não é, somente, lagoa, porém, ela contém: *“Eu desenhei a escola, a frente dela, a rua que passa na frente dela, as casas ao redor e a lagoa que é o ponto principal aqui”* (H, menino, 13 anos). Higuchi e Silva (2013) expressam que os espaços construídos engendram subjetividades que envolvem a produção de fragmentos espaciais, de tal forma que, a relação das pessoas com o ambiente ocorre a partir da internalização de signos presentes no entorno e organizados em um sistema simbólico (Figura 28).

Figura 28: Desenho elaborado por E, menino, 13 anos.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

Na Figura 28, o menino E representa a lagoa como um signo presente que distingue este espaço urbano, mas não se reduz as territorialidades. A lagoa passa a ser elemento adicional no reconhecimento da região entendida como LF: *“Eu desenhei minha casa, as casas dos vizinhos, a igreja evangélica, a árvore, o posto de gasolina e a lagoa da Francesa”* (E, menino, 13 anos). Diante de tal representação, morar no entorno de um ambiente provoca também uma identificação com ele a partir de suas características, dos signos e símbolos que a região insere no imaginário da criança.

Neste modo de perceber, as crianças visualizam a região da LF como uma relação dinâmica de vidas, de moradias e condutas, no qual, o espaço urbano e o ambiente fluvial se entrecruzam, dando identidade e significações aos moradores locais. Aqui, a LF é sinônimo de chegada e partida, conforto e segurança, afirmação de vínculos afetivos e políticos. Nessa forma de pensar, a lagoa faz parte do território da LF, com suas adversidades e bonanças. A LF é um lugar onde elas moram e vivem com todas as suas vicissitudes, tal situação abarca, considerando, as nuances de uma cidade do Amazonas.

6.4 A LAGOA DA FRANCESA COMO LUGAR DE RECREAÇÃO

As brincadeiras são atividades fundamentais na construção das vivências das crianças. A LF como palco de atividades recreativas foi percebido em 14,2% das crianças. Frisa-se que a recreação compreende atividades espontâneas, prazerosas e criadoras, que os sujeitos buscam em seu tempo livre (CAVALLARI; ZACHARIAS, 2007). O entretenimento para a criança são as brincadeiras que estimulam a sua dimensão física e mental, além de expressar noções de coletividade. No ambiente amazônico, a proximidade aos rios, estimula à externalização no ambiente fluvial.

Nesta categoria, as crianças qualificam a LF como o lugar apto para as atividades recreativas. A água é propícia ao contato primário e o palco indispensável para afirmação da identidade infantil. Aqui percebe-se que a LF e a criança se complementam com laços firmes. Diante desse cenário, a relação dinâmica com o recurso dá a noção de pertencimento e apego ao lugar, assim como, as atividades em grupo são, também, potencializadas pela região.

Figura 29: Desenho elaborado por M, menina, 7 anos.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

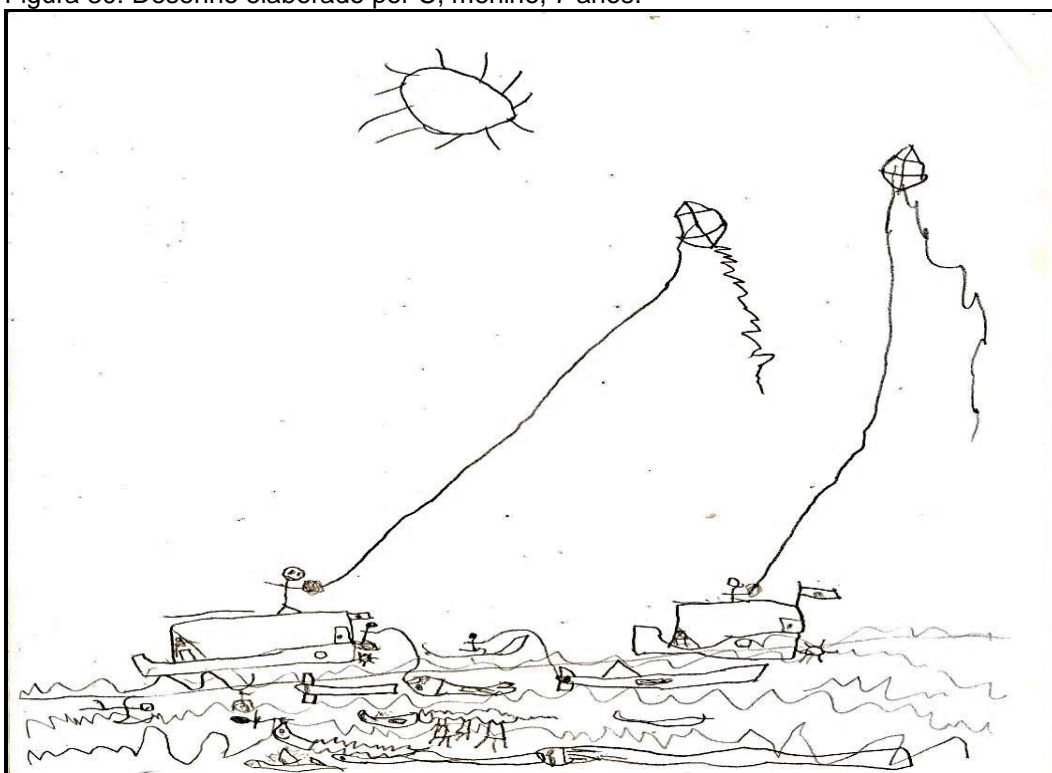
Andar de canoa, nadar, mergulhar, brincar de barquinho são possibilidades do brincar na LF: *“Eu vejo crianças aos montes...Eles ficam com barquinho lá para*

eles brincarem naquela água...Às vezes, o barquinho afunda, eles afundam brincando naquela água lá...Eles ficam nadando com o barco lá” (G, menina, 9 anos). A Figura 29 sugere intensas atividades recreativas na lagoa, pois, as crianças brincam e aprendem uma com as outras, mesmo em momentos, ou em lugares, não propícios. Para Brougère (2001), brincar não é uma dinâmica interna do indivíduo, mas uma atividade dotada de significação social que, como outras, necessita de aprendizagem ou adequações.

As figuras humanas desenhadas por M apontam para “movimentos congelados”, expressão esta utilizada por Cox (2007). Para este autor, as crianças incluem em seus desenhos alguma indicação ou indício de que a figura está em movimento ou prestes a se movimentar de um lugar para outro, tornando-os paralisados. Na Figura 29, as crianças estão em diversas situações: ora no barco ou na água ora pulando na lagoa, ressalta-se o alto grau de satisfação das crianças ao brincar no local, apesar das vulnerabilidades mostradas pelo desenho. Há, portanto, um grande movimento na situação relatada, mesmo que, por um instante, congeladas: *“Esse aqui tá na água, tá nadando, tá na bóia, tá dormindo, esse tá segurando na bóia, e tá chovendo”* (M, menina, 7 anos).

Brougère (2001) sustenta que a brincadeira pressupõe uma aprendizagem social. Dessa forma, a cultura tem papel indispensável nesta aprendizagem, pois é nas relações socioculturais que se estabelecem interações entre os indivíduos e, desta forma, novas aprendizagens podem surgir, novos modos de ser, de pensar, de sentir e de brincar. No caso amazônico, a água de uma lagoa, de um igarapé ou rio é o palco inevitável de grandes brincadeiras, onde desde muito pequena a criança se constitui como parte destes espaços hídricos.

Figura 30: Desenho elaborado por C, menino, 7 anos.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

Na Figura 30, o menino C representou o ambiente belo e sem adversidades, propício ao lazer com outros colegas, conforme C explicou: *“Tem esse curumim...Tem eu, tem o Vinícius, tem meus primos lá do interior...A gente tá nadando lá na Francesa”*. É uma representação gráfica intensa das possibilidades do brincar na lagoa e do investimento afetivo sobre o lugar. Mesmo em um meio poluído, diversas atividades recreativas são realizadas na lagoa, corrobora-se que o brincar na água é uma atividade sociocultural muito cara para os amazônidas.

Soltar pipa, brincar na água, andar nos barcos pela região é parte da vivência do amazônida, assim, como o contato direto com a água e, de igual modo, a pescaria se integra ao cotidiano em qualquer idade: *“Elas ficam pescando, pulando na água e pegando papagaio”* (K, menina, 7 anos). Na figura 31, S (menino, 8 anos) representa as possibilidades de as crianças ao se constituírem neste ambiente em particular, valorizando o espaço cultural e psicossocial que a lagoa lhes oferece: *“Essa água da lagoa é boa para as crianças brincarem”* (A, menino, 13 anos). As brincadeiras refletem um mundo de fantasias e a criança mergulha nele, atraída pela beleza, pelos mecanismos e pelo insólito (ALTMAN, 2010).

Figura 31: Desenho elaborado por S, menino, 8 anos.



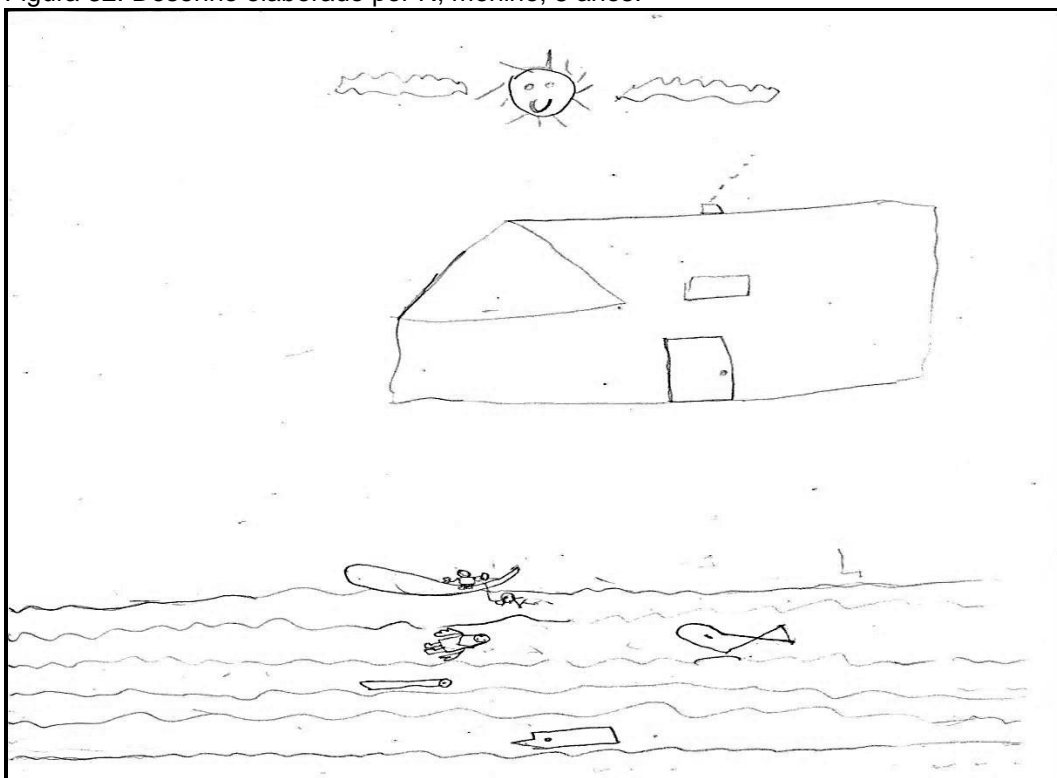
Fonte: TEIXEIRA, 2015.

Surpreendentemente, para essas crianças, a LF é um espaço hídrico que propicia a ludicidade e entretenimento. Nesse caso, a poluição é secundária ou até inexistente. Na Figura 31, o menino apresenta a lagoa em um aspecto limpo e saudável para as brincadeiras, não veem resíduos expostos na água ou qualquer material degradante ao ambiente, como afirma outra fala: *“A água da lagoa é limpa para as crianças brincarem... Elas brincam e nadam no lugar”* (R, menina, 9 anos). Não importa o momento ou o espaço em que ela se encontra, ela sempre arranja um jeitinho para brincar ou inventar uma brincadeira. Para a criança a vida parece um mundo de fantasias, pois, esta encontra motivos para o envolvimento em grupo, independente das circunstâncias (BROUGÉRE, 2001). Daí que o contato com a água é prazeroso para a criança. Há reciprocidade entre a criança amazônica e o ambiente fluvial: a vida chega a ser, até certo ponto, uma dádiva do rio, e a água uma espécie de fiador dos destinos humanos (TOCANTINS, 2000).

A criança amazônica cresce cercada por um universo de rios, assim como o mundo do entorno está repleto de paisagens exuberantes que se tornam um prolongamento do corpo do sujeito. Há uma relação intrínseca entre o ambiente e as pessoas, à medida que são estas que dão significado à sua existência: *“Eu gosto*

mesmo de brincar na lagoa” (Y, menina, 7 anos). É por meio do brincar que a criança desenvolve sua imaginação, sua capacidade de fazer amigos, de socializar, obedecer regras, aceitar o outro, de ser amigo: *“Às vezes, chamo uns meninos pra ir lá brincar comigo...Não gosto de ir sozinho”* (R, menino, 7 anos). Por intermédio das atividades recreativas, a criança manifesta suas emoções, estabelece suas ligações sociais, descobre sua capacidade de escolher, decidir e participar (ALTMAN, 2010).

Figura 32: Desenho elaborado por R, menino, 8 anos.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

Fischer (1994) discute que o sentimento de pertencimento a um lugar acontece, mediante a concordância do lugar ocupado por cada um e o valor atribuído ao lugar. Assim, a criança que vivencia o espaço da LF como local destinado às mais diversas atividades sociais, possui um sentimento de integração muito forte com o local: *“Eu nado na lagoa de casa”* (H, menino, 7 anos). Deste modo, a criança se identifica com o espaço da lagoa como se fosse sua casa, projetando suas brincadeiras àquelas águas (Figura 32), assim, o espaço, pela ação infantil, se torna prático, mutável e multiusável (CRUZ, 2008).

O menino R representa, claramente, essa ação na Figura 32. Como lugar de recreação, a criança entrelaça seu cotidiano de moradia ao ambiente fluvial. Há

entre a criança e a lagoa uma relação recíproca: *“Essa é uma água limpa da lagoa, lá tem muitas crianças brincando”* (R, menino, 8 anos). Nesta fala, o menino avalia a parte que se deve brincar da LF, logo, a percepção como degradada não cabe ao ambiente onde realiza atividade, já que no lugar onde brinca, a lagoa é livre de poluição. A criança percebe que há vulnerabilidades na LF, mas estas são pontuais, conforme a fala de R.

Como cenário de inúmeros modos de vivência, os rios amazônicos ainda são campos das brincadeiras das crianças. Assim a LF é um lugar propício para a criança se divertir e fazer amigos, sem ter que se deslocar para longe de sua casa: *“Tem um corredorzinho lá na entrada da Francesa, perto de casa, que eu brinco lá...É legal”* (Y, menina, 7 anos). Higuchi (1999) discute amplamente o significado dos lugares físicos e os espaços sociais a eles atrelados, de tal forma que a cada lugar se estabelece um significado de uso social e subjetividades inerentes. Utilizar a água como o lugar de recreação é um traço marcante que dá contornos significativos à identidade cultural da região, que chega a cegar as condições de qualidade ambiental.

Nesta forma de pensar, a criança preza o espaço físico para sua constituição como criança e não dá importância para os problemas que esse lugar tem em si, há aspectos de valência positiva sobre a região. De tal modo que, a vulnerabilidade se instala gradualmente a ponto de naturalizar as condições pelas quais essas crianças são levadas a vivenciar. Pelo óbvio dos riscos psicossociais, sanitários e ambientais, essa situação carece de transformações para que isto não vulnerabilize ainda mais essas crianças que lá moram e vivem.

6.5 A LAGOA DA FRANCESA COMO LUGAR DE INUNDAÇÃO

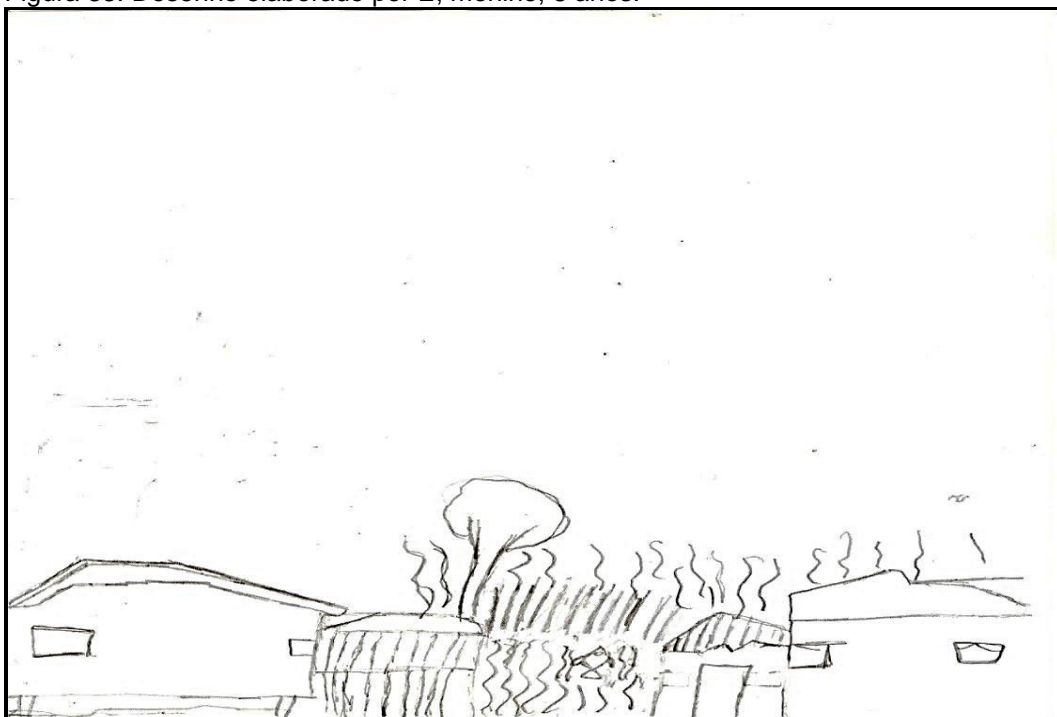
O período de contato com as crianças foi na época da cheia amazônica, então, é pertinente que 17,5% dos desenhos representem este fenômeno, o qual altera o dia a dia dos bairros que entornam ambientes fluviais assim como de seus moradores. O ciclo das águas (cheia e seca) é um fenômeno amazônico e faz parte de um ecossistema esperado pelos amazônidas. De tal forma, esse ciclo se insere no cotidiano das comunidades interioranas de forma mais visível do que as comunidades urbanas.

Tocantins (2000) apresenta que o rio enche a vida do amazônida de motivações psicológicas e que este vai imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos da vida regional. Entretanto, isso depende da região em que tais situações ocorrem. Há grande diferença para o ribeirinho interiorano e o ribeirinho urbano.

De acordo com Migueis (2011), as cheias ocorrem, anualmente, no Baixo Amazonas no período de maio a junho, região esta que Parintins se insere. Convém ponderar que a Cheia e a Inundação são fenômenos distintos. A cheia é esperada e, por isso, as atividades são programadas para seu enfrentamento. No entanto, a inundação é inesperada e acontece tendo em vista chuvas fortes, não raro trazendo prejuízos e sofrimentos. A inundação é presenciada com maior intensidade na área urbana devido às ocupações irregulares que alteram o curso dos igarapés. O assoreamento provocado pela perda da mata ciliar e o acúmulo de lixo nos ambientes fluviais também são condições de agravo, que trazem sérias consequências aos moradores próximos dessas áreas. E essa realidade está presente na LF e é percebida pelas crianças.

No entendimento destas crianças, estas dão importância às inundações e aos impactos causados em suas vidas. A LF como lugar de inundação se refere a um período específico do ano, que afeta e modifica o cotidiano das crianças e de suas famílias. A água ocupa seu espaço privado e suas vias de locomoção, causando possíveis estados de tensão, medo e estresse. As crianças cuja saliência perceptiva se enquadra nessa categoria, apontaram para uma valência negativa proporcionada por esse movimento das águas amazônicas nas suas atividades rotineiras.

Figura 33: Desenho elaborado por E, menino, 8 anos.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

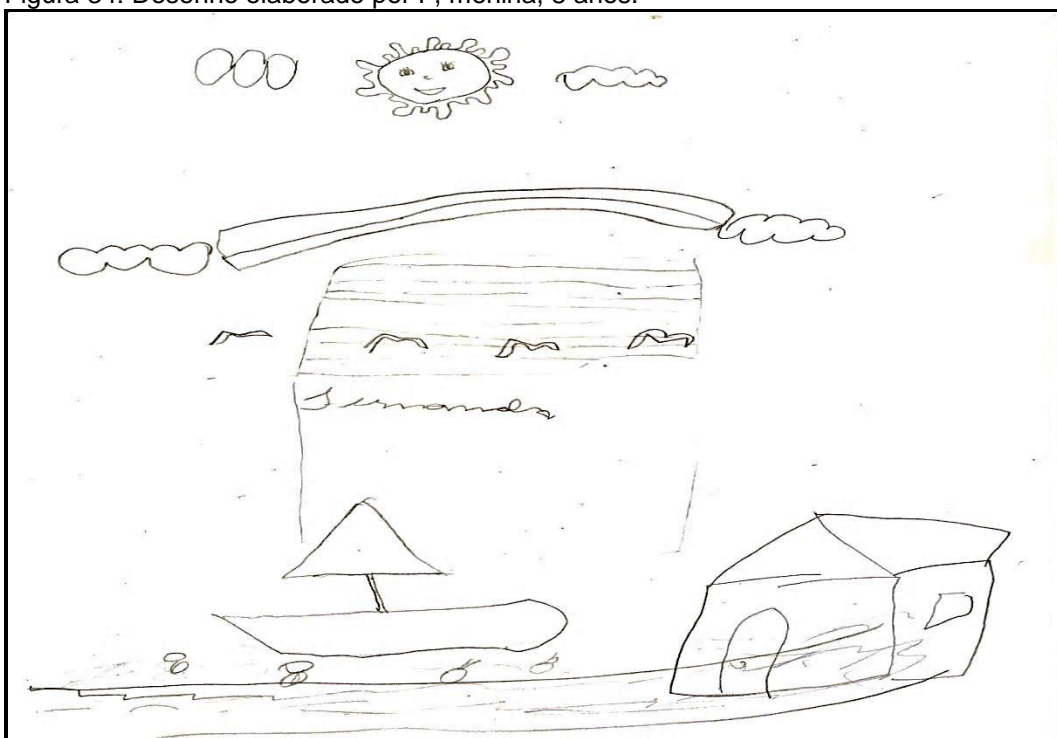
A Figura 33, representada por E, retrata o avanço das águas da lagoa sobre as casas dos moradores da localidade. Outras crianças falaram que o rio invade suas casas e trazem indesejados visitantes: *“A lagoa da Francesa tá enchendo a nossa casa...Eu já matei um monte de cobra...De noite...Cobra cega”* (R, menino, 7 anos). De repente, a invasão da água, limita e fragiliza a moradia, de tal forma que a inundação modifica o cotidiano feliz e seguro dos amazônidas em acontecimentos funestos tragando barrancos e casas, levando o desespero aos lares (TOCANTINS, 2000).

Fischer (1994) apresenta o espaço em sua dimensão psicológica, uma característica desta construção é o caráter estressante que circunda a relação pessoa - ambiente, que pode se caracterizar pela restrição do espaço. O autor, inclusive, alerta que o estresse acontece quando há perda de controle sobre o ambiente em que o indivíduo se encontra. Assim, ante a uma espacialidade problemática, o cotidiano precisa ser readequado: *“Nossa casa está indo pro fundo e ele (o pai) tá ajeitando a ponte de lá...A parte da frente tá bom, só atrás tá indo pro fundo”* (Y, menina, 7 anos).

A Figura 34 externaliza esse estado de vulnerabilidade que as famílias alocadas na orla de rios se encontram. A criança está em vias de construir reflexões sobre esta realidade, visto que Santos (2012), apropriadamente, alerta que as

grandes cheias podem tornar as pessoas da Amazônia em refugiados das águas. No entanto, tal crítica ainda não está muito desenvolvida, devido sua própria limitação de completo entendimento desse ciclo funesto diante de tais consequências.

Figura 34: Desenho elaborado por F, menina, 8 anos.



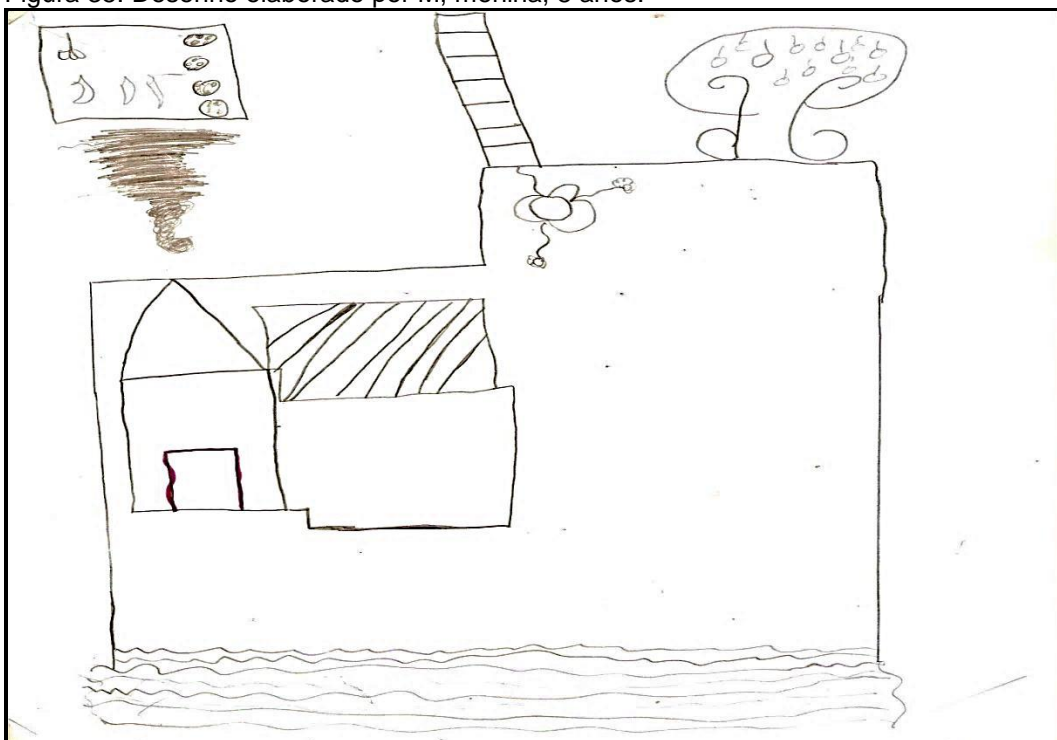
Fonte: TEIXEIRA, 2015.

Na Figura 34, a menina F mostra que a água está adentrando sua moradia. Na linha de solo, o cenário é de tensão, o lugar de segurança, de aconchego é, subitamente, envolvido pelas águas da lagoa e seus dejetos, além do barco que fica bastante próximo à entrada da casa: *“Tá quase entrando a água em casa, o barco está bem perto...”* (F, menina, 8 anos). Todavia, na lacuna do ar, há a alternativa, pelo uso do arco-íris, da esperada mudança do ambiente. Quando as chuvas se vão e a vazante chega, a área da LF muda de cenário. Outro mundo emerge, mas fica internalizado para a criança estes momentos de sofrimento e impotência diante de um ambiente que os deixa vulneráveis e expostos aos riscos que não podem ser removidos facilmente, conforme fala de uma criança: *“Eu desenhei quando encheu... Os barcos encostavam na beira da rua...Aqui é a Avenida Amazonas alagada”* (C, menino, 12 anos). Diante de tal situação, Tuan (2005) argumenta que os seres humanos não suportam viver em permanente estado de ansiedade, necessitando

manter uma sensação de controle, não importa quão ilusória possa ser, por isso, algumas crianças dizem: *“Eu prefiro a lagoa seca”* (O, menino, 10 anos).

Afirma-se, diante do exposto, que os fatores limitantes do espaço podem condicionar o indivíduo a estados de estresse : *“Eu não gosto de água...Na água deve ter cobra, jacaré, aqueles peixes...Piranha...Aí é arriscado isso”* (N, menina, 12 anos). Para Günther e Fragelli (2011), o estresse ambiental refere-se a uma condição do mundo objetivo, o qual interfere nas diferentes esferas da pessoa. O ciclo das águas, seja a cheia seja a inundação incontrolável, passa a ser um elemento estressor visto como inevitável pela criança: *“Minha casa está alagada, todo ano é assim”* (O, menino, 10 anos). A dificuldade de orientação, locomoção no espaço, a falta de controle sobre o ambiente e as barreiras que podem dificultar o acesso à natureza são fatores cujos efeitos negativos contribuem para o aumento do estresse (GÜNTHER; FRAGELLI, 2011).

Figura 35: Desenho elaborado por M, menina, 8 anos.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

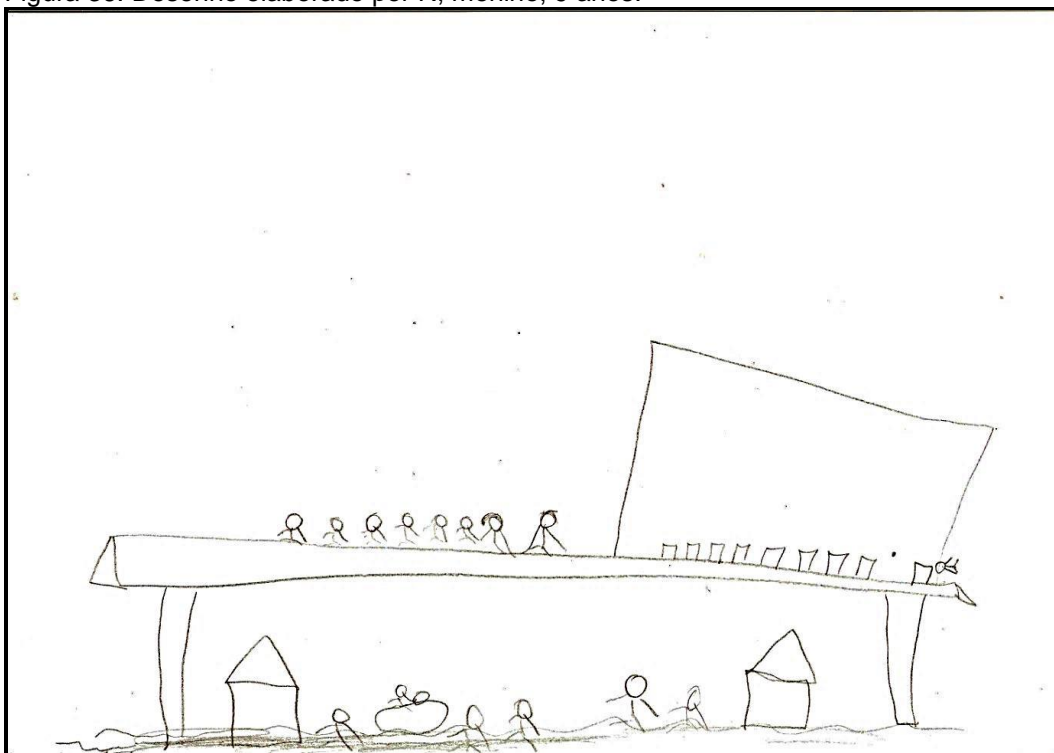
Alocada num cotidiano de inundação, a criança nesse estado de vulnerabilidade socioambiental, assim como sua família, fica sujeita a variados riscos: *“Porque quando a água vai, os ratos ficam lá, e o rato fica na rua, e a rua fica alagada”* (J, menino, 9 anos). O que pesa para a criança é a dificuldade de acesso,

mobilidade e segurança dentro e fora de casa proporcionada pelo humor das águas (Figura 35). Em Tuan (2005), as inundações desorganizam a vida dos povos, desestabilizando os sujeitos, assim, uma criança fala: *“Esse desenho é uma casa que eu vi alagando lá na Francesa...Essas são duas pessoas que estavam lá na ponte...E a casa tava alagando, e tava tudo alagado dentro da casa”* (M, menina, 9 anos).

Na Figura 35, a menina M representou, implicitamente, a restrição que fica no lugar neste período, de acordo com sua fala: *“Aqui é a minha casa, aqui é o rio lá da minha casa, porque a minha casa foi também pro fundo”*. Logo, há dois momentos no desenho. O primeiro momento, se especifica pela casa dentro de um espaço limitante, fechado, dando-lhe um sentido de trincheira imaginária, a água se apresenta próxima ao solo da casa. Neste momento, a realidade inundada é percebida como algo não desejável, todavia pode ser passível de mudança. Isso se apresenta, no segundo momento do desenho, quando o espaço externo à restrição da casa é límpido.

Algumas crianças também representaram o início do processo de inundação da LF e, uma forma de contenção da água realizado por um órgão público: *“Meu desenho é quando começou a enchente da lagoa...E aqui quando começaram a colocar os sacos de areia nessa parte”* (R, menino, 11 anos). Observa-se que essa trincheira, chamada de “rip rap”, foi utilizada apenas em alguns trechos da área possível de inundação. Por isso, não raro são produzidas ilhas de isolamento entre as casas e que necessitam de passarelas para a locomoção dos moradores. Essa solução, entretanto também não está disponível e é percebido pela criança: *“Ainda não fizeram a ponte...Aí a gente anda na água”* (M, menina, 11 anos), conforme explicita a Figura 36.

Figura 36: Desenho elaborado por R, menino, 9 anos.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

Na Figura 36, há dois contrastes colocados pela criança na região da LF: pessoas andando pela ponte e pessoas andando pela água. Por ser uma ilha, os habitantes de Parintins sofrem com as inundações inesperadas, principalmente, aqueles que moram no entorno de lagos, como a LF. Ainda mais, quando as vias públicas são tomadas, no qual, não há outra alternativa de mobilidade, a não ser, sujeitando-se, a pisar na água, como uma das crianças diz: *“Eu tenho que pisar na água para poder chegar em casa”* (R, menino, 7 anos). Rabinovich (2004) discute que a condição de acessibilidade da rua refere-se aos meios e modos de ter acesso à esse espaço e suas adjacências, estando aí implicadas as condições físicas, culturais e outras, que possibilitem à criança acessar à rua. Na inundação, esse espaço de mobilidade fica restrito.

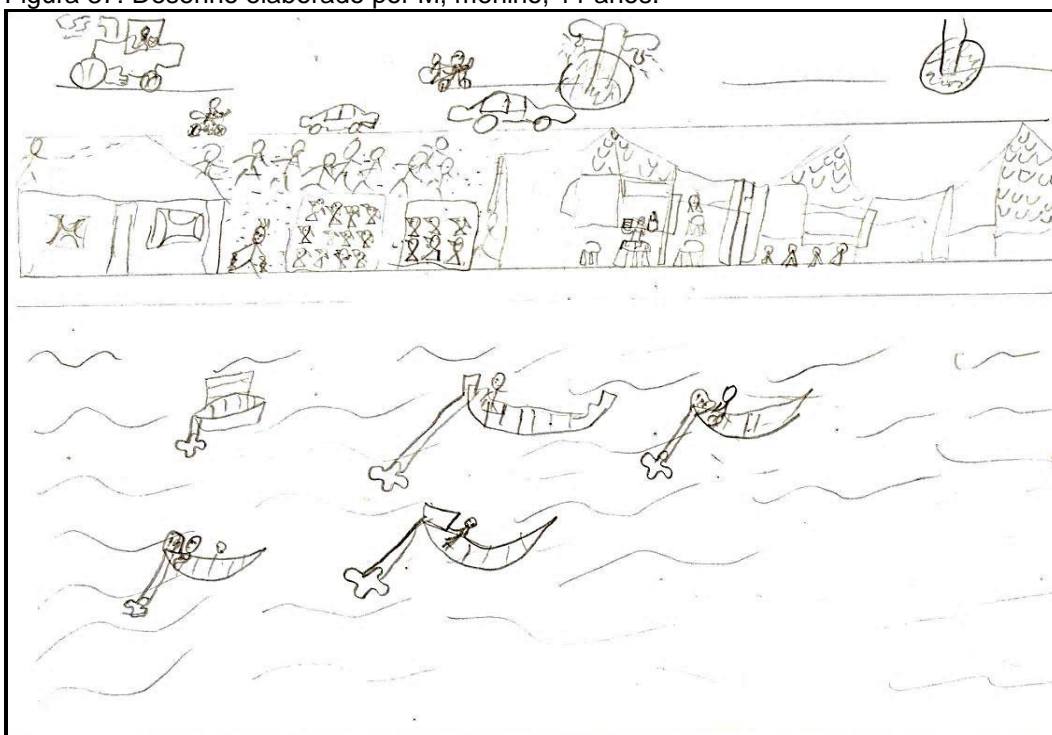
Neste modo de perceber, a criança se vê limitada pela restrição do espaço físico ocasionada pelas inundações no lugar onde mora. O ambiente inundado projeta, no sujeito que lá habita, estados psicossociais latentes de estresse, que afetam suas condições subjetivas e objetivas. Aqui a criança percebe a água como algo negativo, visto que esta causa um desequilíbrio na harmonia do seu dia a dia. Para os sujeitos que esta categoria foi manifestada, o período melhor para se identificar com a LF é na época da vazante e da seca.

6.6 A LAGOA DA FRANCESA COMO LUGAR DE TRÂNSITO

Na região da LF há um ir e vir constante, é um palco de intensa movimentação de pessoas, automóveis e barcos. Este cenário foi percebido por 19,2% das crianças. Essa percepção, para Tuan (1980), assim o é, porque a criança entre sete e treze anos já consegue visualizar o ambiente como um todo, por isso, considera que nesta faixa etária há o início da habilidade conceitual do adulto. Para Almeida e Passini (2011), o mapa, percebido em interrelações, é uma redução proporcional da realidade assim como uma representação codificada de um determinado espaço real.

A ampliação ou deslocamento espacial permite uma percepção distante do espaço em que o sujeito se acha inserido, situação esta visível nas crianças, cujo entendimento da LF está nessa via de movimento, de passagem. Nesta caracterização, a região da LF como lugar de trânsito se refere às possibilidades de mobilidade que o local proporciona, assim, o significado agregado à LF é de um espaço essencial que liga um lugar a outro. O movimento que o corpo estabelece nesse local aponta para a interligação de regiões em que a LF é o caminho para o acesso, o sujeito que aqui se movimenta pode ter ou não afetividade ao lugar.

Figura 37: Desenho elaborado por M, menino, 11 anos.



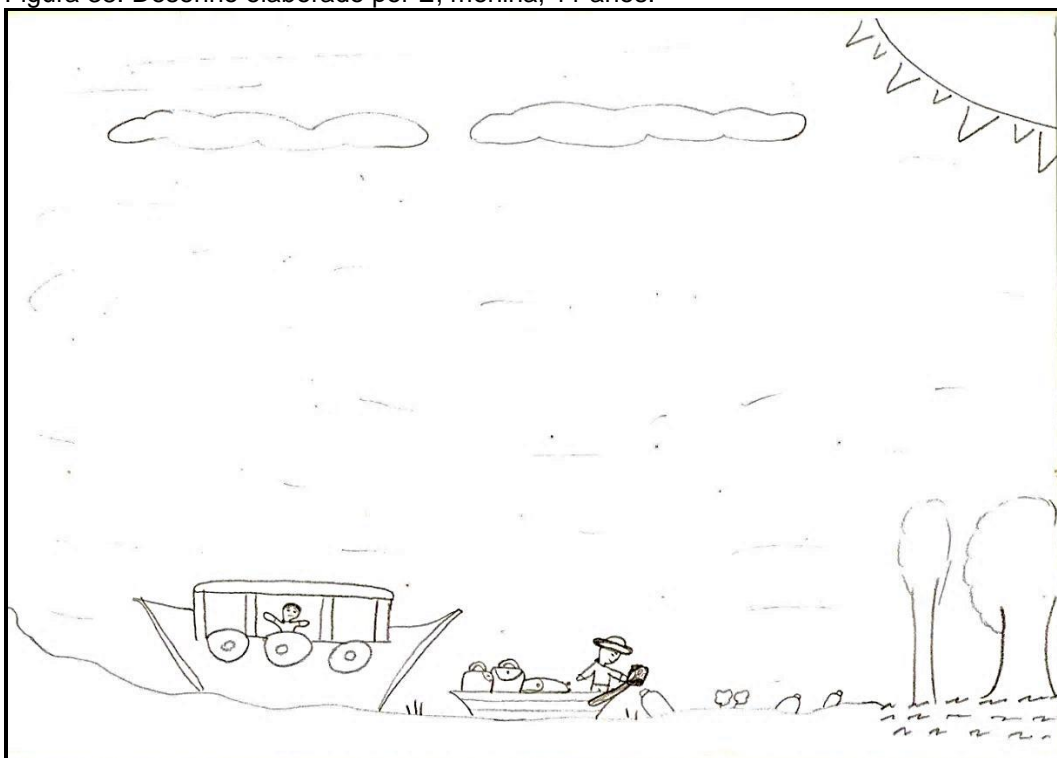
Fonte: TEIXEIRA, 2015.

A LF é um lugar de movimento, de ir e vir, de entrar e sair, seja por terra seja pela água. O desenho de M, na Figura 37, retrata esse fluxo intenso que é favorecido pelos meios que dispõem este lugar. O deslocamento constante é visto com euforia e retratado intensamente. Esse movimento distingue-se aos olhos da criança: *“Eu sei como ela é porque todo domingo a gente vai para a Vila Amazônia⁷ e vai pela lagoa da Francesa”* (A, menina, 12 anos).

A distinção da lagoa como deslocamento, insere-se na tipologia dos espaços sociais paralelos, na representação dos espaços intersticiais, quando o espaço tem uma função de passagem. É a ideia de limiar que assegura a passagem ritual de lugar a outro (FISCHER, 1994). O espaço intersticial exprime uma função que articula um dentro e um fora, na qual há uma parte da vida social: *“Aqui é um homem numa voadeira indo viajar...De barco...”* (E, menina, 11 anos).

Vivendo num ambiente amazônico, os rios, lagos e lagoas tornam-se essenciais para o deslocamento: navegar é preciso e possível (TOCANTINS, 2000). Diante dessa possibilidade, a Figura 38 representa essa atividade cultural.

Figura 38: Desenho elaborado por E, menina, 11 anos.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

⁷ É uma agrovila situada a 5,6 Km em linha reta da sede do município de Parintins. Por via fluvial, é distante a 25 minutos da cidade (SOUZA, 2013).

Na Figura 38, a menina E expõe essa característica amazônica, que torna-se natural e entrelaçada ao cotidiano dos moradores da LF: a canoa e o barco como meios de transporte dos sujeitos e a criança como transeunte fiel no trânsito que corta os rios. Este cenário da LF é corroborado na fala da menina L (12 anos): “*Eu sempre viajo de barco pela lagoa*”. Todavia, esse tráfego já não é só cultural e inofensivo, esse meio de transporte é preocupante, pois, para Y (menino, 7 anos): “*A descarga do barco polui o rio*”, assim, como noutra fala: “*Por causa que a água do rio é poluída pela fumaça do barco*” (R, menino, 11 anos). Ambos os meninos percebem que há, também, uma relação deste meio de transporte com a poluição do lugar e tal situação é corroborada na Figura 39.

Figura 39: Desenho elaborado por Y, menino, 7 anos.



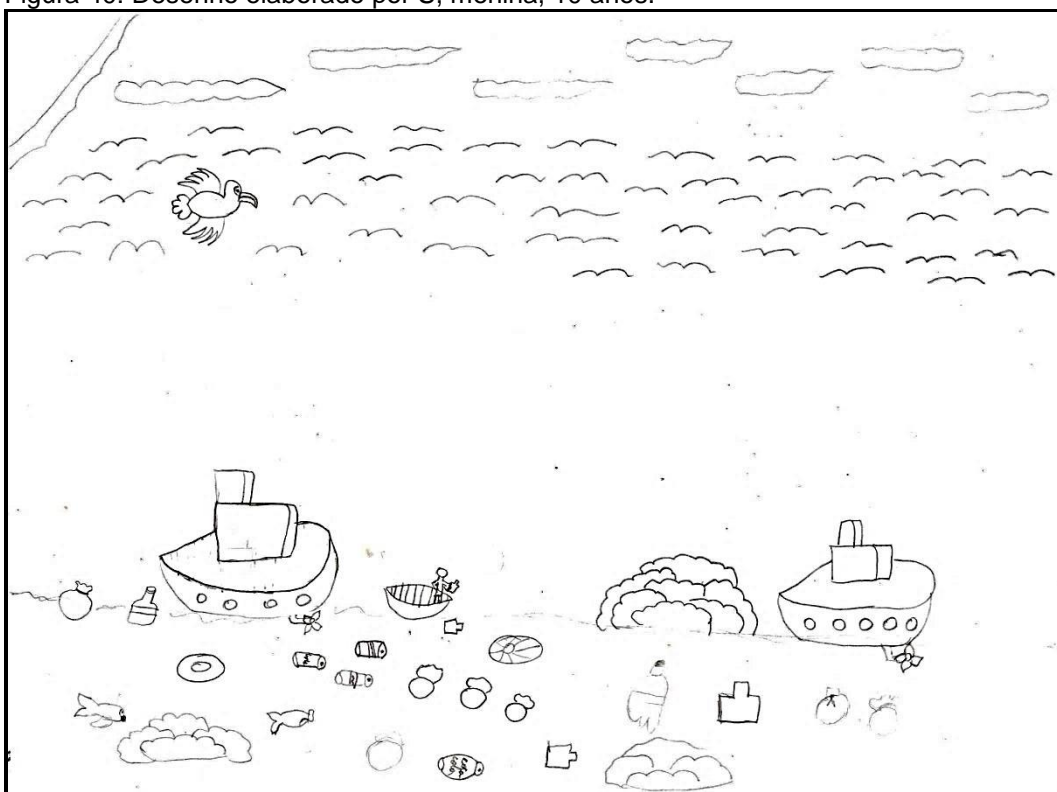
Fonte: TEIXEIRA, 2015.

O menino Y percebe que o barco é um dos agentes poluidores das águas da LF, diante do despejo de resíduos orgânicos sem o tratamento adequado. Essa situação é exposta por Kimura (2011) ao discutir que, durante o período da cheia, quando o tráfego fluvial da lagoa aumenta, a região serve de abrigo para as embarcações. Por razões dessa posição, gera-se mais agravantes na qualidade

ecológica da LF, devido os barcos não possuírem sistemas de armazenamento de excremento para posterior descarte em locais apropriados.

Esse tipo de atividade associada à irresponsabilidade ambiental dos transeuntes torna-se um fato percebido pelas crianças. Inserida na região da cidade de Parintins, envolta por diversos elementos, a LF é cenário de intensa circulação, tanto nas ruas quanto nas águas, e, por isso, controlar tal situação parece difícil pela criança: *“Eu já presenciei muitas vezes as pessoas dos próprios barcos, pessoas que passam muitas vezes de moto, elas pegam e jogam garrafas”* (H, menino, 13 anos). As pessoas ao se locomoverem no espaço, observam o ambiente e emanam juízos diante dos objetos percebidos (NEVES, 2013). Tal ação pode vir acompanhada de um desabafo: *“Isso daqui é um lixo, que eu vi um dia, um homem de um barco jogar no rio”* (S, menina, 10 anos), fato este apresentado na Figura 40.

Figura 40: Desenho elaborado por S, menina, 10 anos.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

A menina S percebeu em seu cotidiano de moradora da região, que as pessoas em trânsito, sem vínculos afetivos com a LF, descartam, em seu deslocamento para outros lugares, objetos que maculam o recurso fluvial. A criança, inclusive, manifesta uma preocupação latente com as consequências desse

comportamento: *“É capaz dos peixinhos que moram lá, morrerem por causa do homem que fez isso”* (S, menina, 10 anos), ou, nesta outra fala: *“Eu acho muito triste porque estão jogando na natureza, mas um dia, sei que a natureza não pode ter pena deles, igual essa enchente que veio e destruiu várias casas”* (H, menino, 13 anos). Para Fischer (1994), esse elemento de trânsito possibilita aos indivíduos, ou grupos, que se apropriam do lugar, o tornem um ambiente de reivindicação potencial: *“Eu acho que nessa lagoa...Nós temos um dia, que arranjar panfletos, coisas que nós possamos dizer sobre os riscos e benefícios que podem ocorrer com o lixo”* (H, menino, 13 anos).

Diante do exposto, se a lagoa é um lugar de articulação entre espaços, esse elemento é vital no cotidiano dos parintinenses: *“Vem as pessoas de todos os lugares para aí”* (L, menina, 12 anos). Há a circulação de toda natureza: pessoas, bicicletas, triciclos, carros leves e pesados, em sua orla há um movimento a todo instante: chegada e saída de canoas, rabetas, voadeiras, embarcações de todos os tipos e tamanhos (MUNIZ, 2012). Nos dizeres expressivos de Cavalcante e Nóbrega (2011): o espaço é superfície, extensão que permite deslocamentos, é o pré-requisito para o movimento do homem, assim, habitar um região, como no entorno da lagoa da Francesa, remete, aos sujeitos que dela se utilizam, uma condição de existência concreta desses indivíduos (FISCHER, 1994).

O movimento da região da LF é condição característica que dá significados aos sujeitos que se apropriam do lugar, apresentando que o recurso hídrico é essencial à identidade cultural do povo amazônico, sendo elo para outros reconhecimentos espaciais. Como se nota, o rio é um prolongamento da vida cabocla, território de movimento, quando a criança percebe essa importância, deve-se valorar este elemento e postular ações que promovam o combate a sua fragilização ecológica. Essa possibilidade pode acontecer através de uma mudança comportamental, por isso, Leff (2008) enfatiza que essa transformação socioambiental leva a modificar a ordem econômica, política e cultural, que, por sua vez, é impensável sem uma alteração das consciências e dos comportamentos das pessoas.

Em vista dos resultados obtidos, observa-se que os tipos de percepção manifestadas pelas crianças podem ser agrupadas em percepções com valências diferenciadas, isto é, apresentam atrativos emocionais distintos ao modo de lugar representados. Como se verifica, os tipos referentes a LF como Lugar de Poluição e

Lugar de Inundação salientam aspectos que agregam problemas socioambientais, de valência negativa de afeto para as crianças, ou seja, geram significados de aversão e afastamento ao ambiente. As categorias que expressam a LF como Lugar de Trânsito e Lugar de Comércio se posicionam como lugares de valência neutra de afeto. Entretanto, a percepção da LF como Lugar de Recreação e Lugar de Moradia manifestam uma valência positiva, aqui as crianças produzem sentimentos de aproximação e vínculo ao local.

Feitas essas considerações, as crianças percebem a região da LF de modos distintos, os quais se estabelecem a partir do vínculo, contato e estado psicossocial que se têm com o lugar. As características implícitas nos desenhos mostram para as subjetividades de sujeitos amazônidas inseridos num cenário urbano em frequente expansão e transformação. Para mensurar os resultados da pesquisa, os argumentos a seguir tem como base a técnica estatística não paramétrica Kruskal-Wallis que quantifica os dados qualitativos sobre as percepções e o perfil das crianças investigadas em contraste com os tipos de valências ou emoções apresentados.

7 PERCEPÇÕES E PERFIL DAS CRIANÇAS

As categorias representativas dos seis modos de pensar presentes nas crianças aqui estudadas, não são apenas qualitativamente diferentes, mas também em termos quantitativos. Constatadas estas categorias que expressam percepções diferenciadas entre as crianças, alguns questionamentos emergiram, tais sobre o tipo de variáveis que poderiam estar determinando estes distintos modos de pensar. Dessa forma, foram feitas análises estatísticas para verificar se o gênero, a idade, a escolaridade e a localização da residência estariam associadas à expressão das respectivas categorias. À *posteriori*, se apresentam os resultados alcançados através do uso da estatística não paramétrica Kruskal-Wallis em seu contraste com as médias das valências ou emoções aparentes.

7.1 RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E PERCEPÇÕES

Sobre a discussão, na Tabela 1, observa-se a distribuição das categorias representadas pelas 120 crianças em seus respectivos percentuais: a) *Lugar de Poluição* (22,5%), b) *Lugar de Trânsito* (19,2%), c) *Lugar de Inundação* (17,5%), d) *Lugar de Recreação* (14,2%), e) *Lugar de Comércio* (13,3%) e f) *Lugar de Moradia* (13,3%). Aqui se expõe a questão de gênero (ser mulher ou homem) como categoria de análise na percepção de ambiente.

Tabela 1: Distribuição dos tipos de percepção atribuído a LF pelas crianças em função do gênero.

Tipo de Percepção	Gênero				Total	
	Masculino		Feminino		Quantidade	%
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Lugar de Poluição	9	15,0	18	30,0	27	22,5
Lugar de Trânsito	12	20,0	11	18,3	23	19,2
Lugar de Inundação	10	16,7	11	18,3	21	17,5
Lugar de Recreação	11	18,3	6	10,0	17	14,2
Lugar de Comércio	8	13,3	8	13,3	16	13,3
Lugar de Moradia	10	16,7	6	10,0	16	13,3
Total	60	100,0	60	100,0	120	100,0

Fonte: TEIXEIRA, 2015.

Nesta associação, observa-se que 22,5% das crianças percebem a LF como Lugar de Poluição. Esse conteúdo foi aparente em 27 desenhos, ponderando-se entre 18 meninas (30,0%) e 09 meninos (15,0%). Essa relevância aponta para o grau alarmante de dejetos expostos, indevidamente, no recurso fluvial e que é assimilado pelos sentidos da criança. A LF como Lugar de Trânsito (19,2%), foi uma particularidade surgida em 23 desenhos, entre 11 meninas (18,3%) e 12 meninos (20,0%). Tais crianças percebem o fluxo constante de pessoas, automóveis e embarcações na região, logo, a região é um lugar que agrega variadas atividades sociais.

A região da LF como Lugar de Inundação, foi representada por 21 crianças (17,5%), entre 10 meninos (16,7%) e 11 meninas (18,3%). Essa situação é presente no cotidiano da LF no período das grandes chuvas proporcionadas pela cheia dos rios. A categoria da LF como Lugar de Recreação foi percebida em 14,2% dos desenhos, representada por 17 crianças, entre 11 meninos (18,3%) e 06 meninas (10,0%). Logo, para estas crianças, a lagoa, como recurso fluvial, torna-se o ambiente externo propício para o lazer.

A LF como Lugar de Comércio foi uma particularidade surgida em 16 desenhos (13,3%), entre 08 meninas (13,3%) e 08 meninos (13,3%). Neste tipo de percepção, mostra-se que ambos os gêneros percebem o intenso movimento comercial que o lugar proporciona. Sobre a LF como Lugar de Moradia, 16 crianças (13,3%), entre 06 meninas (10,0%) e 10 meninos (16,7%) a representaram, mostrando que o ambiente observado é o lugar de seu lar e da sua rotina diária. Estas crianças mostram que há um aparente vínculo com este espaço geográfico.

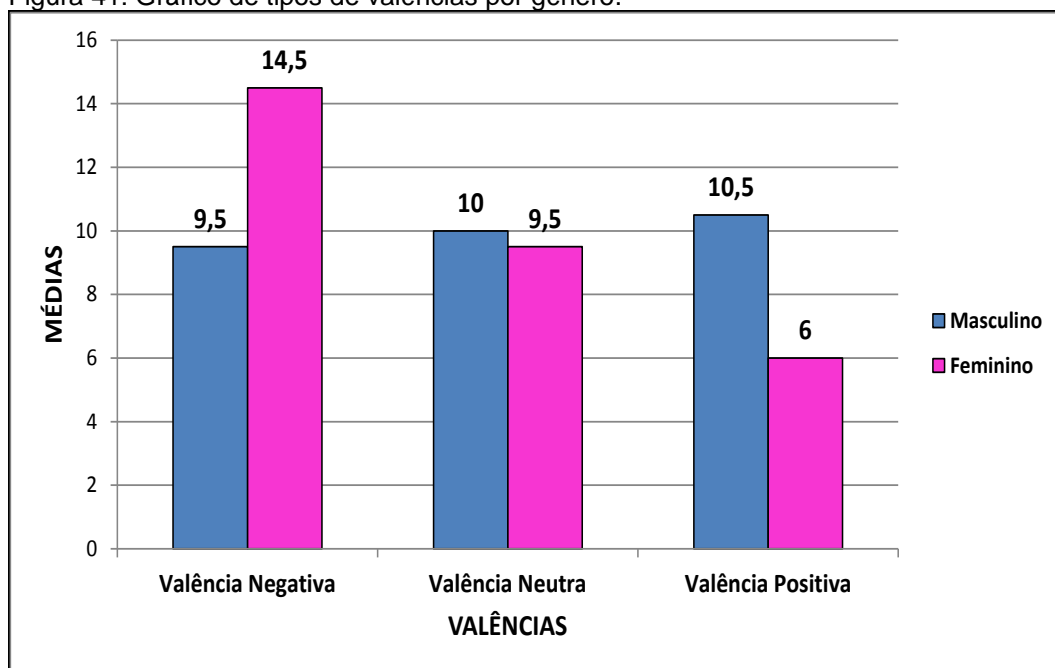
Diante dos dados apresentados, ao aplicar o teste estatístico Kruskal-Wallis ao nível de 5% de significância para a H_0 : "*A percepção das crianças se distribui igualmente para ambos os sexos*", resultou-se no p -valor = 0,36, logo, não se pode rejeitar a hipótese. Sendo assim, a percepção entre o gênero masculino e feminino podem ser consideradas iguais.

Aplicando o mesmo teste com o mesmo nível de significância para a H_A : "*Os tipos de percepção das crianças se distribuiu igualmente*", resultou-se no p -valor = 0,68, logo, não se rejeita esta hipótese. Dessa forma, os tipos de percepção (Lugar de Poluição, Lugar de Trânsito, Lugar de Inundação, Lugar de Recreação, Lugar de Comércio e Lugar de Moradia) podem ser considerados iguais.

Percebe-se que diante do teste estatístico, a percepção entre o gênero masculino e feminino foram consideradas iguais, visto que, participaram da pesquisa 60 meninas e 60 meninos, os quais resultaram na afirmação da hipótese de igualdade, logo, há um modo semelhante ao perceber a região da Lagoa da Francesa entre as 120 crianças. Portanto, aqui não houve diferença quanto à categoria biológica na pesquisa, visto que, a hipótese principal (H_0) é considerada como verdadeira.

Entretanto, ao analisar as médias das valências, percebe-se que houve uma divergência quanto ao dado quantitativo obtido. Nesta perspectiva, segundo Tuan (1980), as diferenças fisiológicas entre os sexos são aparentemente discriminadas e, tais distinções, influenciam o modo de responder sobre os cenários que vivenciam. Ser do sexo masculino ou feminino afeta a aparência, o modo de andar, brincar e se comportar nos diversos ambientes vividos. Acerca disso, se apresentam os resultados alcançados, conforme explicita a Figura 41.

Figura 41: Gráfico de tipos de valências por gênero.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

Analisa-se que o gênero feminino percebeu a Lagoa da Francesa com média expressiva (\bar{x} 14,5) numa valência negativa, talvez, tal resultado seja um reflexo das relações sociais que se determina, implicitamente, à constituição do ser mulher. É sabido que o modelo determinado à mulher tem uma ordem que a coloca no cuidado do lar, do espaço interior, de sua organização, limpeza e amparo dos entes.

Papalia e Olds (2000) discutem que os papéis determinados para os gêneros é adquirido por meio da socialização, como exemplo, apresentam que à mulher cabe ser obediente e zelosa. Outro autor, Lipovetsky (2000), discute que em todas as sociedades conhecidas, os cuidados com os filhos e as atividades domésticas cabem invariavelmente às mulheres. A partir disso, o gênero feminino empenha-se em atender o bem estar próprio e dos outros, logo, os sentidos assimilam aquilo que lhe pode trazer sensações e percepções agradáveis, qualificando o que é “bom” ou “ruim” para si e para seu grupo, daí, que no contexto da LF, há uma produção de valência negativa.

Contudo, o gênero masculino percebeu a Lagoa da Francesa numa valência positiva (\bar{x} 10,5), mostrando que as fragilidades do lugar estão em segundo plano, ou quiçá, inexistentes na sua percepção. Assim, o ambiente agrega aos meninos uma potencialidade de diversas atividades que contribuíram para o seu bem viver na região, se expandido para o mundo exterior, como argumenta Lipovetsky (2000), ao dizer que ao homem é destinado às funções do exterior, enquanto que, às mulheres são atribuídas, por natureza, as do interior, de igual modo, Papalia e Olds (2000) falam que ao homem cabe ser ativo, agressivo e competitivo. Esta diferença perceptiva aponta para os papéis sexuais que são incorporados na cultura.

Ressalta-se que a valência mais expressiva sobre a LF foi a de cunho negativo (\bar{x} 14,5). Ante dos gêneros, o lugar manifesta sobre os sujeitos aspectos que os fazem perceber os problemas que hão na região e que afetam suas vidas, sejam decorrentes da poluição ou sejam do transbordamento do rio.

7.2 RELAÇÃO ENTRE ESCOLARIDADE E PERCEPÇÕES

Neste estudo, participaram crianças matriculadas em anos escolares diferenciados, do Primeiro ao Oitavo ano do Ensino Fundamental. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 estabelece que o ensino fundamental deve objetivar o domínio progressivo da leitura, da escrita e do cálculo, enquanto instrumentos para a compreensão e solução dos problemas humanos e o acesso sistemático aos conhecimentos. A lei determina que é, constitucionalmente, obrigatório, destinado à formação da criança e do adolescente entre os 07 e 14 anos. Todavia, durante a pesquisa, foi encontrado idades distintas nas séries

escolares, por causa disso, abordar-se-à aqui, o nível de escolaridade das crianças, noutro momento, a idade será discutida.

Sobre a realidade encontrada, salienta-se que o fluxo escolar dos alunos defasados em idade – série é um dos graves problemas do quadro educacional do Brasil. Na Região Norte, a distorção no ensino fundamental apresenta altos índices de defasagem (34,8%). No caso do Amazonas, há 35, 8% de alunos com idades desproporcionais às séries que frequentam, conforme sustenta Jesus (2011). Em Parintins, de acordo com as pesquisas de Rodrigues *et al.* (2014), nas escolas da cidade, alguns alunos do ensino fundamental têm a idade acima da série estudada (escolas municipais: 23,8%; escolas estaduais: 12%), todavia o foco neste momento não é aprofundar esta situação, visto que este tópico se volta para os tipos de percepções produzidos pelas crianças a partir, apenas, de sua escolaridade (Tabelas 2 e 3).

Tabela 2: Distribuição dos tipos de percepção atribuído a LF pelas crianças em função da escolaridade - 1º ano ao 4º ano.

Tipo de Percepção	Escolaridade							
	1º ano		2º ano		3º ano		4º ano	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Lugar de Poluição	1	14,3	4	25,0	5	19,2	8	32,0
Lugar de Trânsito	2	28,6	1	6,3	2	7,7	4	16,0
Lugar de Inundação	1	14,3	3	18,8	8	30,8	5	20,0
Lugar de Recreação	3	42,9	4	25,0	6	23,1	2	8,0
Lugar de Comércio	-	0,0	3	18,8	1	3,8	3	12,0
Lugar de Moradia	-	0,0	1	6,3	4	15,4	3	12,0
Total	7	100,0	16	100,0	26	100,0	25	100,0

Fonte: TEIXEIRA, 2015.

Na tabela 2, constata-se que na associação entre o 1º ano e tipo de percepção, as crianças assimilam, com expressiva significância, a LF como o Lugar de Recreação (42,9%). No 2º ano, a percepção das crianças aponta, em valores maiores, para a LF como Lugar de Poluição (25,0%) e Lugar de Recreação (25,0%). No 3º ano, 30,8% das crianças percebem a região da LF como Lugar de Inundação.

Tabela 3: Distribuição dos tipos de percepção atribuído a LF pelas crianças em função da escolaridade - 5º ano ao 8º ano.

Tipo de Percepção	Escolaridade								Total	
	5º ano		6º ano		7º ano		8º ano			
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Lugar de Poluição	5	38,5	1	14,3	2	8,7	1	33,3	27	22,5
Lugar de Trânsito	2	15,4	-	0,0	11	47,8	1	33,3	23	19,2
Lugar de Inundação	3	23,1	1	14,3	-	0,0	-	0,0	21	17,5
Lugar de Recreação	1	7,7	1	14,3	-	0,0	-	0,0	17	14,2
Lugar de Comércio	2	15,4	2	28,6	5	21,7	-	0,0	16	13,3
Lugar de Moradia	-	0,0	2	28,6	5	21,7	1	33,3	16	13,3
Total	13	100,0	7	100,0	23	100,0	3	100,0	120	100,0

Fonte: TEIXEIRA, 2015.

No 4º ano (Tabela 2) e 5º ano (Tabela 3), a categoria que mais pontuou foi a LF como Lugar de Poluição (32,0% e 38,5%, respectivamente). Já no 6º ano (Tabela 3), a LF como Lugar de Comércio e Lugar de Moradia foi a de maior percentagem (ambas com 28,6%) sobre as demais. As crianças do 7º ano (Tabela 3), obtiveram percentuais mais elevados na categoria LF como Lugar de Trânsito (47,8%), em contrapartida, no 8º ano (Tabela 3), as 03 crianças perceberam a LF de modos distintos: Lugar de Poluição, Lugar de Trânsito e Lugar de Moradia (33,3% cada).

Diante dos elementos quantitativos apresentados, ao aplicar o teste estatístico Kruskal-Wallis ao nível de 5% de significância para a H_0 : "A percepção das crianças se distribui igualmente para os anos escolares", resultou-se no p -valor = 0,88, logo, não pode se rejeitar esta hipótese. Aqui a percepção entre os anos escolares podem ser consideradas iguais.

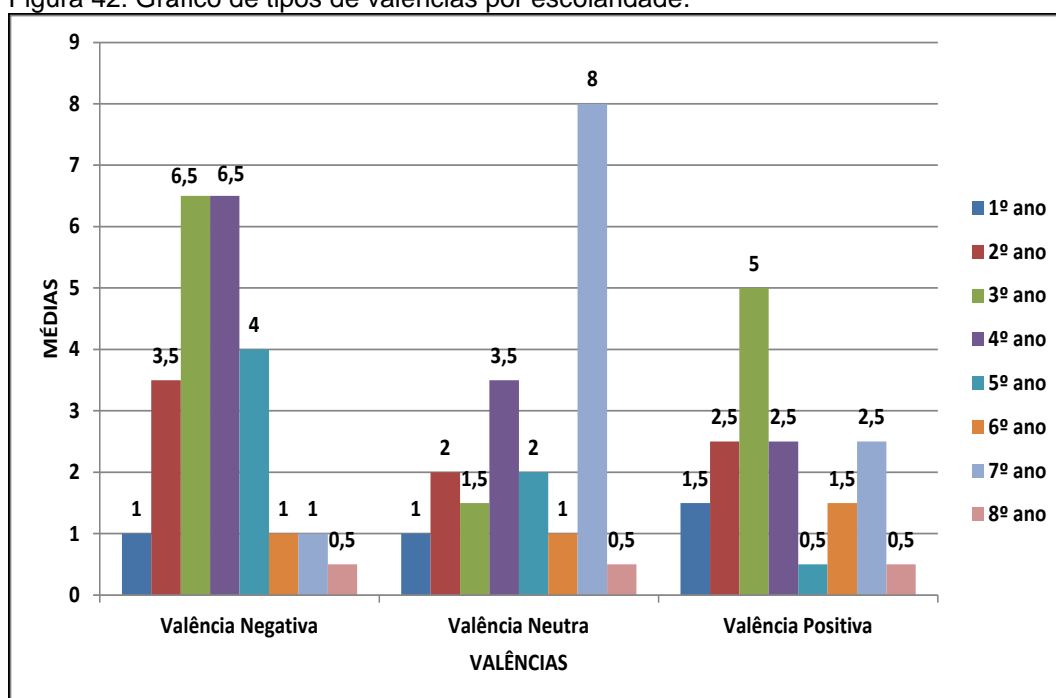
Todavia, aplicando o mesmo teste com igual nível de significância para a H_A : "Os tipos de percepção das crianças se distribuiu igualmente", resultou-se no p -valor = 0,01, logo, não se rejeita esta hipótese. Dessa forma, os tipos de percepção (Lugar de Poluição, Lugar de Trânsito, Lugar de Inundação, Lugar de Recreação, Lugar de Comércio e Lugar de Moradia) podem ser considerados diferentes.

Na relação entre escolaridade e tipos de percepção, a H_0 é rejeitada, isso acontece, em virtude, de o processo de escolarização diferenciado que os participantes estão matriculados, confirmados pela H_A , proporcionando um modo desigual de perceber o ambiente. Piletti (2006) expõe que as séries escolares costumam ser organizadas de acordo com o nível intelectual dos alunos, talvez, por isso, tenha-se negado a H_0 , em virtude de a significância dos tipos de percepção das

crianças não terem se distribuído igualmente pela escolaridade. Tais fatos corroboram os argumentos de Tuan (1980), sobre a relação do grau de conhecimentos adquiridos e acumulados ao longo dos anos que alteram o modo de perceber o mundo.

É evidenciado que o Kruskal-Wallis não aponta para as diferenças obtidas entre os anos escolares. Em contrapartida, ao analisar as médias das valências, percebe-se, claramente, aonde tais tipos se distribuem (Figura 42).

Figura 42: Gráfico de tipos de valências por escolaridade.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

Na Figura 42, as crianças matriculadas no 3º ano ($\bar{x} = 5$) tem maior expressão de valência positiva sobre a LF. As crianças com maiores valores de valência negativa estão concentradas entre o 3º ano ($\bar{x} = 6,5$) e 4º ano ($\bar{x} = 6,5$). A valência neutra foi encontrada nas crianças que estão matriculadas no 7º ano ($\bar{x} = 8$).

Ao contrastar a valência mais expressiva sobre a LF, a de cunho neutro teve maior média ($\bar{x} = 8$). E aqui se discute o papel das escolas ao trabalhar os conteúdos de suas disciplinas e os assuntos do cotidiano, visto que Piletti (2006) argumenta que nenhuma escola se localiza fora de uma comunidade e fora de um país.

Piletti (2006) fala que é uma das responsabilidades da escola refletir e pensar sobre as condições dessa comunidade e desse país. Só assim ela estará preparando os alunos para conhecerem a realidade em que vivem e,

posteriormente, participarem ativamente em sua transformação. Talvez, como resultado da ausência de uma discussão profunda no ambiente escolar sobre os problemas ambientais, a LF manifesta uma valência neutra para essas crianças, o que acarreta um afastamento do ambiente, seja como recurso fluvial ou seja como espaço geográfico, pois não há sentimentos expressados que possam agir pro e contra o lugar.

7.3 RELAÇÃO ENTRE IDADE E PERCEPÇÕES

A idade das crianças participantes foi entre 7 anos e 13 anos. A LDB (1996) fundamenta que nesta faixa etária, a criança inserida no âmbito escolar, deve ter a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes, dos valores em que se fundamenta a sociedade, assim, como o desenvolvimento da capacidade de reflexão e criação, em busca de uma participação mais consciente no meio social. Neste tópico, mostra-se a distribuição dos tipos de percepção em função da idade das crianças (Tabelas 4 e 5).

Tabela 4: Distribuição dos tipos de percepção atribuído a LF pelas crianças em função da idade - 7 anos aos 10 anos.

Tipo de Percepção	Idades							
	7 anos		8 anos		9 anos		10 anos	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Lugar de Poluição	3	15,0	4	21,1	7	36,8	5	33,3
Lugar de Trânsito	3	15,0	2	10,5	1	5,3	1	6,7
Lugar de Inundação	3	15,0	7	36,8	5	26,3	4	26,7
Lugar de Recreação	6	30,0	5	26,3	2	10,5	1	6,7
Lugar de Comércio	3	15,0	-	0,0	2	10,5	2	13,3
Lugar de Moradia	2	10,0	1	5,3	2	10,5	2	13,3
Total	20	100,0	19	100,0	19	100,0	15	100,0

Fonte: TEIXEIRA, 2015.

Nota-se que a LF como Lugar de Recreação foi a categoria com maior percentual para as crianças com 7 anos (30,0%). Pode-se considerar que nesta faixa de idade, as crianças têm uma necessidade, bastante elevada, para atividades de lazer, o que independe do contexto ou estado do local aonde objetiva suas ações.

Para a LF como Lugar de Inundação, a categoria com maior percentual entre as demais foi para as crianças de 8 anos (36,8%). Aqui a criança assimila os

reflexos que as inundações acarretam em suas vidas, alterando seu cotidiano concreto e, quiçá, estado psicológico.

Tabela 5: Distribuição dos tipos de percepção atribuído a LF pelas crianças em função da idade - 11 anos aos 13 anos.

Tipo de Percepção	Idades						Total	
	11 anos		12 anos		13 anos			
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Lugar de Poluição	5	26,3	-	0,0	3	21,4	27	22,5
Lugar de Trânsito	4	21,1	8	57,1	4	28,6	23	19,2
Lugar de Inundação	2	10,5	-	0,0	-	0,0	21	17,5
Lugar de Recreação	1	5,3	-	0,0	2	14,3	17	14,2
Lugar de Comércio	3	15,8	4	28,6	2	14,3	16	13,3
Lugar de Moradia	4	21,1	2	14,3	3	21,4	16	13,3
Total	19	100,0	14	100,0	14	100,0	120	100,0

Fonte: TEIXEIRA, 2015.

Para as crianças de 9 anos (Tabela 4), 10 anos (Tabela 4) e 11 anos (Tabela 5), a LF como Lugar de Poluição foi a que obteve maior percentual (36,8%; 33,3%; 26,3%, respectivamente) entre as demais categorias. Esse tipo de percepção alerta para os impactos que existem no local e que afetam a qualidade social e ambiental das pessoas que lá vivem.

As crianças com 12 anos (57,1%) e 13 anos (28,6%), apontaram com maior frequência a LF como o Lugar de Trânsito. Tal situação, corrobora as palavras de Tuan (1980) sobre o reconhecimento da paisagem como um segmento da realidade “lá de fora”, já que o lugar passa a ser percebido em suas interconexões.

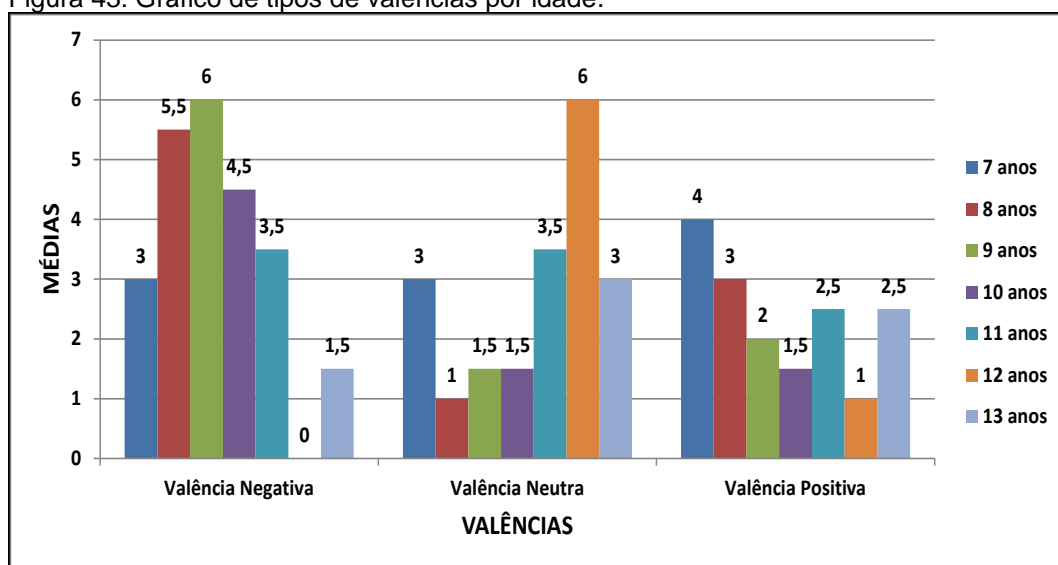
Sobre as evidências quantitativas, ao aplicar o teste estatístico Kruskal-Wallis ao nível de 5% de significância para a H_0 : "A percepção das crianças se distribui igualmente para as idades", resultou-se no p -valor = 0,59, logo, não pode se rejeitar a hipótese. Sendo assim, a percepção entre as idades podem ser consideradas iguais.

Da mesma forma, aplicando o mesmo teste com o mesmo nível de significância para a H_A : "Os tipos de percepção das crianças se distribuiu igualmente", resultou-se no p -valor = 0,84, logo, não se rejeita esta hipótese. Dessa forma, os tipos de percepção (Lugar de Poluição, Lugar de Trânsito, Lugar de Inundação, Lugar de Recreação, Lugar de Comércio e Lugar de Moradia) podem ser considerados iguais.

É interessante perceber que, neste estudo, a idade não é um fator que determina uma leitura perceptiva diferenciada, visto que a H_0 foi considerada verdadeira pelo teste, embora, Tuan (1980) afirme que é na faixa etária entre os sete e treze anos, que há a capacidade de conceituar a diversidade objetiva do espaço e perceber, subjetivamente, o que é isso para si. Ademais, o autor fala que a criança neste período conhece a realidade que vivencia como uma força, uma presença envolvente e penetrante. Nesse processo de abertura para o mundo, acerca da LF, há similaridades quanto às suas percepções. Portanto, levando em consideração o fator da idade, a percepção de ambiente das crianças não se difere nas categorias e/ou modos de pensar.

No entanto, ao contrapor estes resultados diante das médias das valências, estas mostram percepções diferentes, conforme explicita a Figura 43.

Figura 43: Gráfico de tipos de valências por idade.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

As crianças que possuem valência positiva sobre a LF estão concentradas na faixa de idade dos 7 anos (\bar{x} 4). Os aspectos de valência negativa estão na idade dos 9 anos (\bar{x} 6). Assim como a valência neutra está estabelecida entre as crianças com 12 anos (\bar{x} 6). Sobre isso, Cruz (2008) assenta que o desenvolvimento humano consiste numa interação recíproca entre a pessoa e seu contexto, através da vivência diária e do tempo. A autora ainda argumenta que ao explorar o ambiente, a criança vai assimilando as diferentes especificidades deste, tentando apreender e incorporar a realidade encontrada. Logo, as percepções serão diferenciadas.

Ao contrapor as valências, os tipos com médias maiores são as de aspecto negativo e neutro ($\bar{x}6$). Nesta análise, a LF tem uma percepção dicotômica diante da idade: ora manifesta um sentimento de aversão ora um sentimento de indiferença.

Os resultados estatísticos expostos no tópico anterior sobre a escolaridade, divergem quando relacionadas à idade. É determinado pela LDB que uma série específica deve ser feita por pessoas de uma dada idade, assim, se considera que uma idade, em particular, necessita ter conhecimentos e habilidades específicas. Papalia e Olds (2000) expressam que este período dos sete aos treze anos é, muitas vezes, chamado de “anos escolares” porque a escola é a experiência central nesta faixa. Porquanto, aqui, há o alerta para os graus de diferença entre a escolaridade e a faixa etária. Tal resultado pode ser elemento de estudo em outras pesquisas.

7.4 RELAÇÃO ENTRE LUGAR DE RESIDÊNCIA E PERCEPÇÕES

A Tabela 6 mostra a distribuição dos tipos de percepção em função dos bairros aonde moram. Salieta-se que houve a participação de crianças moradoras dos cinco bairros circunvizinhos à região da Lagoa da Francesa.

Tabela 6: Distribuição dos tipos de percepção atribuído a LF pelas crianças em função do bairro de residência.

Tipo de Percepção	Bairros										Total	
	Santa Clara		Santa Rita		Palmares		Francesa		Castanheira			
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Lugar de Poluição	3	21,4	4	22,2	8	19,5	11	29,7	1	10,0	27	22,5
Lugar de Trânsito	1	7,1	5	27,8	7	17,1	6	16,2	4	40,0	23	19,2
Lugar de Inundação	1	7,1	2	11,1	8	19,5	7	18,9	3	30,0	21	17,5
Lugar de Recreação	3	21,4	2	11,1	6	14,6	6	16,2	-	0,0	17	14,2
Lugar de Comércio	1	7,1	2	11,1	8	19,5	3	8,1	2	20,0	16	13,3
Lugar de Moradia	5	35,7	3	16,7	4	9,8	4	10,8	-	0,0	16	13,3
Total	14	100,0	18	100,0	41	100,0	37	100,0	10	100,0	120	100,0

Fonte: TEIXEIRA, 2015.

As crianças pesquisadas que residem no bairro de Santa Clara percebem, com maior frequência, a LF como o Lugar de Moradia (35,7%), aqui, os sujeitos que lá habitam tem um forte apego ao local, tornando-o o ambiente de sua identificação

peçoal e física. Em contrapartida, a LF como Lugar de Trânsito foi a categoria com maior frequência (27,8%) para as crianças moradoras do bairro de Santa Rita, visto que neste núcleo, a lagoa é percebida como um espaço propício para o deslocamento e passagem para outros ambientes.

Outrossim, para as crianças do bairro de Palmares, a LF teve frequência semelhante em três modos distintos (19,5% cada): Lugar de Poluição, Lugar de Inundação e Lugar de Comércio. Em virtude de ser um bairro densamente povoado, as ações humanas sobre o ambiente mostram a intensidade de atividades que a LF possui e que é transmitido aos sentidos das pessoas que lá vivem.

Para as crianças moradoras do bairro da Francesa, a LF como Lugar de Poluição foi a categoria com maior percentual (29,7%), pode-se considerar que, devido à proximidade ao Porto da Francesa, comércios e diversas residências, há um excesso de resíduos descartados no local, o que se torna, em demasia, aparente para a criança. Por outro lado, 40% das crianças do bairro da Castanheira, apontaram a LF como Lugar de Trânsito, pela presença constante de ir e vir de pessoas, automóveis e embarcações.

Diante dos dados apresentados, ao aplicar o teste estatístico Kruskal-Wallis ao nível de 5% de significância para a H_0 : "*A percepção das crianças se distribui igualmente para os bairros*", resultou-se no p -valor = 0,84, logo, não pode se rejeitar esta hipótese. Nesta afirmativa, a percepção entre os bairros pode ser consideradas iguais.

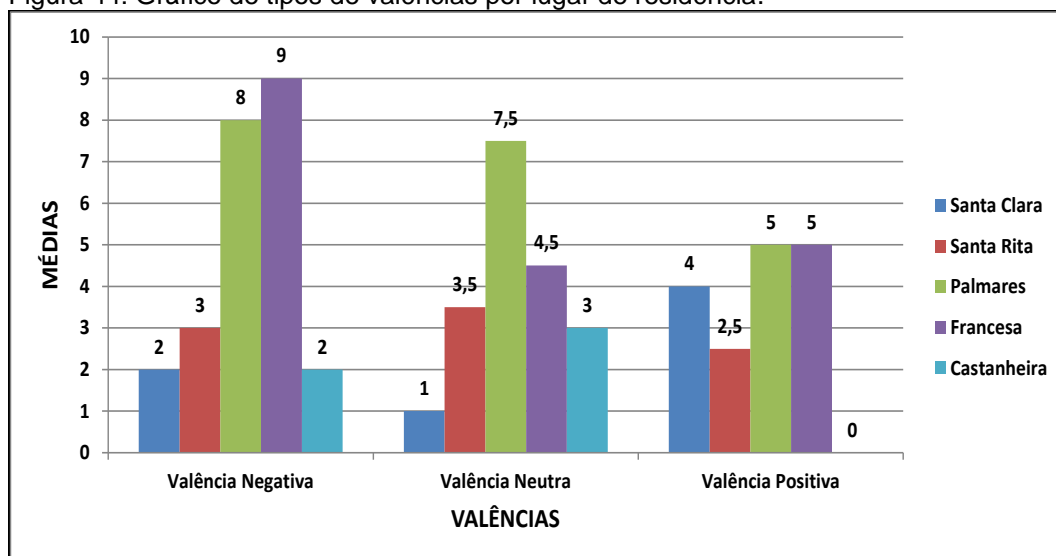
Por outro lado, aplicando o mesmo teste com o mesmo nível de significância para a H_A : "*Os tipos de percepção das crianças se distribuiu igualmente*", resultou-se no p -valor = 0,00, logo, se rejeita esta hipótese. Dessa forma, os tipos de percepção (Lugar de Poluição, Lugar de Trânsito, Lugar de Inundação, Lugar de Recreação, Lugar de Comércio e Lugar de Moradia) podem ser considerados diferentes.

Nesta associação, a H_0 é negada, pois, as crianças que habitam o entorno da LF têm percepções díspares sobre o lugar, devido morarem em localidades distintas e na identificação e/ ou entrosamento desta criança com este ambiente. Afirma-se aqui, que os sentidos são estimulados a perceber a realidade conforme seu ponto de origem e experiências existentes, de tal forma, Tuan (1980) apresenta que para os moradores de uma cidade, um mesmo meio ambiente físico possui, na realidade, um caráter e uso variados. O autor ainda argumenta que a intensidade da vida urbana, ao mesmo tempo, atrai e repele a população. Assim, a negação da H_0 ,

se justifica pelo fato de a significância dos tipos de percepção das crianças, a partir do bairro, não terem se distribuído igualmente, todavia o teste não aponta aonde acontece essa desigualdade.

Ao fazer uso das médias das valências, percebe-se qual a distribuição dos tipos de percepção por lugar de residência das crianças pesquisadas (Figura 44).

Figura 44: Gráfico de tipos de valências por lugar de residência.



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

As crianças com expressiva significância de valência positiva são residentes nos bairros de Palmares (\bar{x} 5) e Francesa (\bar{x} 5). As crianças que apontaram para maior quantidade de valência negativa são as residentes do bairro da Francesa (\bar{x} 9). Assim, como as crianças com valores acentuados de valência neutra são as residentes no bairro de Palmares (\bar{x} 7,5).

Ao analisar as médias das valências, o aspecto negativo (\bar{x} 9) teve maior preponderância. Discorre-se que a análise de um recurso ambiental pela criança mostra que diversos fatores influenciam o modo de sua percepção. O espaço apropriado pela criança ou por qualquer outra pessoa, como a casa, a rua e o bairro, determina vários simbolismos para os sentidos. Parintins por ser uma cidade amazônica que cresceu rápido e desordenadamente, os espaços naturais foram dando lugares a diversas construções, sem o cuidado de conservar as suas características naturais.

Na cidade, o lugar de residência é um elemento significativo e imprescindível a ser avaliado numa análise ambiental, visto que, todo o espaço comporta

características materiais e funcionais que respondem de maneira mais ou menos satisfatória às necessidades dos grupos que abriga (FISCHER, 1994). Porquanto, o espaço orienta os sujeitos e estes produzem o espaço, por isso, a imagem que se forma do ambiente provém de um processo recíproco psicológico e social entre pessoa e ambiente (CRUZ, 2008).

Em vista dos resultados alcançados, a criança parintinense que mora no entorno da LF, possui tipos de percepções que são, significativamente, distintas, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Por meio do teste Kruskal-Wallis, “escolaridade e lugar de residência” criam percepções diferentes para as crianças. Em contrapartida, os elementos “gênero e idade” não manifestam desigualdade perceptível que cause alterações sobre a sua percepção. É, sobretudo, importante declarar que esta realidade é uma condição distinta a este grupo e a este cenário socioambiental, em particular.

De outra face, os tipos de valências produzidos apontam para graus diferentes quando relacionados ao gênero, escolaridade, idade e lugar de residência, logo, as significações da criança sobre a Lagoa da Francesa tornam-se a materialização psicológica que o entorno concreto postula aos seus sentidos. As formas de uso desse espaço pelos sujeitos, e como ele é assimilado, são condicionadas pelas ações que as pessoas dão a ele, daí a personificação distinta manifestada por essas crianças.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa mostrou que a criança percebe o espaço urbano de diversos modos. As múltiplas possibilidades que um ambiente propicia, a partir do olhar humano, aponta para as facetas subentendidas de um mesmo lugar, em geral, não percebidas concretamente. Ao refletir sobre os usos e significações da LF, a criança apresenta aspectos diferenciados sobre o lugar que habita, assim, as percepções que o ambiente hídrico proporciona à criança revela as potencialidades de habitar uma região tão rica.

É interessante notar que apenas 40% das crianças pesquisadas têm percepções de valência negativa sobre a Lagoa da Francesa, quando se soma as categorias Modo de Poluição e Modo de Inundação. Aqui as crianças ribeirinhas urbanas percebem que cresceram vendo as águas da lagoa serem poluídas ou inundando suas casas, conhecendo-a sempre deste modo, e, vivenciando essa mudança temporária num período específico. Algumas falas apontaram para uma naturalização de que assim sempre foi e que não pode ser diferente.

Habitar ao longo de um ambiente natural em estado de degradação, altera modos de vida, assim, a água da LF, em algumas falas, causa sentimentos de aversão. Há um rio no quintal ou dentro de casa, mas o contato digno com ele lhe é negado. Há nesta percepção, um conformismo com tal realidade e distanciamento do ambiente, sem pensar, às vezes, nas causas que proporcionaram tal prejuízo ambiental ou numa alternativa para conter a característica atual.

Entretanto, algumas crianças percebem que a LF nasceu limpa e saudável e que alguns fatores externos a degradaram. Tais sujeitos, ainda argumentam proposições que podem minimizar e/ou solucionar a deterioração do lugar, possibilitando, conseqüentemente, o uso, sem restrições, das águas da LF. Assim, o serviço ambiental que a Lagoa da Francesa produz, poderá ser executado satisfatoriamente em seus diversos usos. Aqui há uma perspectiva de mudança do cenário ambiental aparente. Para que isso aconteça deve haver uma conexão de agentes e ações que possibilitem este fato, tanto da população quanto do poder público.

Uma situação percebida é que, dentro desse contexto, a identidade cultural da criança amazônica é, paulatinamente, modificada. Diante dos resultados, este ficou bastante evidente: não aprende-se mais a nadar no rio. Nadar em ambientes

fluviais passa a ser perigoso, pois, toma-se conhecimento de que a água é suja, ameaçadora e causadora de doenças. Assim, a criança pode internalizar as fragilidades ecológicas da água, como sempre sendo deste modo, por toda sua vida.

Há uma urgente necessidade de postular ações coletivas imediatas que possam recuperar os recursos hídricos afetados e alicerçar uma prática socioambiental protetiva. Porquanto, a participação de todas as instituições e setores é imprescindível. Escola, Família, Estado e Comunidade devem abraçar os problemas ambientais urbanos que afetam a população e instigar um compromisso real de enfrentamento, diante dos efeitos adversos da degradação ambiental para todos.

Por outro lado, 27,5% das crianças têm percepção de valência positiva (Modo de Recreação e Modo de Moradia) sobre a Lagoa da Francesa. Nesta valoração, as crianças têm um elo muito forte com o local: ele é o lugar de moradia e das brincadeiras; a LF não é somente rio, é o seu espaço de terra também. É onde o indivíduo encontra seus elos afetivos e identitários. Habitar nesta região é muito significativo para a criança.

Algumas crianças no ato de brincar e habitar esta região, percebem a LF limpa, utilizando-a para seu uso social, portanto, é a partir desse envolvimento que a criança suscita o desejo de apropriar-se da LF, marcando-a como seu lugar de brincar e de socializar-se com o outro. E isso é preocupante, porque se analisa que há, aqui, aspectos de amnésia ambiental geracional. Talvez isso aconteça porque na Amazônia, a água é um componente essencial à vida dos habitantes, o que leva, em alguns casos, a deixar em segundo plano as características ecológicas impróprias do recurso.

Outrossim, outras crianças percebem que a LF é poluída em algumas partes, porém, estas escolhem para fazer uso de suas atividades de contato direto, um recorte da lagoa que não lhe é degradado para os sentidos. Há, nesse entendimento, uma limitação da elaboração perceptiva da realidade como um todo, de vislumbrar o ambiente em sua completude. O alarmante é que percebendo-a degradada, ou não, crianças fazem uso deste ambiente para suas diversas necessidades, agrava-se a isto, o fato de os pais serem complacentes, o que foi manifestado em algumas falas.

A realidade aparente de uso primário é resultado da ausência de espaços públicos que atendam a criança na cidade de Parintins. Estes pequenos moradores

sofrem com a falta de parques naturais ou de ambientes naturais preservados que recebam a sua ânsia por diversão e socialização, não tendo isso, os ambientes naturais degradados se tornam o foco de sua externalização.

As brincadeiras na água são necessárias para viver a infância na região amazônica, porém, o estado das águas urbanas está qualitativamente modificado, tornando-a prejudicial, direta ou indiretamente, à vida e bem estar humanos. Portanto, ousa-se dizer que, a criança é um público ainda não visualizado nas políticas de lazer e entretenimento do município. Logo, é preciso que haja o empoderamento da população mais jovem, no sentido de transformar a realidade social e ambiental em que vive.

Em outro aspecto, 32,5% tem percepção de valência neutra (Modo de Trânsito e Modo de Comércio). Aqui a região da LF e o recurso fluvial não são significativos para a criança, ao ponto de percebê-la com sentimentos negativos ou positivos. Parece ser algo indistinto, porém, até o momento que seja colocada dentro de um contexto social, como foi percebido nas outras categorias.

Na valência neutra, a região é o lugar das compras, a lagoa passa a ser um complemento do cenário comercial. De igual modo, é apenas um caminho de ir e vir, de passagem para os outros espaços. É o lugar que liga o urbano ao rural, e, vice-versa. Sobre isso, observou-se, na ênfase de algumas falas, que ela não é importante para o morador da cidade, somente para a população da zona rural que a usa para seu trânsito. Aqui há uma apatia da criança em relação à LF, logo, tal percepção é alarmante.

Diante do que foi apresentado, observa-se a predominância de 60% das crianças pesquisadas no aspecto da valência positiva e neutra sobre a Lagoa da Francesa. Assim, a elaboração perceptiva da realidade acontece de forma mais ou menos abrangente, e a degradação se torna, para muitas crianças um ambiente naturalizado ou suplantado por outras vivências mais salientes em seu cotidiano. Isso é preocupante, pois, questiona-se se as famílias e as escolas trazem à tona essa discussão para seus espaços. Assim, algumas argumentações foram levantadas, como: A família, moradora da LF, discute as causas e as consequências da poluição fluvial e de outros problemas ambientais para si e para os outros? A escola trabalha essa realidade nas suas disciplinas, visto que a discussão ambiental é urgente e interdisciplinar? E, além disso, quais os entraves, de fato, para a gestão

pública efetivar as leis ambientais no município? Questões emergentes a serem respondidas, por ventura, em estudos futuros.

Como moradora de Parintins e da região da Lagoa da Francesa, a LF é um território de vida constante e, em contraste, há um cenário de aparente vulnerabilidade social e ambiental. Diante do apego sobre o lugar, apesar de toda a situação socioambiental presenciada, ainda se vê esperança no ambiente. Para isso, é imprescindível que as políticas públicas locais busquem, de fato, alternativas para a contenção da poluição da LF, como aduz o Plano Diretor de Parintins, com o fito de conservar a vida nos seus diversos elementos.

Como pesquisadora amazônica, que este estudo voltado à percepção de ambiente urbano das crianças sobre a LF, seja um instrumento que assevere a importância que o ambiente natural tem para o município de Parintins, para que haja o empoderamento dos sujeitos sobre a ligação latente do rio com a vida humana na Amazônia. Essa afirmativa vale para todas as cidades, visto que o elemento água é indispensável para a manutenção de todos os seres. Logo, é preciso que haja o reconhecimento crítico de seu entorno, a fim de incutir, de igual modo, uma formação cidadã voltada à valorização do ser vivo em todos os seus aspectos.

Destarte, é necessário que as discussões sobre a problemática socioambiental façam parte dos conhecimentos da criança, à medida que, diretamente, ela é afetada pelas ações naturais ou pelos impactos ambientais, promovidos ao longo do tempo, nos espaços em que habita e se apropria. Tal reconhecimento pode proporcionar um outro olhar acerca da relação pessoa e ambiente, desvelando novos conceitos e realidades para os sujeitos, promovendo, deste modo, uma outra expressão de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. **O espaço geográfico: ensino e representação**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- ALTMAN, Raquel Zumbano. Brincando na História. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- ALVES, Humberto Prates da Fonseca. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 23, n.1, p. 43-59, jan./jun. 2006.
- AMAZÔNIA LEGAL**. Disponível em <[http:// www.sudam.gov.br/amazonia-legal.htm](http://www.sudam.gov.br/amazonia-legal.htm)>. Acesso em: 07 fev. 2014.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. **Os estudos de percepção como última fronteira da gestão ambiental**. Disponível em <[http:// ivairr. sitesuol. com. br/percepcaoambi.htm](http://ivairr.sitesuol.com.br/percepcaoambi.htm)>. Acesso em: 08 jan. 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARREIRA, Luciana Pranzetti; BARNABE, Anderson Sena. Resíduos sólidos, contaminação ambiental e relações com a saúde pública. In: GIATTI, Leandro Luiz (Org.). **Fundamentos de Saúde Ambiental**. Manaus: EDUA, 2009.
- BAUER, Martin W. Análise de Conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W. ; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho Guareschi. 8. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9. 394. Brasília/DF, 1996.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Lei nº 9. 985. Brasília/DF, 2000.
- BROUGERÉ, Gilles. **Brinquedo e Cultura**. Traduzido por Gisela Wajskop. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- CARTIER, Ruy; BARCELLOS, Christovam; HUBNER, Cristiane; PORTO, Marcelo. Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para a avaliação da injustiça social. **Caderno de Saúde Pública**, RJ, 25 (12): 2695 - 2704, dez/ 2009.
- CARVALHO, Mara Campos de; SOUZA, Tatiana Noronha de. Psicologia Ambiental, Psicologia do Desenvolvimento e Educação Infantil: Integração possível?. **Paidéia**. 18 (39),p. 25-40, 2008.
- CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In:_____. **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.
- CAVALCANTE, Sylvia; ELIAS, Terezinha Façanha. Apropriação. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice (Orgs). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CAVALCANTE, Sylvia; NÓBREGA, Lana Mara Andrade. Espaço e Lugar. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice (Orgs). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CAVALLARI, V. R.; ZACHARIAS, Vany. **Trabalhando com recreação**. 9. ed. São Paulo: Ícone, 2007.

CAVICCHIA, Durlei de Carvalho. O desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida. **Psicologia do Desenvolvimento**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. S/l: s/d.

COHEN, Simone; BOSTEIN, Regina; KLIGERMAN, Débora; MARCONDES, Willer. Habitação saudável e ambientes favoráveis à saúde como estratégia de promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**. 12 (1), p. 191-198, 2007.

CORREIA, Patrícia Rabello. **A dimensão afetiva do ser humano**: contribuições a partir de Jean Piaget. 2008. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Curso de Graduação em Pedagogia, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2008.

COX, Maureen. **Desenho da criança**. Tradução: Evandro Ferreira. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CRUZ, Patrícia de Góes. **A criança num ambiente urbano densamente povoado**: aspectos de restrição e uso do espaço. 2008. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia), Curso de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2008.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (orgs). **Percepção Ambiental**: a experiência brasileira. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

DUHN, Iris. Making place for ecological sustainability in early childhood education. **Environmental Education Research**, 18:1, 19-29, 2011.

ELISEI, Mateus Guedes Martins. **Diagnóstico da percepção ambiental através do desenho infantil**. Taubaté/SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2008.

FERREIRA, Delson. A Sociedade de Consumo. In: _____. **Manual de Sociologia**: dos Clássicos à Sociedade da Informação. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FERREIRA, Sávio José Filgueiras. A floresta e a água. In: HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; HIGUCHI, Niro (Editores). **A Floresta Amazônica e suas múltiplas dimensões**: uma proposta de educação ambiental. Manaus: [s.n.], 2012.

FISCHER, Gustave. **Psicologia Social do Ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de Estatística**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GENTIL, Daniel Felipe de Oliveira; FERREIRA JR, Laércio Furtado; SANTIAGO, Jozane Lima. Disposição final de resíduos sólidos e a reciclagem de papel/papelão em Manaus, Amazonas. In: FRAXE Therezinha de Jesus Pinto *et al.* (Org.). **Papel para a vida**: estudo da cadeia produtiva de embalagens de papelão no Pólo Industrial de Manaus (PIM). Manaus: FUA, 2011.

GIDDENS, Anthony. Risco. In: _____. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GIL, Antônio Carlos. População, Urbanização e Ambiente. In:_____. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 2011.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. Meio Ambiente Urbano e Questão Social: habitação popular em áreas de preservação ambiental. **Caderno CRH**, Salvador, vol. 25, nº 64, p. 115-130, jan./ abr. 2012.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2. Ed. São Paulo: EDUSP, 1997.

GOUVEIA, Nelson. Saúde e Meio Ambiente nas cidades: os desafios da Saúde Ambiental. **Saúde e Sociedade**, 8 (1): 49-61, 1999.

GÜNTHER, Isolda de Araújo. O uso da entrevista na interação Pessoa - Ambiente. In: PINHEIRO, José de Queiroz; GÜNTHER, Hartmut (Orgs.). **Métodos de Pesquisa nos estudos pessoa - ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

GÜNTHER, Isolda de Araújo; FRAGELLI, Thaís. Estresse Ambiental. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice (Orgs.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HERCULANO, Selene. Ambiente urbano, pobreza e desenvolvimento sustentável. **Revista Nação Brasil**. Rio de Janeiro: ADIA, volume 122, ano 4, 2000, p.38-40, 2000.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto. A sociabilidade da estrutura espacial da casa: processo histórico de diferenciação social por meio e através da habitação. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC, nº 33, p. 49-70, abril de 2003.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto. **House, street, bairro e mata**: ideas of place and space in an urban location in Brazil. Tese de Doutorado. Inglaterra: Brunel University, 1999.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto. Making sense of dwelling place: a study among urban amazonian children. **Medio Ambiente y Comportamento humano**: An International Environmental Psychology Review. Espanha: Vol. 9, nº 1-2, p. 149-170, 2008.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; CALEGARE, Marcelo. Percepções sobre a floresta amazônica, áreas verdes e manejo ambiental. In: HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; FREITAS, Camila Carlade; HIGUCHI, Niro (Orgs.). **Morar e viver em Unidades de Conservação no Amazonas**: considerações socioambientais para os planos de manejo. Manaus: Edição do autor, 2013.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; KUHNEN, Ariane. Percepção e Representação Ambiental - Métodos e Técnicas de Investigação para a Educação Ambiental. In: PINHEIRO, José de Queiroz; GÜNTHER, Hartmut (Orgs.). **Métodos de Pesquisa nos estudos pessoa - ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; SILVA, Katiane. Entre a floresta e a cidade: percepção do espaço social de moradia em adolescentes. **Psicologia para America Latina**. 25, p. 05-23, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Parintins**. Disponível em <[http:// www.ibge.gov.br/home](http://www.ibge.gov.br/home)>. Acesso em: 22 set. 2014.

JACAÚNA, Carmen Lourdes Freitas dos Santos. **O tema água como incentivador na alfabetização ecológica dos alunos do 5º ano do ensino fundamental**. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências na Amazônia), Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2012.

JACOBI, Pedro. Impactos socioambientais urbanos na região metropolitana de São Paulo. **Revista VeraCidade**, ano 1, nº1, dez. 2006.

JESUS, MarluCIA Pontes Gomes de. **Censo 2010: incidência da pobreza, reprovação, abandona escolar e distorção idade – série no Brasil**. Disponível em <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/censo-2010-incidencia-da-pobreza-reprovacao-abandono-escolar-e-distorcao-idade-serie-no-brasil.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

KHAN JR, Peter H.; HOWE, Daniel C.; FRIEDMAN, Batya. Along the Rio Negro: Brazilian Children's Environmental views and values. **Developmental Psychology**. Vol. 32 num. 6, p. 979-987, 1996.

KHAN JR, Peter H.; SEVERSON, Rachel L.; RUCKERT, Jolina H. The Human Relation with nature and technological nature. **A jourof the association for psychological Science**. Vol. 18, num. 1, 2009.

KIMURA, Solenise Pinto Rodrigues. **Caracterização da carga poluente na Lagoa da Francesa no município de Parintins / Am**. 2011. 201 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Química), Curso de Pós Graduação em Engenharia Química, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

KUHNEN, Ariane; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto. Percepção Ambiental. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice (Orgs). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, Enrique. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. In: REIGOTA, Marcos (Org.). **Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão**. 3. ed. Petrópolis: DP et Alli, 2008.

LEMOS, Janeth de Araújo. **Vivendo a transição de ambiente de moradia: um estudo com moradores do Parque Residencial Manaus - PROSAMIM**. 2010. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia), Curso de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2010.

LIMA, Mayumi Souza. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, 1989.

LUZ, Marcos Aurélio Matos da (Org.). **Projeto de trabalho técnico social de habitação**. Parintins: Prefeitura Municipal de Parintins, 2006.

LYPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MANSANO, Cleres do Nascimento. **A escola e o bairro: percepção ambiental e interpretação do espaço de alunos do ensino fundamental**. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência e o Ensino da Matemática), Curso de Pós Graduação em Educação para a Ciência e o Ensino da Matemática, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2006.

- MARANDOLA JR, Eduardo; GRATÃO, Lúcia. Do sonho à memória: Livia de Oliveira e a geografia humanista no Brasil. **Geografia - Londrina**, v. 12, nº 02, jul./dez. 2003.
- MARANDOLA JR, Eduardo; MODESTO, Francine. Percepção dos perigos ambientais urbanos e os efeitos de lugar na relação população - ambiente. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 29, nº 01, p. 7-3, jan./jul. 2012.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados** 17 (48), 2003.
- MARINHO, Jucelino; AZEVEDO FILHO, João D'Anúzio. **Impacto aos recursos hídricos da Lagoa da Francesa (Parintins/AM)**. 2009. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Ambiental), Curso de Especialização em Educação Ambiental, Universidade do Estado do Amazonas. Parintins, 2009.
- MARTINE, George. O lugar do espaço na equação população / meio ambiente. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 181-190, jul. / dez. 2007.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Volume I, Livro Primeiro, O Processo de Produção do Capital, Tomo 1.
- MIGUEIS, Roberto. **Geografia do Amazonas**. 22. ed. Manaus: Editora Valer, 2011.
- MORESI, Eduardo (org.). **Metodologia da Pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003.
- MUCELIN, Carlos Alberto; BELLINI Marta. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 20 (1): 111-124, jun. 2008.
- MUNIZ, Lena Andréa Lima. **Subsídios para o estudo de valoração ambiental da Lagoa da Francesa no município de Parintins / AM**. 2012. 197 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2012.
- MYERS, David G. **Explorando a Psicologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.
- NEVES, Leandro Roberto. **Além da superfície: a produção das trincheiras espaciais simbólicas**. 2013. 192 f. Tese (Doutorado em Psicologia), Curso de Pós Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JR, Eduardo. Indicadores e políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas: vulnerabilidade, população e urbanização. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, nº 18, dez. 2010.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na Selva**. Manaus: Editora Valer, 2000.
- OLIVEIRA, Livia de. Os estudos de percepção do meio ambiente no Brasil. **OLAM – Ciência e Tecnologia**. Rio Claro, SP, v. 4, nº 1, abr. 2004.
- PAPALIA, Diane; OLDS, Sally Wendkos. **Desenvolvimento Humano**. Tradução: Daniel Bueno. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- PEDRINI, Alexandre; COSTA, Érica; GHILARDI, Natalia. Percepção Ambiental de Crianças e Pré-Adolescentes em vulnerabilidade social para projetos de educação ambiental. **Ciência & Educação**, v. 16, n.1, p. 163-179, 2010.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Diferença entre lago, lagoa e laguna**. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/geografia/diferenca-entre-lago-lagoa-laguna.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

PILETTI, Nelson. A organização da classe. In:_____. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Ática, 2006.

PINHEIRO, José Q.; ELALI, Gleice; AZEVEDO, Andréia; FARIAS, Bárbara; COSTA, Mariana ; ANDRADE, Soraya. Diário Pessoal como técnica de coleta de dados em Estudos sobre as Relações Pessoa - Ambiente. In: PINHEIRO, José de Queiroz; GÜNTHER, Hartmut (Orgs.). **Métodos de Pesquisa nos estudos pessoa - ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS. **Plano diretor do município de Parintins**. Lei nº 09 / 2006. Parintins/AM, 2006.

PROFICE, Christiana Cabicieri. **Percepção ambiental de crianças em ambientes naturais protegidos**. 2010. 192 f. Tese (Doutorado em Psicologia), Curso de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010.

RABELLO, Nancy. **O desenho infantil**: entenda como a criança se comunica por meio de traços e cores. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

RABINOVICH, Elaine Pedreira. Barra Funda, São Paulo: as transformações na vida das crianças e na cidade – um estudo de caso. In: GÜNTHER, Hartmut; PINHEIRO, José de Queiroz; GUZZO, Raquel Souza Lobo (Orgs.). **Psicologia Ambiental**: entendendo as relações do homem com seu ambiente. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

RODRIGUES, Aline do Socorro de Souza; MENDES, Wallace Góes; TEIXEIRA, Gracy Kelly Monteiro Dutra. **Percepção Docente e Desempenho Escolar**: uma análise de alunos das escolas públicas amazônicas. Rio de Janeiro: Publit, 2014.

SANTOS, Alem Sílvia Marinho dos. **Segurança alimentar no ritmo das águas**: mudanças na produção e consumo de alimentos e seus impactos ecológicos em Parintins/AM. 2012. 240 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

SANTOS, Joaquim dos. *et al.* In: HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; HIGUCHI, Niro (Editores). **A Floresta Amazônica e suas múltiplas dimensões**: uma proposta de educação ambiental. Manaus: [s.n.], 2012.

SANTOS, Maria Cristina dos; TOPAN, Cláudia Saldanha de Oliveira; LIMA, Ellen Kathilen Rabelo. **Lixo**: curiosidades e conceitos. Manaus: EDUA, 2002.

SATHLER, Douglas. **Cidades médias e redes urbanas na Amazônia Brasileira**: especificidades e desequilíbrios regionais. S/l, s/d.

SCHMITT, Jair; MATHEUS, Carlos Eduardo. Considerações sobre o estudo da percepção ambiental. **OLAM – Ciência e Tecnologia**. Rio Claro, SP, v. 5, nº 1, p. 57, maio 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Perfil econômico dos municípios do Amazonas**. Manaus, 2009/2012.

SER CRIANÇA NA AMAZÔNIA: uma análise das condições de desenvolvimento infantil na Região Norte do Brasil. Belém/PA: UNICEF / Fundação Joaquim Nabuco, fev/2004.

SOUZA, Nilciana Dinely de. **O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM):** evolução e transformação. 2013. 138 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Curso de Pós Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

TOCANTINS, Lendro. **O rio comanda a vida:** uma interpretação da Amazônia. 9.ed. Manaus: Editora Valer / Edições Governo do Estado, 2000.

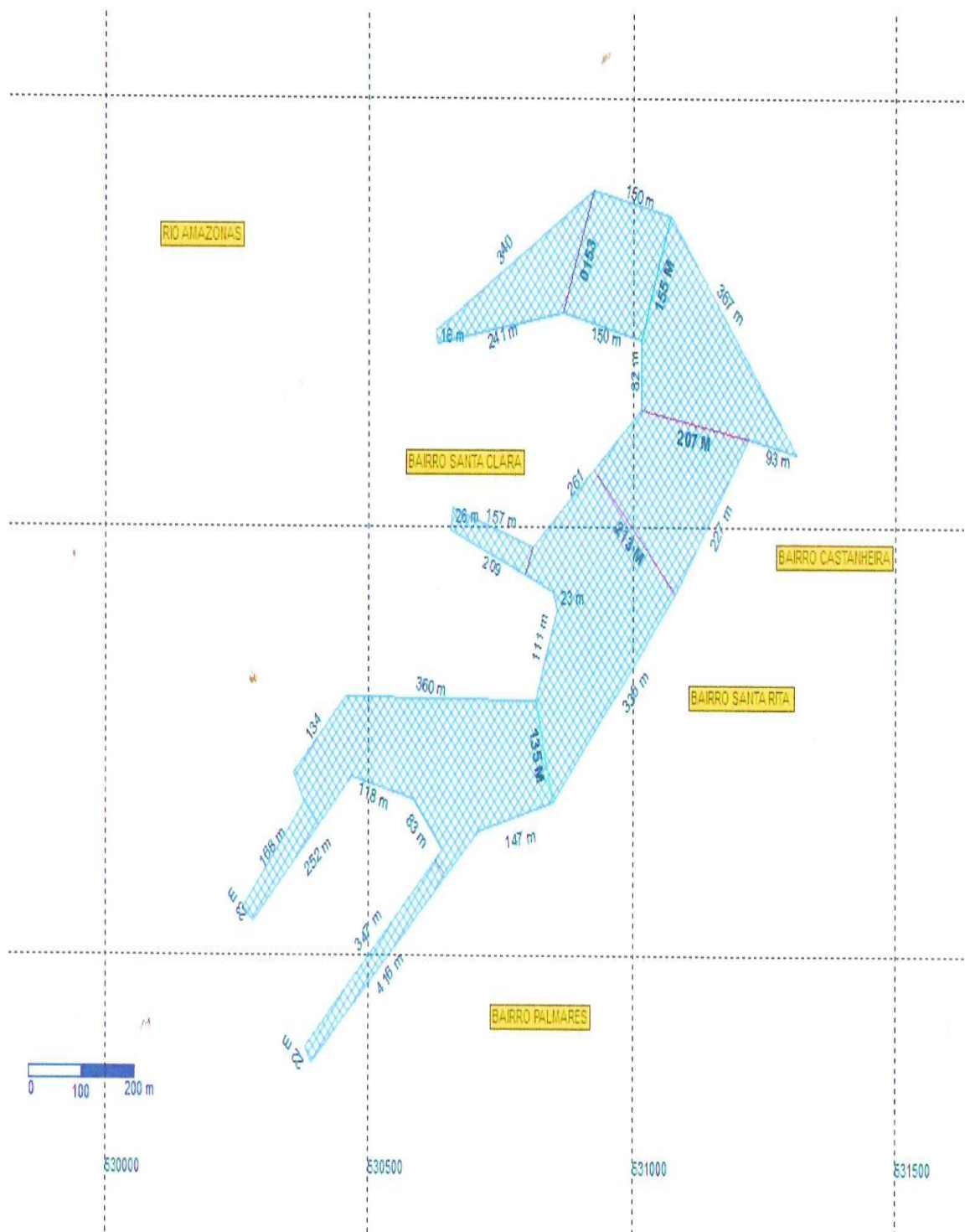
TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. Tradução: Lívia de Oliveira. Londrina: EDUEL, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo.** Tradução: Lívia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TUAN, Yi-Fu. **Topofolia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução: Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

APÊNDICE A

Metragem Topográfica da Lagoa da Francesa



Fonte: TEIXEIRA, 2015.

APÊNDICE B
Solicitação de Anuência das Escolas



Universidade Federal do Amazonas
Centro de Ciências do Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



Manaus, XX de XXXX de 2014.

Ilmo(a). Sr(a).
XXXXXXXXXX.
Gestor(a) da Escola x XXXX.
Nesta

Prezado(a) Sr(a),

Ao cumprimentar V.Sa. apresento **Gracy Kelly Monteiro Dutra Teixeira**, aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia PPG-CASA/UFAM, que desenvolve seu projeto de dissertação "**Ambiente Degradado e Infância Vulnerável: apropriação, uso e significações das crianças sobre a Lagoa da Francesa em Parintins/AM**", na linha de pesquisa Dinâmicas Socioambientais, sob minha orientação. Esta pesquisa será feita com crianças residentes no entorno da Lagoa da Francesa em Parintins/AM, numa hora a ser combinada com o(a) professor(a). (Ver projeto resumido em anexo). O objetivo da pesquisa é verificar os significados e tipos de usos que a criança possui sobre e na Lagoa da Francesa.

Tendo em vista que seu estudo será realizado com crianças entre 7 a 13 anos, solicito a V.Sa. autorização para que parte desta pesquisa seja realizada neste estabelecimento de ensino. O estudo consiste na realização de desenhos e uma entrevista informal com as crianças participantes. Espera-se realizar 120 desenhos e entrevistas com alunos (07 a 13 anos) nas escolas municipais do entorno da Lagoa da Francesa. Os desenhos serão desenvolvidos em 30 minutos e as entrevistas serão realizadas individualmente com um tempo previsto de 10 minutos para cada.

O trabalho será realizado após aprovação do Conselho de Ética da UFAM, segundo as normas estabelecidas para pesquisas com seres humanos, por isso solicitamos uma carta de vossa anuência/autorização para submeter ao CEP este procedimento.

Desde já agradecemos sua disponibilidade em nos atender e aguardamos sua resposta.

Maria Inês Gasparetto Higuchi
mines@inpa.gov.br
Fone: (92)3643- 3145

Gracy Kelly Monteiro Dutra Teixeira
gracydutra@hotmail.com
Fone: (92) 98139-7722

APÊNDICE C
Roteiro de Entrevista Semiestruturada



Universidade Federal do Amazonas
Centro de Ciências do Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data: __/__/_____

Criança: _____

Idade: _____

Gênero: F () M ()

Bairro onde mora: Francesa () Santa Clara () Santa Rita () Palmares () Castanheira ()

- 1) O que tem na Lagoa da Francesa?
- 2) O que você faz na região da lagoa?
- 3) Você gosta da região da lagoa?
- 4) Você vê crianças brincando na água da lagoa?
- 5) O que as outras crianças podem fazer na lagoa da franceses?
- 6) Há lixo na água da lagoa?
- 7) O lixo faz mal às pessoas? Por que?
- 8) Quem é o mais prejudicado de a água ter lixo?
- 9) Brincar na água da lagoa é bom ou ruim para a criança?
- 10) Como seria a água da lagoa sem lixo?
- 11) O que podemos fazer para a água da lagoa ser diferente?
- 12) A água da Lagoa da Francesa é importante para você?

APÊNDICE D
Roteiro de Observação / Diário de Campo



Universidade Federal do Amazonas
Centro de Ciências do Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA

Data: __/__/____ Horário: _____ Duração: _____

❖ **ENFOQUE GERAL**

1. Estado da Lagoa da Francesa.
2. Estado das margens da Lagoa da Francesa.
3. Trânsito na Lagoa da Francesa (embarcações, banhistas, etc).
4. Condições climáticas.
5. Pessoas no entorno.

❖ **ENFOQUE ESPECÍFICO**

1. Formas de chegada das crianças no entorno da Lagoa da Francesa (individual, grupo, etc).
2. Formas de chegada das crianças no entorno da Lagoa da Francesa (a pé, bicicleta, carona, canoa, etc).
3. Quantidade de crianças no entorno da Lagoa da Francesa.
4. Motivos das crianças para a escolha do dia e do horário para uso da Lagoa da Francesa.
5. Conhecimento dos pais sobre o uso pelas crianças da Lagoa da Francesa (sabem ou não).
6. Clima social das crianças (agradável, tenso, monotonia, entrosamento, etc).
7. Formas de uso da Lagoa da Francesa (passeio, brincadeiras, banho, etc).
8. Aparência das crianças (traje).
9. Bairros onde as crianças moram (no entorno, bairros distantes, etc).
10. Motivos que levam as crianças a estarem na Lagoa da Francesa.
11. Motivos que levam as crianças a escolherem uma parte específica da Lagoa da Francesa para ficarem.
12. Apetrechos utilizados pelas crianças no uso da Lagoa da Francesa (bola, bóia, etc).
13. Como as crianças percebem a Lagoa da Francesa.

APÊNDICE E

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**Universidade Federal do Amazonas
Centro de Ciências do Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o senhor (a) e seu filho (a) a participar de uma pesquisa intitulada “**Ambiente Degradado e Infância Vulnerável: apropriação, uso e significação das crianças sobre a Lagoa da Francesa em Parintins/AM**”. Este estudo faz parte do mestrado da acadêmica **Gracy Kelly Monteiro Dutra Teixeira**, endereço profissional da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, Estrada Odovaldo Novo, S/N, Dejard Vieira (Parintins/AM), telefone (92) 98139-7722, que está sob orientação da Profa. Dra. **Maria Inês Gasparetto Higuchi**, endereço profissional do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, na Avenida André Araújo, 2936, Petrópolis (Manaus/AM), telefone (92)3643- 3145.

A pesquisa objetiva **analisar a percepção ambiental de crianças residentes no entorno da Lagoa da Francesa em Parintins/AM, a partir de suas características ecológicas e uso social**. Tem por objetivos específicos: **Descrever o ambiente físico da Lagoa da Francesa; Identificar as formas de uso da Lagoa da Francesa pelas crianças; Investigar o significado atribuído pelas crianças à Lagoa da Francesa**.

Nesta pesquisa, o seu filho realizará um desenho com duração de 30 minutos sobre a Lagoa da Francesa e, após, haverá uma conversa com duração de 10 minutos, que será feita na própria escola em que ele está matriculado. A conversa será gravada, com o uso do gravador de voz, com a sua permissão e os dados serão transcritos para as análises. As gravações serão destruídas após transcrição. A participação na pesquisa é voluntária, por isso não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca. O nome do seu filho não será divulgado, para garantir o sigilo de sua identidade. **Todas as pesquisas envolvendo pessoas correm riscos, porém, todas as possibilidades de seu filho estar em situação de conforto serão proporcionadas, para que não haja interferência no cotidiano escolar ou comprometimento de sua saúde, conforme determina a Resolução 466/2012**. Caso contrário, as atividades serão suspensas, para que não haja comprometimento da saúde física e mental da criança. Se tal situação ocorrer, haverá a notificação dos pais e/ou responsáveis e da escola.

A pesquisa busca discutir as significações das crianças sobre a Lagoa da Francesa. A partir do olhar da criança reconhecemos como um ambiente fluvial em degradação agrega valores a este sujeito. Assim, perceberemos como a criança age em relação a um espaço hídrico fragilizado e quais as possibilidades de ação das políticas públicas sobre a questão socioambiental. Para que assim haja novas alternativas de vivência da criança urbana em espaços naturais degradados, para que este não afete a sua qualidade de vida.

Se você necessitar de alguma informação mais detalhada, pode entrar em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM**, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, ramal 2004, celular 99171-2496, Email: cep.ufam@gmail.com.

CONSENTIMENTO PÓS - INFORMAÇÃO

Eu, _____, entendo que a pesquisa “**Ambiente Degradado e Infância Vulnerável: apropriação, uso e significações das crianças sobre a Lagoa da Francesa em Parintins/AM**” não terá custos à minha pessoa ou interferências no cotidiano escolar do meu filho e autorizo que meu filho participe de livre e espontânea vontade. Afirmo ainda que me foi entregue uma cópia deste documento, assinada por mim e pela pesquisadora.

Assinatura da Pesquisadora

Assinatura do (a) Pai/Mãe

IMPRESSÃO
DIGITAL

ANEXO A
Autorização da SEMED / Parintins



**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, JUVENTUDE,
ESPORTE E LAZER
GABINETE DA SECRETÁRIA**



AUTORIZAÇÃO

A Secretária Municipal de Educação, Juventude, Esporte e Lazer, Sra. **ELIANE REGINA PAIVA DE MELO**, vem por meio deste **AUTORIZAR** a Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia **GRACY KELLY MONTEIRO DUTRA TEIXEIRA**, a realizar pesquisa que desenvolve sobre o projeto de dissertação “**Ambiente Degradado e Infância Vulnerável: apropriação, uso e significações das crianças sobre a Lagoa da Francesa em Parintins/AM**”, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi, a ser realizada na Escola Municipal “Mércia Cardoso Coimbra”.

O objetivo da pesquisa é verificar os significados e tipos de usos que a criança possui sobre a Lagoa da Francesa. Tendo em vista que seu estudo será realizado com crianças entre 6 a 13 anos. O estudo consiste na realização de desenhos e uma entrevista informal com as crianças participantes.

A Secretaria Municipal de Educação sente-se honrada por contribuir para a realização dessa pesquisa.

Na oportunidade elevamos votos de estimas e considerações.

Parintins/AM, 10 de junho de 2014.

Eliane Regina Paiva de Melo
Eliane Regina Paiva de Melo
Secretária Municipal de Educação,
Juventude, Esporte e Lazer
Decreto n° 047/2014 - PGMP

ANEXO B
Escola Municipal Mércia Cardoso Coimbra



ESCOLA MUNICIPAL MÉRCIA CARDOSO COIMBRA
Rua João Meireles S/N

A gestão da escola sente-se honrada em poder contribuir com o trabalho que deverá ser desenvolvido sobre o Projeto "Ambiente Degradado e Infância Vulnerável: apropriação, uso e significações das crianças sobre a Lagoa da Francesa em Parintins/AM, que possibilitará aos nossos educandos, novos saberes e sensibilização à conservação do Meio Ambiente.

Neste sentido a escola autoriza que o referido Projeto da mestrandia Gracy Kelly Monteiro Dutra Teixeira seja desenvolvido neste estabelecimento de ensino.


Gleice Franco Martins
GESTORA
PORT 04072013 - SEMED
Gleice Franco Martins
Gestora

Parintins, 29 de abril de 2014

ANEXO C

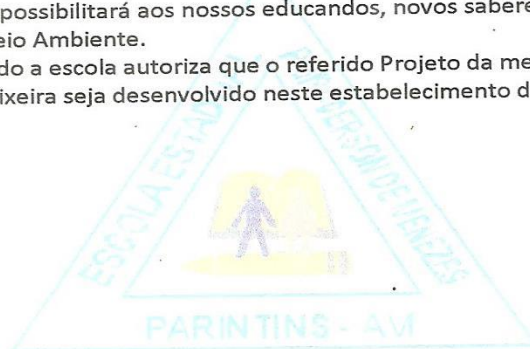
Escola Estadual Prof. Aderson de Menezes



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PARINTINS
ESCOLA ESTADUAL "PROFESSOR ADERSON DE MENEZES"

A gestão da escola sente-se honrada em poder contribuir com o trabalho que deverá ser desenvolvido sobre o Projeto "Ambiente Degradado e Infância Vulnerável: apropriação, uso e significações das crianças sobre a Lagoa da Francesa em Parintins/AM, que possibilitará aos nossos educandos, novos saberes e sensibilização à conservação do Meio Ambiente.

Neste sentido a escola autoriza que o referido Projeto da mestrandia Gracy Kelly Monteiro Dutra Teixeira seja desenvolvido neste estabelecimento de ensino.



Declaro
Cezarina Maria Marinho Ferreira
Gestora
ESC. EST. PROF. ADERSON DE MENEZES
Portaria GS 1184 de 10/09/08
A gestora

Parintins, 23 / 04 / 2014

Rua João Meireles 445 – Bairro da Francesa
CEP: 69150-000 - Fone: 3533-3228
Email: eeamenezes@seduc.am.gov.br

ANEXO D
Aprovação do Comitê de Ética



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AMBIENTE DEGRADADO E INFÂNCIA VULNERÁVEL

Pesquisador: GRACY KELLY MONTEIRO DUTRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 36936514.0.0000.5020

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 824.497

Data da Relatoria: 08/10/2014

Apresentação do Projeto:

Resumo:

O foco do presente estudo é centrado na alteração socioambiental de uma lagoa, outrora linda, limpa e objeto de orgulho dos cidadãos parintinenses e, atualmente, é um cenário que parece um esgoto a céu aberto. A pesquisa nasce a partir de uma realidade observada na cidade de Parintins/AM, considerada uma ilha, isto é, uma espaço de terra banhado por água em todos os lados, onde este elemento se torna extensão da vida do morador. Na Amazônia, não seria errôneo assegurar, que a água se infiltra em meandros intermináveis nesta terra central, fazendo uma rede hídrica que dá identidade à cidade e aos seus habitantes. Diferente a este contexto, o que antes se configurava como paisagem a ser admirada, nos dias atuais, se apresenta como um cenário a lastimar, devido à poluição evidente. Em muitos lugares a vida aquática perece e agoniza na esperança de uma mudança desta realidade. Enquanto não chega a gestão da mudança, a população reclama, mas continua a sua rotina de depredação e utilização do recurso para suas necessidades, seja para descarte de qualquer tipo de resíduos, meio de transporte ou para eventuais banhos como outrora fazia. Neste trabalho o foco está, justamente, na percepção ambiental sobre as significações, através do uso social e características ecológicas, de cursos de água poluídos pela população. De um modo particular, das crianças residentes ao redor de uma lagoa degradada na cidade de Parintins/Am, representada aqui pela

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 824.497

Lagoa da Francesa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a percepção ambiental de crianças residentes no entorno da Lagoa da Francesa em Parintins/AM, a partir de suas características ecológicas e uso social.

Objetivo Secundário:

Descrever o ambiente físico da Lagoa da Francesa. Identificar as formas de uso da Lagoa da Francesa pelas crianças. Investigar o significado atribuído pelas crianças à Lagoa da Francesa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, embora mínimos. Ao envolver pessoas nesta pesquisa, principalmente, quando são indivíduos em tenra idade (entre 6 a 13 anos), todas as possibilidades das crianças estarem em situação de conforto serão proporcionadas, como:

esclarecimento do que será realizado, tempo estimado para execução da atividade, para que não haja interferência no seu cotidiano escolar. Caso contrário, as atividades a serem realizadas: desenho e entrevista, serão suspensas, para que não haja comprometimento da saúde física e mental da criança. Se tal situação ocorrer, haverá a notificação dos pais e/ou responsáveis e da escola. Se após o fato ocorrido, a criança ainda quiser

realizar as atividades propostas, será feito no momento adequado para ela e em acordo com os pais e gestor da escola. Caso não haja mais motivação para as atividades, outra criança será convidada à participação, contudo, haverá contato com os pais para esclarecimento das pesquisas e seus objetivos e posterior assinatura dos interessados. Assim, a pesquisa terá os passos repetidos até o alcance de 120 crianças. A pesquisa "Ambiente degradado e Infância Vulnerável: uso, apropriação e significação das crianças sobre a Lagoa da Francesa em Parintins/AM" está baseada na Resolução 466/2012 que visa o respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida.

Benefícios: Ao discutir sobre as significações das crianças sobre a Lagoa da Francesa, reconheceremos como um ambiente fluvial em degradação agrega valores a este sujeito. Assim, perceberemos como a criança age em relação a um espaço hídrico fragilizado e quais as possibilidades de ação das políticas públicas sobre a questão socioambiental. Para que assim haja

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

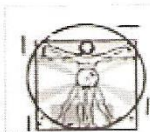
UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 824.497

novas alternativas de vivência da criança urbana em espaços degradados, para que este não afete a sua qualidade de vida.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

1. Metodologia Proposta:

A pesquisa terá caráter qualitativo, exploratório e descritivo, incorporando a Abordagem Multimétodos. A pesquisa qualitativa, segundo Goldenberg (2009), considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. O processo e seu significado são os focos principais da pesquisa qualitativa. A pesquisa torna-se exploratória por ser realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa. É descritiva por expor características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza (MORESI, 2003). Considerando que os participantes da pesquisa são crianças, a melhor forma de acessar as suas percepções é por meio de técnicas que tenham atividades lúdicas e artísticas em seu bojo. A técnica a ser utilizada será o desenho, que segundo Higuchi e Kuhnen (2010), tem o intuito de acessar o imaginário do grupo em relação ao seu universo físico, natural ou construído, e psicossocial. O desenho da criança é a materialização do inconsciente infantil expressado de modo simbólico e é também contexto – dependente, isto é, abrange uma relação de identidade com aquilo que simboliza (PEDRINI et al., 2010). Será utilizado uma folha de A4 em branco e um lápis preto 2B onde crianças serão convidadas a desenhar “a Lagoa da Francesa e tudo o que tem lá e o que as crianças podem fazer lá”. As crianças farão o desenho numa sala de forma coletiva, de modo que tenham suas carteiras devidamente separadas para evitar cópia. Cada participante receberá uma folha e um lápis. A duração do desenho será de até 20 minutos. Após feito o desenho cada participante será chamado individualmente noutra sala para comentar o desenho feito e os argumentos usados para expressar suas percepções e entendimentos. Esta entrevista terá duração de proximadamente 10 minutos e será gravada com gravador de voz, após autorização dos pais. A entrevista nos estudos pessoa - ambiente é importante por ter o potencial de salientar a relevância da dimensão físico - espacial do ambiente, integrante de experiências e ações humanas nos níveis intrapessoal e interpessoal, grupal ou intergrupar (GUNTHER, 2010). No entorno da Lagoa da Francesa há dois estabelecimentos escolares da rede pública de educação que atendem crianças moradoras dos bairros que a circunvizinham. Nestas escolas serão selecionados alunos de 6 a 13 anos, de ambos

Endereço: Rua Teresina, 4950
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)3305-5130 Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 824.497

os sexos, que estudem no primeiro ciclo do ensino fundamental. Participarão da pesquisa 120 (cento e vinte) alunos, sendo distribuídos de acordo com o sexo, idade e escolaridades do ciclo fundamental. Os critérios de inclusão na pesquisa será o participante ser aluno da escola e morar no entorno da Lagoa. Os critérios de exclusão será alguma limitação física ou de saúde. A pesquisa será encaminhada para aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFAM para verificação dos critérios éticos da pesquisa. Para tanto será elaborada uma carta aos gestores das escolas para solicitar a anuência de realização da pesquisa na escola. Para anuência dos pais será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para solicitar a permissão de realizar a pesquisa com seus filhos que são menos de 18 anos. Após, os trâmites legal dar-se-à contato com as crianças visando seu bem-estar psicossocial e o não comprometimento de seu rendimento escolar.

Tamanho da Amostra no Brasil: 120

Critério de Inclusão:

A pesquisa abordará a percepção ambiental das crianças residentes no entorno da Lagoa da Francesa. Para reconhecê-las, as escolas inseridas no entorno deste ambiente hídrico é o meio escolhido para este contato. As escolas que entornam a Lagoa são: Escola Estadual Aderson de Menezes e Escola Municipal Mércia Cardoso Coimbra. Num contato prévio com a secretaria das escolas, contabilizou-se 656 alunos entre 06 a 14 anos, todavia, as etapas a serem trabalhadas vai de 06 a 13 anos. A escolha, apenas de 120 crianças, parte de que, nas análises, trabalharemos em quatro grupos: 06 a 07 anos (30 crianças), 08 a 09 anos(30 crianças), 10 a 11 anos(30 crianças), 12 a 13 anos(30 crianças). Em cada escola será pesquisada 60 crianças de ambos os sexos.As idades estabelecidas, de acordo, com a teoria de Yu-Fu Tuan sobre a percepção ambiental, voltada para a infância, a qual especifica o norteamto da noção de ambiente como um processo que se aliança às experiências vivenciadas, olhar geográfico e conhecimentos adquiridos pela escolarização.Para participar da pesquisa, é imprescindível, que a criança esteja matriculada em uma

destas escolas, more no entorno da Lagoa da Francesa e tenha a autorização dos pais /ou responsáveis para participar, através da assinatura no TCLE. No entorno da Lagoa da Francesa há cinco bairros: Francesa, Santa Clara, Santa Rita, Palmares e Castanheira, por isso, a necessidade de trabalhar com as crianças que a circunvizinham.Assim, fazer uma análise da importância de um ambiente natural, aqui especificado pela Lagoa da Francesa, para a criança, é vislumbrar os rumos da relação pessoa-ambiente,na transformação dos paradigmas estabelecidos por um modelo

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

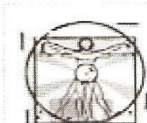
UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 824.497

societário excludente e consumista.

Critério de Exclusão:

A pesquisa tratará sobre as significações das crianças sobre a Lagoa da Francesa em Parintins/AM, para isso, crianças que morem em outros bairros que não sejam os do entorno da Lagoa serão excluídas da pesquisa. Prioritariamente, a criança deve residir nos bairros da Francesa, Palmares, Santa Rita, Santa Clara e Castanheira para participar das atividades da pesquisa. Excluir-se-à da pesquisa crianças que tenham alguma limitação física ou de saúde, assim, como crianças que os pais e/ou responsáveis não autorizem a participar das atividades pretendidas.

2.ORÇAMENTO: ADEQUADO

3.CRONOGRAMA: ADEQUADO

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1.Folha de Rosto: ADEQUADO

2.Instituição Proponente: ADEQUADO

3.Riscos (NO CORPO DO PROJETO): ADEQUADO

4.Instrumentos de Pesquisa: FORAM APENSADOS AO PROJETO

5.TCLE: ADEQUADO

6.Termo de Anuência: ADEQUADO

7.Critério de inclusão e exclusão: ADEQUADO

8.Declaração que os resultados da pesquisa serão tornados públicos: ADEQUADOS

9.Declaração sobre uso e destinação do material: ADEQUADO

10.Termo de compromisso do orientador: ADEQUADO

11.Curriculas Lattes: APENSADOS AO PROJETO

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Em razão do exposto, somos de parecer favorável que o projeto seja APROVADO, pois a pesquisadora cumpriu totalmente as determinações da Res. 466/2012.

É o parecer

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

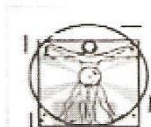
UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 824.497

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

MANAUS, 08 de Outubro de 2014

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
UF: AM Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-5130 Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br